

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Departamento de Ciências Geográficas**

**Poder “Nacional” e
Produção do Espaço na Amazônia:
o 5º Pelotão Especial de Fronteira
- vetor estatal –
e suas funcionalidades
na Cabeça do Cachorro.**



Mestrando: Messias Luiz do Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá

Recife
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA –CMG

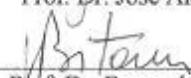
MESSIAS LUIZ DO NASCIMENTO

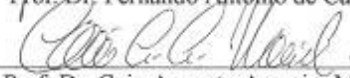
**Título: “PODER “NACIONAL” E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA: O
5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA – VETOR ESTATAL – E SUAS
FUNCIONALIDADES NA “CABEÇA DO CACHORRO”**

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: 
Prof. Dr. José Alcindo de Sá (UFPE)

1º. Examinador: 
Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas (UEA)

2º. Examinador: 
Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

APROVADA em 20 de agosto de 2008.

RCMS

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Departamento de Ciências Geográficas**

**Poder “Nacional” e
Produção do Espaço na Amazônia:
o 5º Pelotão Especial de Fronteira
- vetor estatal –
e suas funcionalidades
na Cabeça do Cachorro.**

Messias Luiz do Nascimento

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Geografia do
Departamento de Ciências
Geográficas da Universidade
Federal de Pernambuco,
para a obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá

Recife
2008

Nascimento, Messias Luiz do		
Poder “Nacional” e produção do espaço na Amazônia : o 5º pelotão especial de fronteira : vetor estatal e suas funcionalidades na Cabeça do Cachorro. – Recife: O Autor, 2008.		
160 folhas : il., fig., mapas, tab.		
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2008.		
Inclui: bibliografia e anexos.		
1. Geografia. 2. Geografia da população. 3. Geografia humana. 4. Amazônia. 5. Globalização. 6. Estado. 7. Forças armadas. 8. Fronteiras. I. Título.		
911 910	CDU (2. ed.) CDD (22. ed.)	UFPE BCFCH2008/90

*Dedico esta dissertação aos meus
pais,
Maria Ana da Silva do Nascimento e
Genézio Luiz do Nascimento*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas instituições e pessoas sem as quais a realização desta pesquisa não seria possível. Inicialmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial à coordenação do mesmo pelo inestimável prestado nas “horas de aperto”.

Agradeço também ao meu orientador Alcindo de Sá por todo apoio e incentivo durante mais de dois anos de mestrado. Sou igualmente grato aos professores Marlene Silva, pelos comentários sobre meu projeto de pesquisa, e ao professor Jan Bitoun indicando uma bibliografia muito interessante, sem a qual certamente esta dissertação estaria mais “pobre”, e os debates quando estivemos na cidade de Belém no ano de 2007. Aos professores Caio Maciel e Fernando Dantas por participarem da banca examinadora.

Sou especialmente grato ao professor Jorge Santana, meu orientador na graduação, com quem tive o privilégio de aprender o “ofício” de pesquisador. Também agradeço aos professores da graduação Lucivânio Jatobá, Fernando Mota, Hernani Loebler, Ana Cristina, Tânia Bacelar, Vanice Selva, Ana Coutinho, Paola Verri, Caio Maciel, Jan Bitoun, Alcindo de Sá, e todos os demais que participaram, direta ou indiretamente da minha formação como geógrafo. Especial agradecimento a minha professora Edwiges, do antigo Segundo Grau, que me conduziu aos primeiros passos desta fantástica ciência, a Geografia.

Agradeço também a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira ao conceder-me acesso ao acervo histórico do município. Igualmente agradeço a Federação das Organizações dos Povos Indígenas do Rio Negro (FOIRN) na cessão de valioso material.

Agradeço também ao Exército Brasileiro, instituição a qual, também, pertenço a mais de 20 anos, e quem sem ela seria impossível ter conhecido e mantido contato, com todas as regiões do Brasil. E na Amazônia, foi por intermédio desta indelével Instituição, que pude conhecer sentimentos nunca antes atingidos, foram quase três anos na Cabeça do Cachorro, vivendo um Brasil “mais” brasileiro. Esta Instituição abriu portas para que muitas etapas da pesquisa fossem concretizadas. Igualmente, agradeço meus superiores que, dentro de suas limitações normativas “facilitaram minha vida de pesquisador”. A meus companheiros da caserna, todos, sem exceção têm de alguma forma um “tijolinho” representado nesta dissertação. A meu amigo Sargento Barbosa, que estando servindo na Cabeça do Cachorro organizou o fluxo dos questionários utilizados, assim como pelo acolhimento quando da minha estada para fazer os últimos levantamentos de campo, como as entrevistas.

Agradeço aos funcionários Rosa e Acioly, da Coordenação da Pós-Graduação em Geografia da UFPE, sempre prestativos e competentes.

Às minhas “várias” famílias. Aquela residente no Rio de Janeiro, porém, próxima sentimentalmente. A que está em Pernambuco: minha esposa Regina, sempre auxiliando em tudo que era solicitado; aos meus filhos Stefani e Dalglish que já demonstram muita curiosidade a respeito do conhecimento. À Lívia, sempre com boas e enriquecedoras conversas para aliviar o estresse do dia-a-dia. Especial a minha família “verde-oliva”, “amigos” do quartel pelas orientações corretas na busca pelo aperfeiçoamento, Araújo, Valdeglace, Marlon, Bernardino, Torres, Rosenilson, Aguiar, Missias, Batista, Amazonas, aos Coronéis Luciano Pinto, Guilherme, Auler, Nélio, Mezzomo, aos Majores Isaías, Sá, Saraiva, Medeiros Júnior, Mocélio, dentre outros.

Aos colegas da Escola Rotary do Alto do Pascoal, e igualmente, da Universidade Federal de Pernambuco pelas horas de estudo e descontração. Especial agradecimento a minha amiga Luciana Helena, sempre presente para dar aquele apoio nos momentos nebulosos.

RESUMO

A pesquisa destaca que, historicamente, o Brasil não sabe aproveitar seu extenso território. São mais de 183.000.000 de habitantes distribuídos por, aproximadamente, 8.500.000 km². É uma histórica distribuição desigual. Fruto da ação indutora (errada) do Estado, a população encontra-se localizada na faixa litorânea. O interior do território e, mais precisamente, a Amazônia tem ficado à margem dos sucessivos processos de integração. E a chave para entender o início desse processo está lá no Renascimento e no sucessivo processo de expansão comercial europeu, fato que culminou no “descobrimento” do “Novo Mundo”, quando uma nova sociedade era formada no continente americano, mesclada por modos, valores e hábitos ibéricos e nativos, inicialmente, e posteriormente, sendo adicionados também elementos da cultura negra. Uma sociedade se fez no território que hoje é conhecido como Brasil. Um País que ainda não pode ser caracterizado como uma Nação, em seu sentido mais amplo. Um território que viu o Estado nascer antes da Nação. A pesquisa aponta que a falta de planejamento pode ser um dos fatores que indicam um Estado sem Nação. A base territorial que o País dispõe foi conquistada durante as poucas fases de planejamento. Na Amazônia, espaço não-integrado, a questão ganha mais dramaticidade. Com o advento da globalização, os espaços a ser inseridos na dita economia-mundo seguem uma cartilha pré-determinadas pelos centros do poder mundial. No entanto, nesta região, um ator tem estado presente mais que os demais: as Forças Armadas. No município de São Gabriel da Cachoeira/AM, também, conhecido como “Cabeça do Cachorro”, o Exército Brasileiro, representado pela Brigada Ararigóia e Batalhão Forte São Gabriel, materializa uma das parcas presenças do Estado nacional. Porém, ainda mais destacados da sede do município de São Gabriel da Cachoeira, distante 850 km de Manaus, estão os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Na comunidade de Maturacá, sopé do Pico da Neblina, e distante 100 km da cidade está localizado o 5º PEF, com uma população aproximada de 100 indivíduos. A proximidade da fronteira com a Venezuela e Colômbia torna a escala continental um possível campo de futuras pesquisas. No entorno do PEF, gravitam duas aldeias indígenas, com 900 indivíduos, aproximadamente. É nessa problemática relacional, (indígenas, militares, globalização, Estado, dentre outros atores) que a pesquisa analisa como o poder nacional tem agido para produzir seu espaço de atuação, tendo no poder um elemento que impregna as diversas relações que acontecem. Outro elemento presente nas análises é o atual processo de globalização, que se faz presente por intermédios dos ditos vetores da pós-modernidade. Para a análise são utilizados alguns dos conceitos básicos da Geografia, como espaço, território, região e lugar. A pesquisa lança

mão de extenso levantamento bibliográfico, assim como de uma pesquisa de campo elaborada por intermédio de entrevistas e questionários. Conclui que o Estado ainda detém o poder para modificar o espaço sob seu domínio. Não obstante, no caso do Brasil, essa organização não soube utilizar o planejamento para a total integração do território, antes, tal fato (o território) tem sido encarado como um legado dos antecessores. O histórico da formação do Estado-nação traduz, igualmente, o descaso com que a sociedade, em geral, e a classe dirigente, em particular, associam a Amazônia ao Brasil. As Forças Armadas ainda é a única instituição que se faz presente na região, o que, de modo algum, resolve os diversos conflitos territoriais.

Palavras-chave: Brasil, Forças Armadas, Fronteira, Amazônia, Globalização.

ABSTRACT

The research detaches that, historically, Brazil doesn't know how to take advantage of its extensive territory. They are more than 183.000.000 of inhabitants distributed for, approximately, 8.500.000 km². It is a historical unequal distribution. Fruit of the action induce (wrong) of the State, the population is located in the coastal strip. The interior of the territory and, more precisely, the Amazonian has been being to the margin of the successive integration processes. And the key to understand this process is there in the beginning in Renaissance and in the successive process of expansion commercial European, fact that culminated in the "discovery" of the "New World", when a new society was formed in the American continent, blended for manners, values and Iberian and native habits, initially, and later, being also added elements of the black culture. A society was made in the territory that today knew like Brazil. A Country that cannot be characterized still as a Nation, in its wider sense. A territory that saw the State be born before the Nation. The planning lack, points the research, it can be one of the factors that appear so that we have a Country that is not still Nation today. A State without Nation. Of the few planning phases were built the structural base of the territory that the Country disposes. In the Amazonian, no-integrated space, the question wins more suffering. With the coming of the globalization, the spaces to be inserted in the said economy-world follow a spelling book determined by the centers of the world power. However, in this area, an actor has present state more than the others: the Armed Forces. In the municipal district of São Gabriel of Cachoeira/AM, also, known as "Head of the Dog", the Brazilian Army, acted by the Brigade Ararigbóia and Strong Battalion São Gabriel, it materializes one of the scanty presences of the national State. However, still more outstanding of the headquarters of the municipal district, distant 850 km of Manaus, they are the Special Platoons of Border (PEF of acronym in portuguese). In the community of Maturacá, foot of the Pick of the Fog, and distant 100 km of the city is located 5th PEF, with an approximate population of 100 individuals. The proximity of the border with Venezuela and Colombia turns the continental scale a possible field of future researches. In I spill it of PEF, two indigenous villages gravitate, with 900 individuals, approximately. It is in that problem relation, (indigenous, military, globalization, State, among other actors) that the research analyzes as the national power has been acting to produce its space of performance, tends in the power an element that impregnates the several relationships that happen. Another present element in the analyses is the current globalization process, that it is made present by intermissions of the vectorial statements of the powder-modernity. For the analysis some of

the basic concepts of the Geography are used, as space, territory, area and place. The research throws hand of extensive bibliographical rising, as well as of a field research elaborated through interviews and questionnaires. Concludes that the State still stops the power to modify the space under his/her yoke. In spite of, in the case of Brazil, that organization didn't know how to use the planning for to total integration of the territory, before, such fact (the territory) it has been faced as a legacy of the predecessors. The report of the formation of the State-nation translates, equally, the negligence with that the society, in general, and the head class, in matter, they associate the Amazonian to Brazil. The Armed Forces are, still, the only institution that is done present in the area, which, in way some, solves the several territorial conflicts.

Word-key: Brazil, Armed Forces, Border, Amazon, Globalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Pesquisa de Opinião, 2007	82
Figura 2	Comandos Militares de Área	83
Figura 3	População: Brasil e Região Norte	99
Figura 4	Programa Calha Norte, 2007	103
Figura 5	Caminhos de São Gabriel da Cachoeira	110-111
Figura 6	Índice de Desenvolvimento Humano no Amazonas	118
Figura 7	População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000	119
Figura 8	Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991 e 2000	119
Figura 9	Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000	119
Figura 10	Indicadores de Renda e Pobreza, 1991 e 2000	120
Figura 11	Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000	120
Figura 12	Acesso a Serviços Básicos, 1991 e 2000	120
Figura 13	Acesso a Bens de Consumo, 1991 e 2000	120
Figuras 14-15	1º Pelotão Especial de Fronteira - Yauarete	122
Figuras 16-17	2º Pelotão Especial de Fronteira - Querari	122
Figuras 18-19	3º Pelotão Especial de Fronteira - São Joaquim	123
Figura 20	4º Pelotão Especial de Fronteira - Cucuí	123
Figura 21	6º Pelotão Especial de Fronteira - Pari-Cachoeira	124
Figuraa 22-23	7º Pelotão Especial de Fronteira - Tunuí-Cachoeira	124
Figura 24	5º PEF – Maturacá – Vista do Planalto das Guianas	129
Figura 25	5º PEF – Maturacá – Chegada do “Hércules”	135

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I: Espaço, território e territorialidade. Estado, organizações e poder.	21
Alguns aportes conceituais	
1. O espaço	21
2. O Território sob a égide do poder	25
3. Do território da Geografia do Estado ao território da Geografia do poder	29
4. Uma proposta para definir território	31
5. A territorialidade	33
6. As organizações	34
7. Essa mega organização denominada Estado	35
Capítulo II: Espaço amazônico e dinâmica territorial. Novos atores, novas territorialidades	38
1. Territorialidade “Nativa”	38
2. Dissolução da “Natividade” e reterritorialização colonial	41
3. Organizações e atores ibéricos	48
4. Os atores e seus rebatimentos territoriais	52
Capítulo III: Estado-nação e geoestratégias. A formação do Estado nacional	54
1. O Brasil: Estado-nação ou Nação-estado?	54
2. A geoestratégia internacional da borracha e seu rebatimento na territorialidade amazônica	58
3. A geoestratégia nacional da borracha e seu rebatimento na territorialidade amazônica	61
Capítulo IV: Planejamento no Brasil e novas estratégias do estado e do mercado na Amazônia. As regiões foco de “planejamento” e os meios de atuação estatal.	65
1. Planejamento no Brasil: para quê e para quem?	65
2. Os condicionantes externos, a Era Vargas e o início do planejamento no Brasil	68
3. O Nordeste e a Amazônia como foco do planejamento estatal	73
4. O Estado, a Sudam e as Organizações territoriais	78
5. Exército Brasileiro: braço forte e mão amiga?	83
6. O arcabouço institucional	88
Capítulo V: Territorialidade amazônica e globalização. 5º Pelotão Especial de Fronteira: vetor estatal na Cabeça do Cachorro	90

1. Panorama internacional e suas conseqüências à Amazônia	90
2. Questões e dinâmicas territoriais na Amazônia	94
3. As territorialidades produzidas via mercado e Estado	100
4. Procedimentos metodológicos	104
5. São Gabriel da Cachoeira: a Cabeça do Cachorro. Um pequeno histórico	108
6. O que é São Gabriel da Cachoeira?	116
7. A presença militar na Cabeça do Cachorro	121
8. O 5º Pelotão Especial de Fronteira e suas funcionalidades	128
Conclusão	139
Anexo 1 – Organograma do Exército Brasileiro	140
Anexo 2 – Unidades da Força Terrestre desdobradas na Amazônia	141
Anexo 3 – Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira	142
Anexo 4 – Município de São Gabriel da Cachoeira	143
Anexo 5 – Terras Indígenas	144
Anexo 6 – Sistema de Vigilância da Amazônia	145
Anexo 7 – Questionário Alfa	146
Anexo 8 – Questionário Bravo	147
Anexo 9 – Questionário Charlie	148
Anexo 10 – Questionário Delta	149
Referências Bibliográficas	154

INTRODUÇÃO

No corrente ano, durante a abertura do 20º Fórum Nacional, na sede do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o presidente Luiz Inácio avisou: “A Amazônia brasileira tem dono”. O mandatário do País deixou claro que não cederá às pressões externas para que o Brasil detenha o desmatamento da floresta e, muito menos, abdique de sua posse desse tesouro natural. No entanto, as pressões externas parecem não estremecer.

Um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), divulgado no mesmo dia da fala do presidente informava que o empresário sueco Johan Eliasch, consultor do premiê britânico Gordon Brown, avaliou que poderia comprar toda a Amazônia por US\$50 bilhões.

Foi, então, a vez do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, avisar: o Brasil está aberto a doações de estrangeiros (para a preservação da Amazônia), mas vai dificultar a compra de terras nacionais por empresas estrangeiras.

Essa tem sido a tônica governamental quando o tema tratado é a gestão do território, em especial, a Amazônia. Uma atuação pública marcada pela porosidade, falta de objetividade e planejamento. E, atualmente, o processo de globalização aprofunda ainda mais essa ambigüidade do posicionamento estatal.

Na verdade, a inserção da Amazônia como território do processo de globalização tem início ainda no Renascimento e no sucessivo processo de expansão comercial europeu, fato que culminou no “descobrimento” do “Novo Mundo”, provocando o surgimento de uma nova sociedade no continente americano, mesclada por modos, valores e hábitos ibéricos e nativos, e posteriormente, sendo adicionados também elementos da cultura negra.

Inicialmente, a Amazônia, permaneceu sob os domínios de Portugal e Espanha; posteriormente, passa a fazer parte dos interesses ingleses; e, atualmente, há uma certa predominância de interesses dos grandes centros do poder mundial (Estados Unidos, Europa e Japão) sobre a mesma.

No entanto, foi com o “fim” da Guerra Fria, que a Amazônia passou a figurar como área de interesses econômicos e geopolíticos. Dito de outra forma, a ordem unipolar estabelecida pela derrocada da União Soviética, no início de 1990, não trouxe a *pax* americana. Porém, houve uma mudança da percepção do que poderia ou não ser considerado como ameaça à segurança dos Estados Nacionais.

Neste cenário várias questões, antes relegadas em razão da Guerra Fria, emergem. O desrespeito aos direitos humanos, a degradação ambiental, a proliferação de armas de

destruição em massa, as corridas armamentistas regionais, as correntes migratórias e os ilícitos transnacionais foram questões que ganharam destaque na agenda de segurança internacional.

Elevadas à categoria de novas ameaças, as questões acima podem ser utilizadas por Estados, organismos internacionais ou mesmo atores não-estatais que, respaldadas pela opinião pública, conduziriam a um quadro de comprometimento da sobrevivência de uma determinada organização. Uma vez identificados como ameaças à segurança internacional, tais problemas podem vir a justificar intervenções militares. E não por acaso, várias dessas questões estão intimamente ligadas à Amazônia.

Ao longo de sua existência, a Amazônia foi alvo de diversas tentativas de integração ao restante do País. Coube ao Estado nacional, principal ator nesse sentido, as iniciativas. Nesse contexto, foi durante os regimes ditos de exceção que ocorreram, com mais intensidade, a integração do território nacional como um todo, e em particular, da Amazônia.

Mas, precisamente, durante o Regime Militar (1964-1985), que para alguns estudiosos, a Amazônia foi incorporada ao País.

Diante desse quadro, as Forças Armadas tiveram papel relevante na ocupação daquela região, pois foi com o advento do Programa Calha Norte que as fronteiras do extremo norte ganharam relevo.

Nesse cenário “exótico” está localizado o município de São Gabriel da Cachoeira, região, também, denominada “Cabeça do Cachorro”. Lá, diversas Unidades do Exército estão situadas, com destaque para o 5º Batalhão de Infantaria de Selva e seus sete pelotões especiais de fronteira (PEF).

O 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF), localizado na comunidade de Maturacá, é o foco de estudo para a presente pesquisa. Esse PEF faz parte de uma rede formada por outros 29 PEF ao longo da fronteira setentrional do Brasil. O 5º PEF está localizado a 100 km da sede do município, e este, a 850km de Manaus. Em geral, os PEF têm vários objetivos a cumprir, dentre eles, marcar a presença do Estado, servindo como ponto de controle, fixador do homem ao território e servir como base inicial para a formação de futuras aglomerações urbanas. E para cumprir esses objetivos o 5º PEF conta com um efetivo, estimado em 100 indivíduos, entre militares e seus “dependentes”, que convivem em suas instalações.

O isolamento do 5º PEF não é capaz de fazer arrefecer os impactos do atual processo de globalização. A Cabeça do Cachorro recebe os *inputs* por intermédio das diversas redes que a recortam. Dentre essas redes ganham destaque o atual Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Programa Calha Norte (PCN). Numa primeira perspectiva, trata-se

de redes de controle para a manutenção da soberania nacional. Porém, numa análise mais aprofundada, ambos surgem como vetores do atual processo de globalização.

Desse modo, o 5º PEF atua, ora como ponto de controle territorial do Estado nacional, ora como vetor da globalização.

Essas dinâmicas territoriais observadas na Cabeça do Cachorro, em especial, no 5º PEF suscitam as seguintes questões: a partir de que ideário o Estado nacional constrói sua percepção de território, em particular, o da Cabeça do Cachorro? Como tem sido a atuação do Estado nacional nos sucessivos processos de integração da Amazônia ao restante do país? Enquanto instituição os militares monopolizam as territorialidades existentes na Cabeça do Cachorro? Qual a real participação dos PEF nas dinâmicas espaciais amazônicas? De que modo o Exército está estruturado no espaço amazônico para cumprir suas diversas funções? A globalização, enquanto processo hegemônico, (re)cria novos territórios na Amazônia? Como os diversos atores e instituições agem para territorializar a Amazônia? De que modo o 5º PEF tem atuado ante o atual processo de globalização?

Uma pesquisa que busque interconexões entre as percepções estatais sobre a Amazônia e a presença militar na Cabeça do Cachorro – o terceiro maior município do País com aproximadamente 112.000 km² – e a globalização revelará que a identificação da Amazônia como prioridade para integrar o todo do território nacional não se deve apenas a “falta de interesses estatais”.

A hipótese central é que, historicamente, o Estado nacional tem tido uma presença na Amazônia, direcionada seja para contemplar às pressões externas, sejam às internas. No entanto, foi ele o promotor da implantação de uma estratégia de ocupação e proteção às fronteiras norte do País. É uma presença que pode ser caracterizada não pela ausência, mas pela omissão. Devido a essas pressões internas e externas, circundando o tema proteção ambiental e desenvolvimento econômico, o Estado tem tomado posições ambíguas, posto que ao mesmo tempo em que demonstra desejo em ocupar e integrar aquele espaço, ele também tende a satisfazer às pressões externas quanto à preservação ambiental, “abrindo mão”, inclusive, da soberania nacional.

A pouca importância atribuída à Amazônia pelo Estado resulta de uma intrincada rede de relações entre interesses e elementos dos sucessivos processos vivenciados pelo capitalismo, tendo atingido níveis consideráveis no atual processo de globalização.

Esta investigação também contará que, mesmo compartilhando a idéia de que a Amazônia é a região ainda a se incorporar, as Forças Armadas constituem a única instituição

a participar verdadeiramente do processo de integração da mesma. Integração esta que tem sido realizada principalmente pela presença do Exército na área.

Ainda sobre esta pesquisa é necessário fazer alguns esclarecimentos. A Amazônia não é o objeto desta dissertação.

O objetivo principal é analisar de que modo o Estado, enquanto possuidor de um poder, atua diante do processo de globalização, na produção do espaço geográfico amazônico, tendo como ponta-de-lança uma unidade do Exército Brasileiro - o 5º Pelotão Especial de Fronteira. O Exército Brasileiro como instituição regular e permanente aqui será tratado como um braço do Estado nacional presente na Amazônia. Não se pretende, desse modo, estudar o perfil organizacional desse aparelho militar brasileiro. Não obstante, lança-se mão de uma análise das unidades militares da Força Terrestre na Amazônia com a finalidade de subsidiar outros dados. Desse modo, são objetivos intermediários: - relacionar quem foram os principais atores que atuaram na territorialização da Amazônia; - caracterizar de que modo as estratégias de exploração da borracha influenciaram a atuação do Estado nacional no trato da Amazônia; - levantar como o Exército Brasileiro está desdobrado na Amazônia e, em particular, na Cabeça do Cachorro, para isso, relacionando os equipamentos militares (e civis) implantados pelo Estado na região com o advento do Programa Calha Norte e do Sivam; - analisar o arcabouço institucional; - descrever a estrutura do 5º PEF e o perfil de seus integrantes; - caracterizar como a globalização atinge a população residente na Cabeça do Cachorro e no 5º PEF; - descrever a estrutura do 5º PEF e o perfil de seus integrantes; e - caracterizar a relação dos integrantes do 5º PEF (militares e dependentes) com a população indígena dos arredores.

Diante dos recortes conceituais e da problemática proposta lança-se mão de três tipos de abordagens metodológicas: uma pesquisa bibliográfica, levantamento estatístico e uma pesquisa de campo, que serão abordados a seguir.

Há um vasto material produzido acerca da Amazônia, daí que foi preciso uma seletividade neste momento do trabalho. Ainda a esse respeito, a bibliografia produzida pelos militares ganha relevo, pois que isso facilita a realização de uma investigação acadêmica quando o tema abordado contém a participação deles. Por isso que, quando abordada a presença do Exército na Amazônia, a principal fonte desta dissertação é a bibliografia militar, composta por discursos, entrevistas, documentos doutrinários, revistas, livros de memórias, e monografias de final de curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Esta bibliografia militar requer algumas observações.

As revistas que foram consultadas têm um perfil variado. O discurso “oficial” dos militares e os temas que mais preocupam a Instituição podem ser mapeados a partir de publicações como A Defesa Nacional e a Revista do Exército Brasileiro. Mais descolado do discurso oficial, o Clube Militar do Exército publica as demandas da Força em tom mais reivindicatório.

As páginas oficiais das Forças Armadas e do Ministério da Defesa na *internet* também são uma fonte de pesquisa valiosa, disponibilizando dados sobre as respectivas instituições.

A respeito dos trabalhos produzidos pelos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), podem ser encarados como um conjunto de discursos legitimados pela instituição, pois que tais textos servem como formuladores de doutrina e difusores da “cultura militar”. Não obstante, ainda há determinados textos que tem seu acesso restrito, inclusive, aos próprios militares.

O levantamento estatístico foi realizado junto a órgãos oficiais com o intuito de coletar dados acerca da população do município. Mapas, fotografias de satélite, também foram coletados junto a diversas entidades públicas e privadas.

A pesquisa de campo contou com o suporte de duas técnicas, a saber: a entrevista foi realizada com militares e civis residentes na sede municipal; e o questionário foi utilizado para a coleta de dados dos integrantes do 5º PEF e da distribuição dos demais pelotões.

A dissertação está organizada da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta o debate acadêmico de autores renomados sobre alguns aportes conceituais, definindo os conceitos que serão empregados nesta dissertação. No segundo capítulo são analisadas a formação do espaço e sua dinâmica territorial ao longo da construção do mesmo por diversos atores (nativos e atores ibéricos), e seus respectivos rebatimentos territoriais, dando especial atenção à formação da Amazônia.

O terceiro capítulo analisa a formação do Estado nacional (brasileiro). A primeira seção do capítulo investiga o Estado. A segunda seção enfoca a formação do Estado-nação brasileiro. As seções três e quatro abordam as estratégias (nacionais e internacionais) utilizadas durante o chamado ciclo da borracha, enquanto momento da formação do Estado nacional.

O quarto capítulo trata das novas estratégias do Estado e do mercado usadas, via planejamento e sua consequência para duas regiões “problemáticas”. Na primeira seção analisa o planejamento que é realizado no Brasil. As duas seções seguintes mostram como foi o planejamento adotado pelo mercado e pelo Estado com relação ao Nordeste e à Amazônia, realçando a criação da Sudam para a segunda. A quarta seção investiga a presença do Exército

na Amazônia enquanto braço do Estado. A quinta seção analisa alguns dos instrumentos legais voltados à gestão do território, em especial, aqueles direcionados à Amazônia.

Por fim, o quinto capítulo, cerne da presente pesquisa, investiga a globalização e seus rebatimentos na Amazônia, enfatizando a chamada “Cabeça do Cachorro”. A primeira seção discute a ligação do panorama internacional com a Amazônia, desembocando, na segunda seção, com as questões e dinâmica inerentes a esse processo que estão intimamente ligadas à região. A terceira seção discute as territorialidades produzidas, recentemente, via Estado e mercado. A quarta seção prepara o leitor para as próximas seções descrevendo os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. As três seções seguintes caracterizam com dados de diferentes fontes a “Cabeça do Cachorro”, com destaque para a presença militar na mesma. E finalmente, a última seção, detalha o 5º Pelotão Especial de Fronteira e suas funcionalidades.

CAPÍTULO I

ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE. ESTADO, ORGANIZAÇÕES E PODER. ALGUNS APORTES CONCEITUAIS.

1. O espaço

Para Corrêa, o espaço é estudado por diversas ciências;

entre os astrônomos, matemáticos, economistas e psicólogos, entre outros, utiliza-se, respectivamente, as expressões espaço sideral, espaço topológico, espaço econômico e espaço pessoal, Corrêa (1995, p.15).

Porém, para o geógrafo interessa o espaço dito geográfico. Esse mesmo das relações entre os elementos naturais e as ações antrópicas. E mesmo assim, uma acepção vaga emerge, pois que a superfície terrestre, depositório de tudo que é conhecido, também é palco das demais ciências.

Para Corrêa (1995) essa “morada do homem” pode ser descrita por intermédio de diversas metáforas, que por sua vez, são reflexos e condição social, fruto de experiência de diversos modos de produção. O espaço é rico em simbolismo, tornado-se, em consequência, palco de lutas constantes. As diversas práticas sociais dão ao espaço uma noção de multidimensionalidade, o que obriga a aceitar a construção de diferentes concepções do mesmo.

Como trabalho geográfico, haverá uma tentativa de torná-lo inteligível na presente pesquisa, o que poderá conduzi-la a revelação das práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e faz a vida caminhar, no dizer de Lefévre (1974). Santos (2005) indica que é por intermédio da compreensão da realidade espacial, a qual, aliada à sociedade mundial e à sociedade local, que a Geografia pode interpretar o espaço humano como fato histórico. Daí a importância do espaço. Assevera Santos (2005, p.22) “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”.

Corrêa (1995) realiza um resgate conceitual de espaço percorrendo as diversas correntes do pensamento geográfico.

Desse modo, na geografia tradicional o conceito de espaço apesar de não se constituir como elemento-chave de análise está presente nas obras de Ratzel e de Hartshorne. O primeiro “desenvolve assim dois conceitos fundamentais em sua antropogeografia [...]

conceito de território e de espaço vital” (Corrêa, 1995, p.18). É a partir da obra de Ratzel que irá se formar o “poderoso” Estado alemão. Ou seja, “a preservação e ampliação do espaço vital constitui-se, na formulação ratzeliana, na própria razão de ser do Estado (alemão)” (*Ibid.Ibid*). O segundo vincula o espaço às necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais, na concepção de Corrêa (1995). Daí, terem os Estados Unidos da América, em Hartshorne, um de seus mais proeminentes geopolíticos.

Na geografia teórico-quantitativa o conceito de espaço ganha dimensão relevante. Nesse momento a Geografia ganha unidade epistemológica a partir de referenciais calcados nas ciências da natureza. Para Corrêa (1995) os trabalhos produzidos baseavam-se, a priori, no raciocínio hipotético-dedutivo, consagrado como o de maior relevância. Tanto é assim, que “modelos, entre eles os de Matemática, com sua correspondente quantificação, foram elaborados” (*Ibid.* p.20). Desse modo, duas formas conceituais irão analisar o espaço: o espaço por intermédio da noção de planície isotrópica¹ e o espaço como uma matriz representada².

Na geografia crítica, o conceito de espaço ganha mais relevância nas análises da obra de Karl Marx, onde surge o debate sobre a existência ou ausência do espaço e, qual a natureza e o significado desse mesmo espaço. Os geógrafos críticos, também, preocupam-se em identificar as categorias de análise do espaço. É a partir de Lefébvre que o espaço ganha um conceito que vai marcar profundamente os geógrafos: “o espaço é concebido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (Corrêa, 1995, p.26). Milton Santos, inspirado na obra lefebvriana, estabelece o conceito de formação sócio-espacial. Santos assevera que:

os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção, Santos *apud* Corrêa (1995, p.26).

A natureza e o significado do espaço aparecem ainda nos diversos estudos em que Santos aborda o papel das formas e interações espaciais, os fixos e fluxos.

Derivado do conceito de espaço, Corrêa conceitua a organização do mesmo como o “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra” (*Ibid.* p.28).

¹. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à ocupação humana. Corrêa (1995).

². O espaço geográfico pode assim ser representado por uma matriz e sua representação topológica, o grafo. Corrêa (1995).

E num longo e infindável processo de organização do espaço, o mesmo autor afirma que por práticas sociais entende-se:

o conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando em suas formas e interações espaciais, Corrêa (1995, p.28).

As práticas sociais são específicas de cada sociedade ancorada em determinado seguimento temporal. Mas, dois componentes oriundos dessa sociedade irão resultar nas práticas sociais: - o da conscientização implícita ancorada em padrões culturais próprios, que o homem tem da diferenciação espacial; - e dos diversos projetos engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma sociedade. Com o objetivo maior de administrar e controlar a organização espacial em sua existência e reprodução, as práticas espaciais, segundo Corrêa (1995), são compostas por cinco capacidades: - primeiro, pela seletividade espacial, ou seja, a capacidade que um ator possui de decidir sobre um determinado lugar e de apresentar atributos julgados de interesse de acordo com os objetivos estabelecidos; - a fragmentação - remembramento espacial, é a capacidade que determinado ator tem de fragmentar e/ou de reagrupar determinadas porções do espaço, segundo seu interesse; - a antecipação espacial é a prerrogativa que um ator demonstra para definir a localização de uma atividade em um dado espaço, antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas; - a marginalização espacial é a capacidade de determinado ator de atribuir valor a um dado espaço de forma a alterar ou mesmo marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vincula; - e finalmente, a reprodução da região-produtora, que é a capacidade que um ator detém de viabilizar a reprodução das condições de produção em determinado espaço. O modelo elaborado por Corrêa não esgota as possibilidades de análise espacial.

E uma análise do espaço pode ser realizada utilizando quatro categorias propostas por Milton Santos: - a forma, aqui entendida como o aspecto visível de um determinado objeto; pode ser um bairro, uma rua ou uma rede das organizações militares existentes na Amazônia Fronteira como no caso dos pelotões de fronteira; - a segunda categoria é a função, ou seja, a atividade ou papel que o objeto criado (forma) desempenha. Habitar, vivenciar o cotidiano, assegurar a presença do Estado em suas múltiplas dimensões - trabalho, combate, sobreviver, lazer - são algumas das funções associadas ao bairro, a empresa, a rede de pelotões de fronteira do Calha Norte. Porém, forma e função têm que estar ligadas a uma estrutura social e econômica, pois, somente assim a natureza histórica do espaço é capturada; - estrutura é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas em sua existência. - Por fim,

o processo, definido semelhante a uma ação que se realiza visando obter um resultado qualquer. São resultantes das contradições internas à estrutura social e econômica. O movimento de transformação da estrutura social e econômica é o processo. Uma análise dos fenômenos espaciais em sua totalidade requer que essas quatro categorias sejam levadas em conta em suas relações dialéticas, pois, individualizadas, representam apenas realidades parciais do mundo.

Assim, para Santos (1993, p.33), “o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”. Lúcida colocação de Santos que nesse conceito de espaço já o vislumbra como algo modificado pela ação humana. Ora, um sistema de ações requer a presença de pessoas, pois, é o homem o principal recurso capaz de transformar os demais; e mais, quando o autor menciona objetos fabricados, aproxima mais a presença do homem ao que é conceituado como espaço. Nesse conceito de espaço de Santos não se vislumbra mais a não-presença do elemento humano em qualquer parte do planeta. Santos afirma que no atual momento que a sociedade está mergulhada, conhecida como globalização, “todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas” (Santos, 2005, p.79). Assim acontece na Amazônia, assim acontece na Cabeça do Cachorro e, igualmente, no 5º PEF. Nessa perspectiva, a Amazônia está longe de ser considerada um vazio demográfico.

Para Raffestin (1993), o espaço é a realidade onde a Geografia Humana vai explicitar a conscientização do conhecimento e da prática do homem.

O espaço passa a ser objeto de interesse (da organização ou do homem), a partir do momento em que um ator manifesta nele a intenção de se apoderar. Essa intencionalidade, essa representação, inerente exclusivamente ao homem é o início da transformação do espaço em território. Esse mecanismo será analisado mais à frente.

O espaço apresenta duas faces na visão de Raffestin (1993): - o espaço real, constituído pelas superfícies, distâncias e propriedades; esse é o espaço que é dado; - e por outro lado, existe, também, um espaço abstrato, com os mesmos conteúdos do espaço real, porém, já modificado pelas organizações. O espaço abstrato é, “de certa forma, o espaço relacional ‘inventado’ pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempos diferentes do espaço real ‘dado’” (Raffestin, 1993, p.48).

E ao longo de sua existência o homem atua criando, recriando, construindo, destruindo, enfim, territorializando o que não era território, o espaço. Assim, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (*Ibid.*, p.144).

Prisão essa construída sob relações de poder, mas, cujo território, ainda tem papel preponderante.

2. O Território sob a égide do poder

Em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, Raffestin objetiva retirar do Estado o foco que até então essa organização vem recebendo quando o assunto é Geografia Política. Nessa nova perspectiva o autor enfatiza o poder como fio condutor. O projeto por ele designado é abordado por uma problemática relacional. Por problemática entende o autor ser “um mecanismo que consiste em determinar, antes de qualquer análise, o estatuto de inteligibilidade capaz de justificar um sistema” (Raffestin, 1993, p.30), pois entende ser este um conceito, dentre outros, que conduz a um conhecimento livre de ambigüidade. O termo relacional destaca o mesmo autor “é porque pensamos que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais”, (*Ibid*, p.31). De fato, a existência humana é materializada por uma extensa e complexa malha de relações.

Ao realizar uma crítica sobre a então Geografia Política clássica existente na academia, o autor se depara com uma forma que privilegia em demasiado o Estado. Desde Ratzel, a Geografia do Estado teve neste seu único e exclusivo fim. Essa geografia do Estado privilegiou esta organização por intermédio de uma problemática morfofuncional. Esta, ao utilizar uma linguagem, lança mão de três sinais, que mobilizados, caracterizam o então Estado-Nação, a saber: o território, a população e a autoridade. Será visto, sem muito aprofundamento, cada um desses sinais que é utilizado como linguagem na geografia do Estado.

O território é nesse momento a entidade com maior grau de privilégios. Ele possui em sua constituição os códigos sintáticos e os códigos semânticos; as *core areas*; as capitais e as fronteiras. Código sintático é constituído por uma série de articulações como a dimensão, a forma e a posição. Essas articulações obedecem à lógica estrutural de uma combinação que permite denotar a morfologia geral do território. A Inglaterra colocou a posição no centro de sua estratégia até a Segunda Guerra Mundial. O código semântico é constituído, também, por uma série de articulações como território grande, marítimo e fragmentado. Essa foi a forma mais eventual que a geografia do Estado analisava o território. “Esses códigos tem um caráter estático que não deve ser negligenciado, mas que dissimula as estratégias que conduziram a esse resultado” (Raffestin, 1993, p.23). Por *core area* entende-se como uma célula a partir da qual o Estado ter-se-ia desenvolvido. São regiões-chave. Porém, muitos Estados não foram

constituídos a partir dessa *core área*. As capitais, assim como as fronteiras, são pontos chaves que exprimem conformações, produtos de relações que aparecem na problemática morfofuncional, como resultados que mascaram as relações de poder que as fizeram nascer. Os códigos até aqui mencionados se inserem na consideração do poderio do Estado. Quer dizer que são sinais geométricos, de grandeza, que revelam estratégias, cujo objetivo é a potência. No entanto, esses sinais, ainda são somente uma imagem da potência, necessitando ser realizados.

Na análise da população, a geografia do Estado utiliza em sua linguagem certos signos, a saber: o número, a distribuição, a estrutura e a composição. O autor faz uma correlação com os signos utilizados na linguagem do território. Desse modo, o número e a distribuição estariam relacionados à dimensão e, a estrutura à composição. Eis algumas observações a respeito desses signos. O número exprime uma idéia de potência. Da combinação deste com a dimensão, resulta a densidade, parte integrante de qualquer estratégia. No entanto, para o mesmo autor a densidade não exprime uma real distribuição demográfica. A solução seria “acrescentar a cada densidade um índice de concentração que daria uma imagem mais fiel da distribuição” (Raffestin, 1993, p.27). Já a estrutura é fundamentada nas repartições por idade e por sexo. Assim, o Estado vai empregar esse recurso de acordo com suas finalidades. Uma pirâmide demográfica terá uso de acordo com o seu dimensionamento. A composição dessa população é geralmente abordada no confronto entre homogeneidade e heterogeneidade, considerando os grupos étnicos, lingüísticos e religiosos. Uma composição demográfica homogênea é favorável a sobrevivência do Estado, logo, sua estratégia tenderá a eliminar as diferenças. A linguagem é analisada de acordo com a sua origem, se é democrática ou não, se é centralizada ou não. As respostas para tais questionamentos podem ser encontradas na evolução histórica de cada Estado. Por fim, a linguagem da autoridade, da soberania, que não deixa de ser reveladora. Essa autoridade pode ser questionada quanto a sua origem; se é democrática ou não; se é centralizada ou não; enfim, se essa autoridade dá origem a um Estado unitário (caso da França) ou um Estado federado (caso da Suíça). Nesses dois casos (França e Suíça) o caráter (unitário ou federal) foi adquirido no decorrer de uma evolução que se estendeu por vários séculos.

Essa é a linguagem utilizada pelo Estado na vigência da Geografia Política clássica, cujos códigos apresentados não esgotam o total do universo. Procurou somente dar relevo a “certos mecanismos de codificação da geoestrutura” (Raffestin, 1993, p.28). Desde Ratzel, a Geografia Política teve no Estado seu elemento central. Assim, a linguagem, também, teria

que ser forjada e organizada em função do Estado. Talvez um erro, pois o Estado não é a única forma de organização existente no espaço e no tempo, apesar de ser a forma mais acabada e a mais “incômoda” das organizações criadas pelo homem. Becker (1982, p.11) assevera que “o espaço é produto e produtor de relações sociais [...] e que o poder é divisível; é evidente que há outras formas de poder organizadas em outras escalas que não a do Estado-nação”.

Essa linguagem não foi criada para justificar o poder político e as relações que ele (Estado) estabelece no espaço e no tempo. Quiçá, mais uma vez, aí esteja alguma pista para a marginalização que a Geografia Política tem sofrido.

Durante esse período, a única forma de organização vista e analisada no espaço pela Geografia Política foi o Estado. Para Raffestin (1993), as demais organizações, mesmo dotadas de poder político suscetível de se inserirem no espaço não foram objetos de análise da Geografia do Estado. No entanto, se em passado recente, a conotação ideológica e militarista de uma Geopolítica em que o meio físico determinava a ação do homem e do Estado imobilizou a contribuição da Geografia a ponto de esvaziar seu conteúdo político, há uma tentativa de recuperar a Geopolítica em novas bases conceituais, assevera o mesmo autor. Estado e homem modificando e ampliando seus papéis sobre o espaço, requer que aquela concepção determinista da Geopolítica seja, gradativamente, alterada. E para isso há que se reformular seus conceitos. Tarefa tão urgente quanto necessária frente à complexidade atual das relações entre Estados, mas que não é objetivo do presente trabalho.

Empregando uma análise multidimensional do poder, os símbolos utilizados podem ser recuperados. Não se pretende marginalizar a problemática morfofuncional, porém, colocá-la em sua devida posição, ou seja, após a problemática relacional. Há necessidade de se romper com a problemática unidimensional (privilégio ao Estado) na direção de uma problemática multidimensional, defende Raffestin (1993).

Uma proposição dada pelo mesmo autor é considerar que a problemática relacional esteja fundamentada sobre os princípios da simetria (ganhos e custos equivalentes) e da dissimetria (ganhos e custos não-equivalentes) nas relações entre as diversas organizações para dar sustentação a essa Geografia Política baseada nas relações de poder. Tarefa difícil, pois se “uma problemática relacional é difícil de ser elaborada [...] o poder é ainda mais difícil de se identificar” (Raffestin, 1993, p. 29). Neste momento, realizam-se algumas observações sobre o elemento poder, que direciona a obra do autor.

Na tentativa de uma definição para o poder, Raffestin destaca, de início, a ambigüidade do termo. Como irmãos gêmeos: primeiro nasce o Poder, depois, quase que

instantaneamente, vem ao mundo o poder. Suas diferenças não estão somente nas iniciais. “O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio”, e este “resume a história de nossa equiparação a um ‘conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado’” afirma o autor (*Ibid.*, p.52). É a esse Poder ao qual se faz referência freqüentemente, ligado a soberania do Estado, à forma da lei ou à unidade global de uma dominação, o Poder total, o *big brother* da *panope* mundial! É um poder unidimensional, que não deixa brechas à multidimensionalidade, que nos convém. Esta familiaridade com esse nome próprio - Poder - é a forma mais habitual, mais marcante de seu reconhecimento. Tudo parece nascer da confusão que se estabeleceu quando do nascimento do Estado, tendo sido todo o “Poder” concentrado nesse ator, o Estado, exclusivamente a ele, como se não houvessem outras organizações. Porém, “o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”, conforme Raffestin *apud* Foucault (*Ibid.*, p.52). Esse Poder do Estado é visível, porque manifesta-se nos diversos aparelhos que limita o território, controla a população e domina os recursos. Mas, Raffestin (*ibid.*, p.52) adverte que “pretender que o Poder (**seja**) o Estado significa mascarar o poder com uma (**letra inicial**) maiúscula”. Na visão desse autor interessa, o poder. E, é exatamente esse poder, nome comum, composto por cinco letras que não se repetem, presente em todos os lugares, onde haja o elemento humano, esse poder “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, (**que**) se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (*Ibid.*, p.52), é esse o poder que interessa na análise relacional. Ao contrário do Poder que inspira a desconfiança e inquietação, esse poder é o mais perigoso, pois, é aquele que não se vê. No entanto, o próprio Raffestin (1993) ressalta que o Poder do Estado não desaparece, assim como o próprio Estado, também, não. Esse Poder permanece presente, ele não está morto, permanece em estado de latência, e quando for do interesse da classe dominante, volta para ocupar seu lugar. Mas, por ora o que interessa para este trabalho é essa nova abordagem que o autor faz ao analisar o poder.

Para lançar luzes sobre uma possível conceituação do poder, Raffestin aborda cinco proposições de Foucault: - primeiro, o poder não se adquire, é exercido a partir de inumeráveis pontos; - segundo, as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações, mas são inseparáveis delas; - terceiro, que o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominadores e dominados; - quarto, que as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; - e por fim, quinto, onde há poder, há resistência e, no entanto, esta (resistência) jamais está em posição

de exterioridade em relação ao poder. Mais importante que conceituar, essas proposições objetivam a natureza do poder.

Assim, Raffestin observa nas proposições de Foucault afinidades com sua problemática relacional. “Toda relação é o ponto de surgimento do poder”, daí seu caráter multidimensional e não unidimensional. “A intencionalidade revela a importância das finalidades. A resistência exprime o caráter dissimétrico, que quase sempre caracteriza as relações” (*Ibid.*, p.43). Outra contribuição de Foucault diz respeito ao que Raffestin denomina de “economizar uma nomenclatura do poder”, ou seja, não há necessidade de se distinguir o poder político, do poder econômico, cultural etc. Mas o Poder do Estado trata e distingue, enfaticamente, as várias expressões do Poder. Desse modo, a inclusão do poder diferencia o mecanismo de passagem do espaço ao território. De uma problemática morfofuncional que caracterizou a Geografia Política clássica para uma problemática relacional proposta por Raffestin.

3. Do território da Geografia do Estado ao território da Geografia do poder

Na proposição de Raffestin, no mecanismo para a passagem do espaço ao território, o primeiro surge como elemento básico, ou seja, preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática, ele é a realidade material anterior ao território. Como já foi dito anteriormente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. Território é uma produção a partir do espaço, que envolve relações, que se insere num campo de poder. Assim, a produção de uma representação já é uma apropriação do espaço, pois, nela revelam-se limites de um conhecimento, assim como, também, a imagem desejada de um território, de um local de relações. Mas nessa representação atua um ou diversos atores. Desta feita, o espaço agora representado não se trata mais do espaço, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema de sinais. Marques (2007) assevera que, para os militares a Amazônia ainda é uma representação, não podendo, portanto, ser caracterizada com espaço. Destarte, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido [...] o espaço que se tornou o território de um ator” (Raffestin, 1993, p.147). Esse é o mecanismo proposto por Raffestin, no qual o poder ganha relevo e está presente em todas as relações. É esse o mecanismo para a fabricação do território.

Sendo a existência do homem tecida de relações, admira-se Raffestin a não atenção dada pelas ciências humanas quando nas explicitações de Marx ao observar que na análise da mercadoria já se podia ser vista uma relação. O conflito entre esses dois momentos - do valor

de uso e do valor da troca - observado por Lefébvre e, não percebido por Marx, tem ocupado o horizonte da História da humanidade. Pois, todo valor de troca é coercitivo, na medida que se impôs a institucionalizar o dinheiro como intermediador, dinheiro este que nem mercadoria é! Contudo, o dinheiro não é a causa de todos os males do homem. “Invenção preciosa, não merece nem tantas indignidades, nem tantos louvores” (Raffestin, 1993, p.36). O dinheiro é a matematização da mercadoria. No Renascimento, a natureza se presta à matematização, segundo Sábato (1993). Porém, a matematização da sociedade é anterior ao Renascimento, pois, mesmo antes de Descartes, “o dinheiro permite criar equivalências imaginárias, é a fonte de uma aritmética criativa ‘de espaços abstratos’ que realizam ‘a equivalência dos não equivalentes’” como afirma Raffestin (1993, p.37).

Ou seja, num ato de troca, aparentemente simples, já estaria evidenciada uma relação fundamental inclusive para a consolidação do ato, a troca. Assim, também, ocorre quando um membro do 5º PEF realiza esse ato - a troca - com um membro da comunidade indígena, conforme frisa Nascimento (2007). Ambos conduzem “uma realidade orgânica: seus corpos, suas mãos, além de seus equipamentos e produtos” (Raffestin, 1993, p.32). E mesmo possuidores de línguas diferentes, entram em contato, que diante de novas informações do outro, são modificados. Por outro lado, a relação não está presente somente nas trocas materiais, porém, a relação social está alicerçada nela. E desse modo, a troca material é apenas um exemplo de como são complexas as relações.

Para Raffestin, o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Para tanto, o poder utilizará três trunfos em uso na Geografia Política: a população, o território e os recursos. Em relação à Geografia do Estado, percebe-se que é a população e não o território, o elemento privilegiado. Isto ocorre porque, como já visto anteriormente, é da população que emana o poder. Mas, o território é o palco onde esse poder atua, daí sua continuada importância.

O território é o produto dos atores sociais, que partem da realidade inicial dada, o espaço. O território é resultado das relações de poder, traduzido por malhas, redes e centralidades, cuja permanência é variável. O território, também, é meio de consumo para aqueles que mesmo não participando de sua construção, consomem-no. Raffestin defende que:

o território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, e o território é a prisão que os homens constroem para si, Raffestin (1993, p.143-144)

4. Uma proposta para definir território

A partir do essencial visível das práticas sociais, ou seja, do ato dos atores, que diante de uma representação, repartem as superfícies, implantam os nós e constroem as redes, é que será configurado o sistema territorial. Esses atos, nem sempre são observáveis, pois podem estar ligados simplesmente a decisões, estando, assim, ligados ao território abstrato. Porém, mesmo não-observáveis, intervêm nas estratégias dos atores. Mas, considerando o território concreto, esses atos serão observáveis por intermédio de uma prática espacial, que é traduzida por uma produção do território. Raffestin (*Ibid.*, p.150) assevera que “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação”. Daí a necessidade de se fazer presente no território a tessitura, o nó e a rede.

Para o mesmo autor os indivíduos ou grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem, estes servem de resposta as distâncias que o espaço lhes apresenta. Estas (distâncias) podem ser encaradas em termos espaciais, temporais, psicológicos ou econômicos, e se referem à interação entre diferentes locais, podendo ser do tipo política, econômica, social e cultural. Essa interação resultará em jogos de oferta e procura o que conduzirá aos sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço, constituindo o que chamamos de território. É uma diferenciação não somente funcional, mas, sobretudo, uma diferenciação comandada, hierarquicamente, que deste modo, contribui para ordenar o território.

A função desses sistemas (tessituras, nós e redes) é assegurar o controle sobre o que existe no território, quer esteja distribuído, alocado ou possuído; impor e manter várias ordens; enfim, manter o território coeso e integrado. É no interior desses sistemas que irá se originar as relações de poder. Ora, assim, tessituras, nós e redes estão presentes em todas as práticas sociais. Para Raffestin essas práticas espaciais ainda não foram suficientemente analisadas e dissecadas pela Geografia e, caso o fosse, permitiria uma compreensão da natureza das visões intencionais dos diversos grupos sociais. São esses sistemas que sustentam as práticas sociais. Todavia, ele afirma que esses sistemas formam uma estrutura que primeiro é interiorizada no grupo para somente depois ser exteriorizada. Uma vez exteriorizada, essa estrutura adquire uma infinidade de imagens. Imagem, aqui, é definida como uma forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações do ator.

Assim, as imagens territoriais revelam as relações de produção, as relações de poder territorial, que somente podem ser explicadas caso se recorra “aos princípios ou códigos que asseguram, por meio de sistemas sêmicos, a comunicação entre os modos de produção e o

espaço”, afirma Raffestin (*Ibid.*, p.152). Prossegue o autor afirmando que a produção do território passa pelos diversos atores e organizações, do Estado ao indivíduo, das pequenas às grandes organizações.

Desse modo, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações, de novas próteses, de novas ligações. É assim quando o Estado decide instalar novos pelotões na faixa de fronteira. As demais organizações, também, fazem o mesmo. Inclusive as pessoas, individualmente, fazem-no. Em graus e momentos diferentes e em lugares variados, todos são atores sintagmáticos que produzem territórios. Para atingir determinados objetivos, os diversos atores combinam energia (potencial que permite o deslocamento e/ou a modificação da matéria) e informação (forma ou a ordem que é detectada em toda matéria ou energia) devidamente estruturados em códigos. Essa combinação vai gerar as estratégias de produção, que irão se chocar com outras estratégias nas diversas relações de poder. Daí a importância de se fazer uma leitura do território, que somente é possível mediante o uso de uma linguagem.

Toda tessitura implica a noção de limite. Limite é um dos componentes gerais de toda prática, e não somente da prática espacial. A noção de limite é quase universal. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir e agir, implicam na noção de limite: é preciso delimitar, ou seja, isolar, subtrair ou manifestar um poder numa área precisa. A ligação entre limite e território é quase carnal. Para Raffestin (*Ibid.*, p.153) no processo de produção do território ocorre, uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.

Quanto às malhas (conjunto de pontos), enfatiza Raffestin (1993), não são homogêneas nem uniformes. Elas revelam a repartição e/ou organização da superfície territorial. Para organizar o território acolhem a população, os pontos ou nodosidades territoriais ou marco. É nas malhas que se elabora a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles. Pontos são locais de aglomeração, lugar de poder, ou seja, centro. E o ator quando realiza uma representação no território se vê e se representa como centro deste. Os pontos simbolizam, então, a posição dos atores.

Já a rede, prossegue o autor, é um sistema de linhas que desenham tramas, podendo, ainda, ser abstrata ou concreta, visível ou invisível, desde que assegure a comunicação entre os diversos atores que a compõem. A criação de uma rede ocorre quando vários atores procuram manter relações com o intuito de assegurar funções, influências, controles, interdições, permissões, distanciamentos ou aproximações. No mesmo tempo que assegura a comunicação, a rede, também, pode impedi-la. Essa ambivalência surge devido às diversas

escalas de atuação dos atores. O que pode ser visto como comunicação em pequena escala pode ser visto como perda de comunicação em grande escala.

Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder ou dos atores dominantes, o que revela um domínio do quadro espaço-temporal. As redes concretas se traduzem por infra-estruturas no território e que ligam pontos precisos, utilizando, assim, o quadro espacial; as redes abstratas se traduzem por picos que podem ser concretos e visíveis, mas não os arcos que ligam esses pontos e, utilizam assim, o quadro temporal. Como exemplos de redes concretas existem as redes ferroviárias e as redes dos pelotões de fronteira; como exemplos de redes abstratas temos as redes de televisão, a rede de sinais do Sivam e, a própria Rede Rádio Cruzeiro da Força Terrestre, que abarca todo o território nacional.

Contudo, as organizações são muito influenciadas pelas redes de comunicações, o que traz mudanças para o sistema. Esse pode ser tanto um meio como um fim. Se meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. Assim, o sistema territorial é meio e finalidade das estratégias dos atores. Portanto, é produto e meio de produção. O ator ao consumir o território gera a territorialidade, que para Raffestin é um dos temas mais negligenciados pela Geografia.

5. A territorialidade

A identificação da noção de territorialidade coloca questões. Por ter origem nos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana, esta ainda, está por ser escrita. Todavia, “na tradição americana a territorialidade é definida como um fenômeno de comportamento associado à associação do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelo que os definem”, conceito externado por Soja conforme Raffestin (*Ibid.*, p.159). No entanto, a territorialidade pode ser conceituada, se observada como parte de uma problemática relacional. A territorialidade pode ser definida como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional – sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”, Raffestin (*Ibid.*, p.160). Mas, essa territorialidade é dinâmica e as relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço, seria fazer renascer um determinismo sem interesse, conforme Raffestin (1993). A territorialidade, nesse sentido, é sempre uma relação, mesmo diferenciada com os outros atores.

6. As organizações

As organizações jogam no espaço e no tempo. Para isso, Raffestin (1993, p.39) revela que “elas ‘canalizam’, quer dizer que obrigam (as forças sociais) a tomada de linhas de função determinada, quer se trate de espaço concreto, geográfico, quer se trate de espaço abstrato, social; ‘bloqueiam’ (as forças sociais), significa que agem sobre as disjunções para isolar e dominar; ‘controlam’ (as forças sociais), ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um ‘espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto’”, remetendo-se ao panoptismo de Foucault. Essas são as funções das organizações, estar acima da rede, da malha, domesticando tudo sob seu prisma. E mais uma vez o Estado é a maior das organizações, mas não é a única, assevera o mesmo autor.

As organizações, desse modo, agem pela ameaça de ser dissolvidas ou reduzidas devido a concorrência. Sim, um Estado pode, e na maioria das situações, é concorrente de outro Estado. Exemplificando, “o Estado só recorta o espaço em malhas mais ou menos cerrada por uma única razão: deve encontrar a ‘malha’ mais adequada para, [...] ‘ver’ o melhor possível. Só abre certas vias de comunicação e traça certas fronteiras por essa razão” (*Ibid.*, p.39), pela possibilidade da concorrência de outra organização, inclusive outro Estado, de o destruir.

A organização atua no espaço codificado, quadriculando e centralizando o mesmo, de forma que o controle, bloqueie e canalize. Talvez seja esta uma das funcionalidades do pelotão especial de fronteira.

Mas, é certo que haverá resistência que tendem a frear a expansão da organização no espaço, seja o Estado, seja a empresa. Haverá desintegração, destruição das formas. Assim, a organização gera relações dissimétricas. Para Milton Santos esse processo resulta naquilo que se conhece por “rugosidades”, o resultado do novo no embate com o velho, as sobras da batalha, os testemunhos dos caminhos percorridos pelas gerações.

Surgem, assim, dois tipos de atores coletivos: os sintagmáticos que, “manifesta, com precisão, a idéia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo”, conforme Raffestin (1993, p.40).

Dessa forma, *a priori*, todas as organizações são atores sintagmáticos. O Estado ao realizar modificações no espaço, ao organizar o território, é um exemplo de ator sintagmático por excelência. A empresa ao organizar um processo de produção, também, é um ator sintagmático. Esses processos são articulações múltiplas e variadas realizadas nos seus diversos processos. E para a implementação desses processos os atores sintagmáticos lançam mão dos ‘atores-indivíduos’, parte integrante do processo. As pessoas, deste modo, enquanto

parte de um processo, e independente de sua posição, apenas representa o ator sintagmático. Já o ator paradigmático é derivado de uma divisão classificatória realizada com base criteriosa que os indivíduos têm em comum. Esse ator não está integrado a um determinado processo programado. Esse conjunto de atores paradigmáticos, em determinadas circunstâncias, pode constituir-se em atores sintagmáticos. Para Raffestin (1993, p.41), “o ator coletivo sem programa a realizar aparece, portanto, como um trunfo em relação aos atores sintagmáticos”, uma vez que passa a se tornar um recurso para as organizações, as quais buscaram a posse, o domínio e o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas em processos. Daí a importância que Raffestin (1993, p.41) dá à população, que “ao mesmo tempo é fonte das organizações e trunfo dessas mesmas organizações, em diversos graus e sob diversas formas”. Assim, as populações indígenas que os colonizadores, aqui, encontraram, podem ser classificadas como atores paradigmáticos, enquanto trunfo e fonte de recursos para as organizações.

E dentre as organizações, o Estado é aquele que mais se faz presente na articulação com o território.

7. Essa mega organização denominada Estado

Para Azambuja (1971), o homem, desde que nasce está inserido em diversas instituições ou sociedades. A primeira delas, em importância, é a Família, que tem por funções básicas alimentar, proteger e educar. Existem outras sociedades, como a Escola, a Igreja, a Empresa etc. O mesmo autor, também afirma que “além dessas, há uma sociedade, mais vasta do que a Família, menos extensa do que as diversas Igrejas e a Humanidade, mas tendo sobre as outras uma proeminência que decorre da obrigatoriedade dos laços com que envolve o indivíduo: é a sociedade política, o Estado” (AZAMBUJA, 1971, p.1). No grupo social familiar, o homem é forçado a entrar pelo nascimento, mas pode libertar-se pela maioria. Em todos os demais grupos, ingressa voluntariamente, “da tutela do Estado, o homem não se emancipa jamais” (*Ibid.* p.4), afirma o referido autor. E é este mesmo Estado personificado em verde e amarelo que atua de forma porosa e pontual nesse imenso território brasileiro. A origem desse ator (Estado) foi estudada por vários pesquisadores.

Para Engels, a formação do Estado, na forma mais pura, isto é, sem a intromissão de violências externas ou internas, mas pela necessidade de se criar uma instituição para proteger as novas riquezas individuais (propriedade privada) contra as tradições comunistas gentílicas, aconteceu primeiramente na Grécia.

Raffestin (1993), destaca que o Estado-nação tem suas origens no deslançar da Revolução Francesa. Já o conceito moderno de nação pouco tem a ver com sua origem clássica, pois, há muito que a nação deixou de ser fatalidade biológica e étnica. Mas a obra de Ratzel deixou suas heranças.

A Geografia Política, fundada por Friedrich Ratzel, teve influências das mais variadas, o que revelou um produto muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, o que não o condenaria. O próprio Ratzel reconhece mais tarde ser equivocada a comparação de Estado com um organismo vivo. A idéia-força da sua obra foi o determinismo, cujo ponto inicial parte da existência de uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Daí que, para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado foi o encaixamento no solo das comunidades que exploraram as potencialidades territoriais.

Por isso que, sendo o Estado a expressão formal de uma vontade coletiva, emanada de uma população, radicada numa área geográfica e sobre ela projetada, visando à defesa dos interesses comuns, Azambuja (1971) destaca que ele tem como funções: - implementar a lei (organização social da liberdade); - a ordem (equilíbrio social interno resultante da mediação de conflitos entre indivíduos e entre grupos sociais); - a segurança (defesa do conjunto social contra ameaças externas); - a organização espacial (racionalização da ocupação demográfica e econômica do território); e - o desenvolvimento social (promoção do avanço sustentável dos processos combinados de educação, saúde e saneamento, habitação, ciência e tecnologia, infraestrutura e fomento da estrutura produtiva e do trabalho e renda).

Mas, esse mesmo Estado não está sozinho, independente no mundo. Ele segue uma lógica global, um paradigma, que atualmente é denominado globalização; e esta tem aprofundado a interdependência entre os diversos Estados-nação.

E mesmo nessas condições “o Estado não é ausente, nem menor, apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante”, conforme realça Santos (2005, p.66). Daí que, essa mega organização, ainda, detém o monopólio das normas, que facilitam ou dificultam o acesso dos poderosos fatores externos ao território.

O Estado continua forte ao impor por força normativa, sua vontade (Castro 2005). Nem as empresas transnacionais nem as instituições supranacionais detém tal força. É o Estado nacional que regula o mundo financeiro, o território e constrói infra-estrutura, viabilizando, por vezes, o acolhimento das grandes empresas nacionais e/ou internacionais. Daí que, “a cessão da soberania não é algo natural, inelutável, automático, pois depende da forma como o governo de cada país decida fazer sua inserção no mundo da chamada

globalização”, segundo Santos (2005a p.78). Como consequência, prossegue o mesmo autor, “o Estado altera suas regras e feições num jogo combinado de influências externas e realidades internas”, isto é, ordena sua realidade espacial de acordo com uma lógica global, atendendo diversos e conflitantes interesses. Daí a importância do planejamento, que será tratado no próximo capítulo.

E assim como o conceito de Estado é mutável ao longo da história, nação, nacionalidade e nacionalismo sofrem seus enquadramentos temporais. Também não é intenção da presente pesquisa incorrer na conceituação dos termos ora apresentados, mas apenas fazer aparecer que entre eles e o Estado ocorrem relações íntimas, quase mesmo indissolúveis.

O aporte conceitual aqui apresentado, modo algum totalizante, demonstra a importância dos conceitos geográficos utilizados na presente pesquisa. O leitor deste resgate deve estar advertido da importância e variedade da bibliografia que, tem sido produzida sobre o assunto, sob os mais variados ângulos para o qual, aquela contida na presente pesquisa deve ser considerada como um modesto ponto de partida.

Quando se pensa em Amazônia, a noção imediata que surge é aquela de uma região “exótica”, “vazio demográfico”, distante, descolada do restante do País. E essas colocações têm suas origens mesmo antes do “descobrimento”. A história da ocupação da Amazônia brasileira não era pra ser escrita pelos portugueses, mas pelos espanhóis, conforme o Tratado de Tordesilhas. No entanto, coube a Portugal realizá-lo.

Desse modo, do processo resultante do que hoje constitui o território brasileiro, faz parte a atuação, primeiramente, do Império Português no rompimento de Tordesilhas; mais tarde com o Estado nacional ao expandir e delimitar suas fronteiras. E como essa formação territorial se reporta há mais de 500 anos, ou seja, mesmo antes da chegada dos colonizadores, faz-se necessário uma análise das dinâmicas territoriais pretéritas.

Primeiro uma territorialidade nativa, marcada pela ausência do colonizador branco europeu. Em seguida, com a chegada do colonizador, ocorre um processo de dissolução desse território, ou seja, uma reterritorialização. São esses dois processos, não excludentes, mas seqüenciais que irão moldar a dinâmica territorial da Amazônia. Em vista disso, nos próximos capítulos analisa-se como foi o processo de incorporação e seus rebatimentos no território amazônico.

CAPÍTULO II

ESPAÇO AMAZÔNICO E DINÂMICA TERRITORIAL

Neste capítulo será abordado como foi se configurando o espaço amazônico e sua dinâmica territorial. Para tanto, analisa-se, inicialmente, uma territorialidade nativa, aquela que pré-existia à chegada dos colonizadores europeus, pois que, o continente americano já se constituía em território devido à presença de diversos povos indígenas. Estes, não empregando técnicas tão avançadas causavam pouco impacto ao meio físico. Era o tempo dos “homens-lentos”, no dizer de Santos (2003). Com a chegada do europeu, o Novo Mundo passa a experimentar profundas alterações territoriais. Esses novos atores reterritorializam a América. Impondo seus hábitos ibéricos, ao mesmo tempo recebendo influências nativas. Juntos irão compor um novo território, uma nova dinâmica, marcada por relações conflituosas. Essa transformação deu-se pela atuação de diferentes atores e organizações. Povos ibéricos e indígenas são os mais proeminentes atores dessa transformação. Diante da atitude das diversas monarquias européias de não reconhecer o indígena como titular de quaisquer direitos sobre as terras americanas, o confronto foi inevitável. A atividade das potências foi para dominar as terras do continente, escravizando, expulsando ou matando os indígenas, se estes ousassem reagir ante a dominação que os povos “civilizados” lhes impunham. Marcando presença no território, outros atores também participaram dessa problemática relacional, mas em menor intensidade: os ingleses, holandeses, franceses e os escravos africanos. Já dentre as organizações, o Estado, foi - e ainda é - o principal articulador desse arranjo territorial. Daí, dessa inquietação em analisá-lo na configuração amazônica.

1. Territorialidade “Nativa”

À época do descobrimento, o que se conhece, hoje, como América era na verdade uma terra compartilhada por diversas etnias indígenas. Duas teorias explicam a origem do homem americano. Miranda (2007, p.23) frisa que “os primeiros habitantes das Américas teriam chegado da Ásia, via Estreito de Bhering, há cerca de 25.000 anos. Na Amazônia existem indícios de que esses habitantes aqui chegaram há acerca de 12.000 anos”. Não obstante, uma outra hipótese, segundo o mesmo autor, afirma que os primeiros habitantes americanos seriam originários da Polinésia, os quais teriam utilizado embarcações primitivas para a travessia do oceano Pacífico e chegar ao Novo Mundo.

A par do debate da origem do homem americano, fato é que, a Amazônia já se constituía em território mesmo antes da chegada dos europeus. Daí que um entendimento do que é hoje a Amazônia, em especial, a Cabeça do Cachorro e seus atores, faz-se necessário esse resgate pretérito de sua formação.

Para Lockhart e Schwartz (2002), nessa imensa massa territorial, uma Amazônia tida como periférica, detentora de uma extensa área de florestas tropicais, savanas e planícies inundadas, cresceria uma sociedade indefinida e diferente em resposta à realidade local. Essa extensa área sustentava povos indígenas com níveis diferentes de organização social, densidade populacional e economia. Bento (2003) sustenta que na Amazônia, o migrante asiático, que deu origem ao indígena, aparentemente, encontrou condições ideais de sobrevivência: caça abundante, produtos florestais em quantidades imensuráveis, rios viscosos etc. A sua subsistência estava ligada ao binômio rio-floresta, por isso mesmo passou a habitar próximo às margens da imensa rede hídrica: rios, furos, lagos e igarapés. Aí desenvolveu o que tem sido chamado pelos antropólogos de “cultura da floresta tropical”. O indígena domesticou animais e plantas, que até mesmo o protegeu contra as doenças, já endêmicas no mundo civilizado de então; protegeu-se contra as intempéries; e conseguiu condições próximas das ideais na relação com o meio físico. E o cultivo da mandioca parece ter sido uma das conquistas mais expressivas.

Já Ribeiro (2006), afirma que cada povo tinha para si o direito ao uso de um determinado ambiente, uma área, sem que isso se configurasse uma exclusividade, uma propriedade privada.

Os rios foram - e ainda são - as principais vias de acesso aos rincões da Amazônia. São as veias e artérias da vida, e suas águas, o sangue essencial. E, mesmo na atualidade, frisa Varella (2008), é a única estrada a ligar todas as cidades e comunidades que vivem às suas margens, o rio é um vai-e-vem incessante de pessoas e mercadorias.

Lockhart e Schwartz (2002) defendem que uma grande variedade de plantas, animais e peixes que ali se desenvolveram é consequência de uma várzea rica, resultante de uma planície inundada freqüentemente ao longo dos vales fluviais, quando a matéria orgânica será depositada às margens dos rios, formando um solo rico, beneficiando a agricultura. Anteriormente ao descobrimento, ela já sustentava uma grande população de índios. Atestam Lockhart e Schwartz que,

os primeiros europeus que entraram na região, como os que acompanharam Francisco Orellana na descida do curso do rio Amazonas na década de 1540,

registraram muitas aldeias ao longo das margens e notaram que muitas vezes as canoas dos espanhóis navegavam dias inteiros à vista de moradias de índios nas margens, Lockhart e Schwartz (2002, p.321).

No entanto, os dois grandes rios formadores do Amazonas não possuem as mesmas características. Se o rio Solimões é tido como propício para a vida marinha, o mesmo não se pode afirmar do rio Negro. Varela (2008) afirma que a pobreza de nutrientes de suas águas escuras não oferece condições favoráveis à agricultura. E ainda, a acidez, que dificulta o aparecimento de insetos, como os mosquitos, afeta toda a cadeia de vida animal na região. As matas da bacia do rio Negro são comparativamente pobres em animais terrestres e aquáticos. Foram essas condições desfavoráveis para caça/pesca e cultivo da terra que podem explicar a baixa densidade populacional e o pequeno impacto da interferência humana na Cabeça do Cachorro. Sendo assim, se na várzea do Solimões, Orellana relata que pôde observar grandes populações indígenas sustentadas pela agricultura e exploração de fontes ricas em proteína (representadas pelos peixes, manatis e milhares de tartarugas), o mesmo não se pode afirmar das margens do rio Negro e seus afluentes.

Assim, as visões de Orellana, devem ser circunscritas ao rio Solimões. Evidentemente, que essa diferenciação no acesso a diversos tipos de alimentos teriam suas conseqüências na organização social dos povos indígenas.

Lockhart e Schwartz (2002) identificaram na cultura de um determinado povo - os omáguas - a utilização da língua tupi, a moradia em aldeias, o desenvolvimento de um sistema político que incluía a figura do líder, e o domínio da cultura do algodão para confecção de roupas, assim como da técnica para a produção da cerâmica, o que pode supor que se tratava de tribos que somente habitavam nas proximidades dos cursos d'água.

No entanto, as populações indígenas não estavam restritas às margens dos rios, embora esse fosse seu local preferido, e onde se concentravam as grandes populações. Longe das margens a agricultura era mais difícil de ser praticada, fato que dificultava a fixação do indígena ao território. As populações que ali habitavam eram formadas por pequenos grupos, seminômades, cuja principal fonte de alimentação era a caça selvagem, que estando dispersa na imensa floresta, obrigava que esses grupos estivessem em constantes movimentações. Lockhart e Schwartz (2002) salientam, também, que tais características podem ter dificultado e talvez mesmo negado aos colonizadores sua subjugação ou controle.

Nessas circunstâncias, a bacia amazônica incluía vários ambientes, alguns dos quais sustentavam populações densas. Embora grande parte da floresta fosse pouco habitada, as margens dos rios, as savanas e a costa ofereciam condições para o povoamento.

Já Soublin (2003) frisa que a população indígena da Amazônia chegou, possivelmente, a seis ou sete milhões de indivíduos na época do contato, antes que a doença, a guerra e a caça a escravos cobrassem seu preço. Para aquele momento era um efetivo considerável, principalmente, quando compara-se com o efetivo populacional atual dos povos indígenas na Amazônia brasileira, algo em torno de 700.000 indivíduos, segundo dados do IBGE (2006). Afora, talvez, uma certa superestimação numérica, há necessidade de se relativizar os dados apresentados. Bertha Becker (2006) afirma que, hoje, o Brasil tem vivido um processo de indigenização, ou seja, está acontecendo algo, antes impensável: a população indígena está crescendo. Além disso, essa Amazônia de seis ou sete milhões de indígenas, a que se referem os autores, incluía não somente a porção brasileira, mas, também, os demais países, que tem pedaços de seus territórios ocupados pela massa florestal.

Desse modo, configurava-se a territorialidade nativa na qual os colonizadores europeus se depararam ao chegar ao Novo Mundo. Esta análise é apenas uma contribuição para o entendimento do processo que teve início a partir dessa territorialidade.

A chegada do europeu (re)territorializou a Amazônia ao quebrar o equilíbrio existente. Inicialmente, impondo seus modos, dissolvendo a natividade e, em seguida, mesclando-se à mesma. Foi um processo lento, porém, permanente, em que energia e informação fluíram intensamente. A dissolução da natividade continua acontecendo por intermédios de antigos e novos atores. Interesses de ambas as partes foram postos a prova. Como resultado dessa problemática relacional resultou numa outra Amazônia, que será analisada a partir da dissolução desta natividade.

2. Dissolução da “Natividade” e reterritorialização colonial

Do ponto de vista geopolítico é indispensável afirmar que, quando o europeu chegou à Amazônia, o indígena já a ocupava em quase toda sua extensão. Ribeiro ressalta a face mais perversa do processo de dissolução da natividade:

o indígena tinha nítida consciência dos seus direitos ao domínio das terras que ocupava e explorava. Enfrentou o invasor europeu heroicamente, porém sem possibilidades de vitória, pois não tinha condições tecnológicas para guerrear contra as armas de que dispunha o branco: armas de fogo. Assim sofreu um verdadeiro genocídio, (Ribeiro, 2006, p.64).

A dissolução da natividade e a reterritorialização amazônicas tem suas origens, ainda, mais distantes da época do “descobrimento” da América.

No Renascimento, as grandes políticas espaciais dos Estados tinham, com relação às suas realizações territoriais, uma vontade de atingir o mar, de acessar e conquistar novos espaços, de implantar novas cidades. Evidentemente, que, por trás desse “jogo de cena” havia toda uma intencionalidade. Caio Prado (2007, p.20) destaca que “a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora”.

Para Sábato (1993) foi no despertar do homem laico que se pôde identificar uma ruptura profunda no pensamento ocidental. Não há um momento exato dessa ruptura, mas, algumas causas que aconteceram, próximas, temporal e espacialmente, que levaram ao despertar do Ocidente, corroborado pelo domínio das técnicas pelos europeus.

A ascensão da razão e do dinheiro foram determinantes para a expansão comercial. A burguesa emerge, economicamente, com as Cruzadas, onde segundo Sábato (1993) se iniciam os Tempos Modernos. Até então o homem estava submerso nos valores espirituais.

A Igreja colaborou para a ascensão da razão; esta obteve no dinheiro seu maior fiador, estabelecendo, a partir de então, uma “soberania” plena. Estavam abertas as portas à Modernidade.

A primeira atitude do homem em relação à natureza foi o amor sublime. Surge, inclusive, a idéia de que o Renascimento é uma volta à Antiguidade. Puro engodo. Pois, o desejo de dominar aquilo antes selvagem, nascera dessa (nova) relação homem - natureza. É desse “desejo que nasce a ciência positiva, que já não é mero conhecimento contemplativo, mas o instrumento de dominação do universo”, (Sábato, 1993, p.29).

Prado Júnior (2007) defende que a expansão marítima dos países europeus, que culminou com o descobrimento e colonização da América, teve sua origem na criação de empresas comerciais pelos navegadores, derivando no crescimento do comércio continental europeu. Estavam criadas as condições para as conquistas extra-continentais. Pobre homem, “*animal instrumentificum*”, criador da máquina, dominadora da natureza. Pobre homem, não sabe ele que, “dialeticamente, ela (a máquina) terminará dominando seu criador” (Sábato, 1993, p.29).

Na virada dos séculos XV e XVI, a Europa Ocidental viveu o esplendor da Renascença. Para Monteiro (1997) é da maior relevância que a Amazônia seja focalizada a reboque desse momento histórico, que até então, ainda, ignora-a.

Não é objetivo desta pesquisa reescrever a história de ocupação da América, nem da Amazônia. Porém, há necessidade de manter em relevo acontecimentos passados que têm ligação com a realidade da região, aí inserida a Amazônia. É preciso uma análise em diversas

escalas espaço-temporais, pois, como frisa Prado Júnior (2007, p.20) “todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”. As mudanças verificadas numa determinada porção do espaço, repercute nas outras porções do todo, e ele próprio é modificado.

E nesse sentido, o ímpeto com que Portugal³ e Espanha lançaram-se aos mares, merece algumas colocações para um entendimento do processo de dissolução da natividade. Esses dois países foram os principais agentes da transformação territorial latino americana.

Consolidado o Reino de Portugal em 1385, os monarcas portugueses perceberam que a sobrevivência do reino dependia do domínio da navegação marítima. Tal domínio foi materializado com a criação da Escola de Sagres, na qual foi realizada uma “verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar”, segundo Prado Júnior (2007, p.21). Após desenvolver suas técnicas marítimas, Portugal fixa como objetivo chegar até as Índias, contornando a costa da África. Um grupo de estudiosos e navegadores assegurava que o oceano Atlântico seria o acesso mais viável às Índias.

O Tratado de Alcáçovas⁴, assinado entre o Reino de Portugal e o Reino de Castela e Aragão, no ano de 1479, consolidou a supremacia portuguesa sobre o Atlântico Sul.

A Espanha já unificada e sob a égide dos reis Isabel e Fernando, mandatários dos Reinos de Castela e Aragão, patrocinam em 1492, a viagem de Cristóvão Colombo, fazendo ressurgir a rivalidade com Portugal. O casamento de D. Afonso (Filho de D. João II) com D. Isabel (filha de Isabel e Fernando), arrefeceu a crise entre os reinos. Porém, essa união provocou a “unificação” dos reinos (União Ibérica), que teve implicações diretas para a Amazônia, as quais serão vistas adiante.

Cristóvão Colombo “descobre” a América e, D. João II, ao saber da façanha, invocou o Tratado de Alcáçovas. Todavia, a bula “*Inter Coetera*”⁵, de 1493, garantiu à Espanha o domínio, fazendo a tensão aumentar entre os dois reinos. Até que foi assinado o Tratado de Tordesilhas, o qual definiu a quase totalidade da Amazônia sob domínio espanhol.

O descobrimento da América foi um processo planejado e posto em prática pelas potências dominantes à época. Foi o início de um processo de expansão dos modos de produção, o qual na visão de Prado Júnior (2007, p.22), podem ser definidos como momentos

³ Prado Júnior (2007) enfatiza que coube a Portugal o pioneirismo nas grandes navegações.

⁴ O Tratado dizia respeito aos territórios extra-peninsulares e à conseqüente definição das respectivas áreas de influência no Atlântico. Monteiro, 1997.

⁵ A bula foi publicada no ano seguinte ao descobrimento da América. À época, o Papa Alexandre VI, espanhol de nascimento, foi quem assinou o referido documento.

que “articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”.

Com o descobrimento do caminho das Índias, em 1499, pelos portugueses, os monarcas espanhóis decidem conceder autorização para a exploração dos novos territórios. Em consequência, foi beneficiado Vicente Yañez Pinzón, que teria chegado ao Brasil, antes mesmo que Pedro Álvares Cabral, como relata Ribeiro (2006), que teria chegado, inclusive à foz do Amazonas, deparando-se com a pororoca. Afirma Ribeiro (2006, p.44) que “os navegadores notaram que as águas pelas quais navegavam não eram salgadas e sim doce”, o que rendeu ao rio o nome de Santa Maria de la Mar Dulce. Entretanto, o grande rio ficou conhecido na Europa pela denominação de Marañon, dada por Diogo de Lepe.

Já o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, não foi algo intencional, pois, como afirma Monteiro,

o ‘descobrimento’ do Brasil deu-se por feito secundário na grande frota comandada por Pedro Álvares Cabral para estabelecer a feitoria portuguesa em Calicute, onde Vasco da Gama aportara pouco antes, Monteiro (1997, p.9).

Por outro lado, os efeitos geopolíticos deste “descobrimento” somente ocorreram no ano de 1501, quando D. Manuel I, comunicou aos seus sogros, os reis espanhóis.

Essas duas potências disputavam a hegemonia mundial, esquadrihando o espaço terrestre segundo seus interesses.

O segmento histórico em foco, representando o nascedouro do Brasil, para Monteiro (1997), constitui o momento do esplendor e queda de Portugal como potência mundial. O Brasil já era de domínio de Portugal, mas somente no reinado de D. João III é que foram tomadas as primeiras medidas para efetivar a colonização, o que acelerou a dissolução da natividade.

Ao sucessor de D. João III, o jovem idealista D. Sebastião, caberá a fatalidade de marcar o declínio de Portugal, que tem início com a união das duas coroas ibéricas, ente 1580 e 1640, que levou profundas consequências à Amazônia.

Para Alves (2007), a União Ibérica (1580 a 1640) também contribuiu para operar profundas mudanças na Amazônia. Inicialmente, esse fato foi decorrente da necessidade de defesa dos territórios contra a presença de holandeses, ingleses e franceses. Nesse período Portugal assume o objetivo de ocupar a Amazônia, cabendo tal tarefa ao Capitão Pedro Teixeira - o conquistador da Amazônia, que a mando do Governador do Maranhão e Grão-

Pará, realizou uma viagem pelo Amazonas rumo ao Vice-Reino do Peru. Corrobora Alves (2007, p.21) ao relatar uma parte da biografia do Conquistador da Amazônia Brasileira:

Pedro Teixeira nasceu na Vila de Catanhede, nordeste de Coimbra, em Portugal. Chegou ao Brasil aos 37 anos de idade, em 1607. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo e moço fidalgo da Casa Real. Contribuiu para a expulsão dos franceses no Maranhão em 1615, tornando-se notável pela sua intrepidez, Alves (2007, p.21).

No entanto, o real interesse da coroa portuguesa foi fazer Pedro Teixeira tomar posse das terras, em nome da coroa na confluência dos rios Aguarico e Napo, onde fundou uma povoação denominada Franciscana. Ribeiro, assim, destaca esse evento:

era o dia 16 de agosto de 1639. A partir dessa data, sob a ótica dos portugueses, estavam indicados os novos limites entre as terras pertencentes à Coroa Espanhola e à Coroa Portuguesa, em franca violação do Tratado de Tordesilhas, Ribeiro (2006, p.61).

Estando vigente a União Ibérica, o ato de Pedro Teixeira foi tido como normal, pois que não contestava a autoridade do rei Felipe IV. E foi a partir dessa expedição que as regiões do rio Negro começaram a ser exploradas. Com o fim da União Ibérica, Portugal continuou a ocupar a região, pendência que somente foi resolvida com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

Monteiro (1997) enfatiza que para compreender o significado desse momento inicial da história brasileira e da Amazônia é necessário apontar três vetores: - em primeiro lugar, a importância do papel de Portugal no Oriente e a posição secundária brasileira; - segundo, a preocupação da Espanha com os recursos descobertos no México e Peru, e a pouca importância ao Mar Dulce ou Marañon; e - terceiro, um esboço sobre o início da colonização portuguesa no Brasil, sua atuação ao longo do litoral leste rumo ao sul e as possíveis razões das dificuldades de atuação no litoral norte, em direção à Amazônia. Esses vetores, em associação, têm implicação direta na dissolução da “natividade”.

O indígena testemunha seu território passar por um intenso processo de mudanças, configurando uma relação extremamente dissimétrica. O indígena foi a parte mais afetada desse processo. Ribeiro enfatiza a condição dos indígenas:

esses povos foram os verdadeiros descobridores do continente americano e titulares de seu domínio, sem oposição de ninguém, pois estavam diante de um território totalmente desabitado. O ‘descobridor’ europeu não passou de um intruso que, sendo portador de uma cultura tecnologicamente mais avançada, sobretudo na

utilização de armas de guerra, inclusive armas de fogo, pôde dominar e até dizimar as populações indígenas, (Ribeiro, 2006, p.64).

No entanto, as vastas extensões territoriais exigiam demasiado esforço daqueles que se aventuravam em espaços ainda sob o domínio da natureza. O meio físico foi obstáculo e tanto para os colonizadores. Mas, os rincões não permaneceriam imunes.

Grandes e ousadas expedições fizeram parte da história de ocupação e “domesticação” da Amazônia e, conseqüentemente, da denominada “Cabeça do Cachorro”, onde está localizado o 5º Pelotão Especial de Fronteira.

Evidentemente que esse processo de domesticação tinha nas expedições ditas “heróicas” apenas um pano de fundo para dissimular sua real intenção. Não restam dúvidas que muitos daqueles homens que partiram para tais “aventuras” tinham realmente espírito aventureiro. Alves destaca os conquistadores da Amazônia e algumas das perversas conseqüências:

homens de naturezas diversas, oriundos de lugares distantes, sonhadores, exploradores, pesquisadores, religiosos, militares, políticos, aventureiros, colonos, nativos, todos se encontram pelas curvas e leitos dos majestosos e imponentes rios; pelas selvas virgens [...] pelos cumes das montanhas [...] pelas pequenas e espalhadas povoações de nativos, travando conflitos intermináveis, deixando as vezes algumas benesses, muitas vezes, um saldo de destruição, separação e dor, Alves (2007, p. 18).

Coube a Francisco Orellana, entre 1541 e 1542, partindo de Quito e acompanhado do Frei Gaspar de Carjaval (relator da viagem) desbravar o Amazonas⁶. Foi nessa mesma viagem que o mesmo Frei Gaspar de Carjaval relatou as primeiras referências ao rio Negro, conforme retrata Alves (2007):

vimos uma boca de outro grande rio, à mão esquerda, que entrava no que navegávamos e de água negra como tinta e por isso lhe pusemos o nome de rio Negro, (Alves, 2007, p.21).

O rio Negro é o principal curso d’água que corta a Cabeça do Cachorro, sendo uma importante via de penetração. Este possibilitou a penetração dos portugueses nos anos vindouros no Alto rio Negro, com a chegada ao poder do Marquês de Pombal.

⁶ O nome do rio advém dos relatos de Carjaval onde constam que a expedição deparou-se com uma tribo indígena formada por mulheres guerreiras, o que fez Orellana lembrar-se do “episódio das mulheres combatentes da Capadócia, na Costa do Mar Negro, na Ásia, as amazonas [...] assim denominou o grande rio que estava percorrendo de Rio das Amazonas”, (Ribeiro, 2006, p.48).

Para a Amazônia, a administração de Pombal deixou seu legado. A criação Capitania de São José do Rio Negro (origem ao atual Estado do Amazonas); a expulsão dos jesuítas da Amazônia, cujo principal objetivo foi permitir a utilização da mão-de-obra (escrava) contribuíram para a dissolução da natividade.

Passado o período pombalino, surge no cenário do Governo Português o líder que incentivou a economia amazônica: o brigadeiro Manuel Gama Lobo d'Almada, proclamado pelos estudiosos da Amazônia como um homem de visão, que realizou a diversificação econômica, “incentivando a agricultura do arroz, do café, da cana, do algodão, do cacau, do tabaco, da mandioca, da pimenta...” (Ribeiro, 2006, p.87). Era uma tentativa de romper com o ciclo do extrativismo, ao mesmo tempo em que arrefecia a situação do indígena.

A transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil teve como principal consequência para a Amazônia, a anexação da Guiana Francesa. Já com a Independência do Brasil, a Província do Grão-Pará e Rio Negro não foi abrangida, de imediato, pelo ato de D. Pedro I, cuja adesão somente ocorreria em 1823, após a Cabanagem⁷. Desse modo, esses dois fatos, importantes para o País, não trouxeram grandes modificações para o cenário amazônico.

A dissolução da natividade ficou marcada por páginas que condena um passado de profunda dor na relação entre o branco e o índio. Essa etapa pode ser exemplificada na materialização das formas de se ‘amansar’ o índio, que via de regra, reagia à escravização. Optou então o Governo Português em organizar as tropas de guerra, com a “finalidade de promover guerras contra o gentio e até de exterminá-lo”; e as tropas de resgate, cuja “finalidade era resgatar o índio que estava preso em decorrência de guerras intertribais” (Ribeiro, 2006, p.67). Entretanto, havia tribos que partiam para o enfrentamento. Uma das tribos mais aguerridas foi a tribo dos Manaos⁸, que constituía a população dominante do rio Negro, cuja conquista deu origem a São Gabriel da Cachoeira, conforme realça Alves (2007, p.26).

O ouro, a prata e o pau-brasil foram os produtos que despertaram o interesse inicial do colonizador pelas terras do Novo Mundo. Desse modo, não procede o discurso de catequização e humanização do índio.

Correlato ao processo de dissolução da natividade, o continente americano serviu a outros fins.

⁷ Tido como o mais sangrento e violento dos movimentos nativistas nacionais, a Cabanagem resultou na incorporação da Província do Grão-Pará ao Brasil após a independência. (Ribeiro, 2006)

⁸ Nome que deu origem à atual capital do Estado do Amazonas. (Alves, 2007).

Ao analisar a construção do chamado “refugio humano”, Bauman (2005) ressalta que a expansão colonialista, também, teve o propósito de encontrar partes do planeta para depositar seu excedente populacional, “o refugio”, “o redundante”, “o não-aproveitado. Essas áreas seriam destinos naturais para a exportação de “pessoas redundantes”, destinos naturais prontos a serem utilizados para o despejo do refugio humano da nascente “modernidade”. Desse modo, a América, ao menos a Latina, serviu como fonte de recursos para fomentar a então nascente Modernidade; mercado consumidor à nascente indústria européia; e como depósito para o “refugio humano”, pois como Bauman (2005, p.24) afirma que “no carro do progresso, o número de assentos e de lugares em pé não é, em regra suficiente para acomodar todos os passageiros”, no caminho a percorrer, embora vivenciado por todo o conjunto da humanidade, nem todos os passageiros estariam sentados. Aliás, poucos são aqueles que conseguem um assento no “carro do progresso”. A história de grande parte das nações americanas, embarcada nesse carro, é a história do passageiro que não tem assento e resta-lhe pouco espaço.

Porém, a população nativa foi a que mais sofreu nesse processo de ocupação.

É essa a América que surgiu do expansionismo europeu, que deu origem a diversos países com tantas diferenças. Tais diferenças podem ter origem nos processos citados até aqui. No entanto, as organizações e os atores ibéricos, integrantes desses mesmos processos, merecem uma análise pormenorizada.

3. Organizações e atores ibéricos

Lockhart e Schwartz refutam o emprego de “Novo Mundo”, e com certa razão, pois que “os povos invasores e indígenas que criaram as sociedades americanas [...] funcionavam dentro de mundos já bastante estruturados” (2002, p.17), sendo mais apropriado então o emprego do termo “Novas Sociedades”, fruto da junção de ambas.

De forma geral, a sociedade indígena já foi tratada nas seções anteriores. Já o escravo africano não teve na Amazônia, a mesma presença marcante que teve noutras partes do território brasileiro. De modo que, será dada ênfase, nesta seção, à sociedade ibérica, pois foi dela que partiram as grandes expedições que culminaram com o “descobrimento” da América. Igualmente, foi dela a origem do “refugio humano”, dos modos que foram implantados nos “novos” territórios. As resistências dos indígenas foram superadas, na maioria das vezes, pelo uso da força. Daí a importância de uma análise de quem foram os constituintes daquela sociedade ibérica. Como, também, quais eram os padrões adotados.

Os vários reinos que compunham a Península Ibérica⁹ tiveram uma experiência cultural e histórica em comum. A variedade de reinos e de idiomas denota uma grande diversidade de padrões existentes. Entretanto, havia padrões gerais de organização comuns a todos os reinos. Aqui, ressalta-se aqueles que mais tiveram influência para a formação da nova sociedade amazônica.

O primeiro padrão diz respeito à cidade-estado, entidade básica da civilização mediterrânea. Uma vez que a nacionalidade ainda não estava consolidada, a província é seu “ente” de maior apego, de referência, onde quer que fosse. Tanto que a província, a cidade e a vizinhança eram fundamentais para que os indivíduos se definissem em relação aos outros. Somente a família detinha tanta autoridade. Nas novas sociedades, as conseqüências desse padrão foram à formação de alianças e o surgimento dos conflitos advindos das diferenças provinciais.

Um segundo padrão diz respeito aos grupamentos funcionais da sociedade que habitavam a cidade-estado.

Aqui segue, mais uma vez, as colocações de Lockhart e Schwartz (2002) que apontam a presença do nobre, indivíduo de domínio das artes marciais, da destreza com os cavalos e do conhecimento das letras. Esse grupo não esteve presente na fase inicial da ocupação européia. Logo abaixo dos nobres estavam os mercadores, definidos como pessoas letradas e donos de propriedades. Eram bem sucedidos, cujo estilo de vida envolvia grande mobilidade, devido a necessidade de longos deslocamentos para comercializar. Este grupo teve uma participação mais ativa na formação dos novos agrupamentos.

Outro agrupamento da sociedade ibérica era composto pelos agregados, pessoas dependentes diretos ou empregados de outros. Aí estavam incluídos desde administradores de negócios, encostados, pajens, capangas e cavaliças, conforme Lockhart e Schwartz (2002). Num degrau abaixo destes estavam os artesãos ou plebeus, encarregados pela produção da maioria das manufaturas. Apesar de possuidores de habilidades específicas, os artesãos tinham um baixo nível de alfabetização. No mesmo grupo estavam os agricultores e pastores, que constituíam a maior parcela da sociedade ibérica, nível mais baixo. Este agrupamento contribuiu significativamente para a construção da nova sociedade.

Por último, os marinheiros, que em Castela, por não ter acesso ao mar, eram renegados, pois, mesmo designado para “comandar uma expedição marítima ou investir no comércio de ultra-mar eram ocupações dignas de algum respeito, mas marinheiros e

⁹ Região “localizada na fronteira entre as esferas cristã e muçulmana, lar de muitos reinos e vários idiomas, voltada em parte para o Mediterrâneo, em parte para o Atlântico e em parte para si mesma”, Lockhart e Schwartz (2002, p.21)

pescadores comuns, e até mesmo capitães de navios, não gozavam de status elevado”, frisam Lockhart e Schwartz (2002, p.25). Ironicamente, foram os marinheiros os principais responsáveis pelas expansões e conquistas, tanto de Portugal quanto da Espanha. Daí que esse grupo, também, teve participação ativa na configuração dos novos modos na Amazônia.

Um terceiro padrão verificado na sociedade ibérica está relacionado com a organização espacial da mesma. O patriarcalismo¹⁰, cuja figura principal era o chefe da família, o dono de uma propriedade. Do topo da pirâmide governava os parentes, empregados e escravos.

Por último, um quarto padrão existente na Península Ibérica dizia respeito aos grupos étnicos lá encontrados. Cristãos, muçulmanos e judeus formavam os principais grupos religiosos. Até a queda de Granada, em 1492, havia certa tolerância religiosa na península. Porém, após esse evento, os judeus foram obrigados a se converter ou deixar Castela. Em Portugal houve um processo semelhante. Na Espanha, os mouros e os ciganos foram alvos de perseguições e expulsões. Teve início, então, um processo de unificação cultural e religioso. Para a Amazônia, interessa saber que essas tensões criadas na sociedade Ibérica foram transferidas sem muitas conseqüências.

Foram esses alguns dos padrões analisados na configuração da sociedade ibérica e que, em certa medida, foram transplantados nas sociedades no Novo Mundo, em particular, na Amazônia.

As organizações ibéricas, também, tiveram papel relevante na configuração das dinâmicas territoriais.

O Estado foi o grande ator e a maior das organizações a tomar partido do processo de expansão e ocupação das terras além da Europa.

Por toda era da modernidade, o Estado-nação tem proclamado o direito a distinguir entre ordem e caos, lei e anarquia, cidadão e *homo saucer*, pertencimento e exclusão, produto útil e refugio. Esse ator foi o principal mentor e executor do processo de reterritorialização daquele espaço. No entanto, ele não estará sozinho, outros atores agiram em paralelo.

As altas cortes eras as agências mais importantes do governo. Elas exerciam funções administrativas, legislativas e jurídicas. O setor “judiciário era o mais profissional e o mais próximo de uma hierarquia burocrática moderna”, destacam Lockhart e Schwartz (2002,

¹⁰ Princípio segundo o qual qualquer grupo, familiar ou não, forma uma hierarquia, começando no nível mais baixo ou mais jovem, até uma figura superior ou mais velha, sob cuja proteção e domínio o grupo se coloca e por intermédio da qual são obtidos progressos.

p.30). O pessoal que compunha essas agências eram os letrados¹¹ que tinham como função primordial consolidar o controle real e cuidar dos assuntos do governo.

Outras entidades compunham os governos ibéricos: - o Tesouro, cuja principal função era de arrecadar impostos; - já numa escala local a principal entidade era o Conselho Municipal, entidade distante do poder central, cujos membros eram cidadãos importantes; e - os vários órgãos da Igreja.

Para contrabalançar esse primeiro grupo de funcionários do governo existiam os representantes diretos da coroa, com origem nas famílias nobres e nomeados para períodos curtos de gestão.

A Igreja foi uma parte superposta da sociedade ibérica. Era, também, quase uma parte do governo. Porém, afirmar que essa interpenetração de Sociedade, Estado e Igreja significasse que esta última entidade dominasse tudo, é um erro, segundo Lockhart e Schwartz (2002). Na verdade existia uma relação de interdependência. A Igreja foi muitas vezes usada por grupos e organizações leigas. Estes dois atores tinham interesses em comum, e por isso atuaram em conjunto até determinado momento histórico. Na Amazônia esse modelo Igreja/Estado atuou por longo tempo. Se a Coroa exercia o poder prático de nomear bispos, dignitários de catedrais e nas ordens regulares; os religiosos forneciam relatórios à Coroa, fruto de inspeções e outras missões extraordinárias nos territórios dessa onde houvesse um representante do clero.

Assim como o Governo, a Igreja, também, possuía uma estrutura fragmentada. Esta organização era composta pelo clero das ordens seculares e clero das ordens regulares. Os membros das ordens religiosas regulares eram mais “bem-educados” e recrutados em famílias mais ricas e nobres do que as dos seculares, frisam Lockhart e Schwartz (2002). Foi dentro do clero regular que deu-se origem as diversas ordens missionárias que atuaram na catequização do indígena. Cada ordem era um mundo em si mesma, com sua própria organização. Os mendicantes tiveram forte presença na América espanhola. Já os jesuítas, somente após o descobrimento viriam a existir. Por sua vez, os franciscanos permaneciam ligados aos preceitos do pragmatismo. Por fim, os dominicanos eram fiéis ao espírito doutrinário de sua fundação.

Foram estes, de modo geral, os atores e organizações ibéricas que atuaram na (re) estruturação do Novo Mundo. Na Amazônia esse processo sofreu forte resistência advinda dos rebatimentos territoriais.

¹¹ Classe educada de advogados-burocratas treinados para compor as Altas Cortes espanhola e portuguesa.

4. Os atores e seus rebatimentos territoriais

Os temas que estruturaram o espaço Amazônico e sua dinâmica territorial podem ser encontrados no processo de utilização da mão-de-obra e nas missões das ordens regulares durante a penetração portuguesa na região. Com base nessa análise pode-se dar encaminhamento para uma melhor compreensão da vida na Amazônia colonial.

Desse modo, aborda-se como foram desenvolvidas as relações no interior do processo de apreensão da mão-de-obra indígena com o envolvimento de diversos atores e organizações, quais sejam, a Coroa, os colonos, o clero missionário e os índios.

Na Amazônia, os europeus eram infinitamente poucos em comparação com a população indígena, tanto que “em 1672, toda a região, incluindo os centros costeiros de São Luís e Belém, só tinha cerca de oitocentos europeus”, segundo Lockhart e Schuartz (2002, p.325). Além disso, as missões eram um obstáculo ante a tentativa de escravização do índio. Desse modo, os colonos se opunham às missões como forma de povoamento sem, no entanto, nada poder fazer porque a coroa era francamente favorável àquelas. Como já referido anteriormente, havia uma interdependência existente Governo e Igreja.

Para os impérios de Portugal e da Espanha as missões representaram um aliado, pois que “serviam, com frequência, aos interesses da coroa ao desbravarem regiões difíceis, definirem e manterem fronteiras”, conforme realçam Lockhart e Schuartz (2002, p.328). Além disso, as missões, também, cumpriam a tarefa de pacificar as diversas populações indígenas. Não obstante, os colonos, também, tinham sua importância à Coroa Portuguesa.

Portugal não tinha condições de colonizar território tão extenso. Seus recursos financeiros e populacionais eram escassos. Assim, passou a incentivar à vinda de portugueses para realizar o projeto de colonização do Brasil, processo esse lento e que dependia de energia e informação em quantidade acima das possibilidades de Portugal. Tanto que a penetração portuguesa na Amazônia somente teve início no século XVII e, mesmo assim, para contrapor as tentativas de invasão de outros povos. Mesmo no final do século XVIII, quando os objetivos políticos ou diplomáticos de Portugal com relação à colônia, juntamente com a expansão comercial, começaram a transformar a Amazônia, as povoações existentes nos centros costeiros das capitanias do Pará e do Maranhão eram pobres e mal organizadas.

A Coroa atuava de forma que atendesse aos seus próprios interesses. Se, oficialmente, a escravidão dos índios havia sido proibida já em 1570, a legislação deixava algumas brechas para que os colonos continuassem a escravizá-los.

O início das missões na Amazônia ocorreu no século XVII. A ordem dos jesuítas, liderados pelo padre Antônio Vieira, foi a mais importante que atuou nas áreas espanholas,

dominando o cenário a partir de 1655. Neste mesmo ano, com este cenário de dominação dos jesuítas sobre os índios, viu por bem o Governo de Portugal, promulgar uma legislação antiescravista, cujo conteúdo acarretou em violentos distúrbios entre colonos, índios, a coroa e o clero missionário. Resultado desses distúrbios, os jesuítas foram expulsos de Belém, retornando tempos depois.

Em 1686, mediante um acordo entre colonos e missionários, a Coroa promulgou o Regime das Missões, que estabelecia as regras para controle dos índios. Segundo essa norma “somente franciscanos e jesuítas teriam permissão (da Coroa) de viver nas aldeias indígenas, mas elas (aldeias) deveriam fornecer índios aos colonos” (Lockhart e Schuartz, 2002, p.328). Foi mais uma tentativa para atender aos interesses das partes envolvidas.

As demais missões que não fizeram parte do acordo de “cavalheiros”, não tiveram seus “direitos” atendidos. A esse respeito, outras ordens só tinham permissão para abrir novas missões caso os franciscanos ou jesuíta não “flexibilizassem” o acesso dos colonos à mão-de-obra indígena. Os carmelitas, até então fora desse jogo, foram contemplados com novas missões, no rio Negro, no século XVII, devido à inflexibilidade por parte dos jesuítas que não permitiam o acesso aos índios.

Na Amazônia, as missões prosperaram mesmo diante das revoltas indígenas e diante das epidemias.

Foram esses os atores e organizações que atuaram na (re) territorialização do chamado Novo Mundo, cujos rebatimentos chegaram até os dias atuais. O processo de dissolução da natividade foi a consequência mais severa para os indígenas, obrigados a adaptarem-se aos modos ibéricos. Por sua vez, o colonizador também sofreu influência nativa. Desse processo emergiu uma nova sociedade, com novos atores e organizações. É daí, também, que emerge o Estado-nação brasileiro, cuja formação, objeto de uma análise no próximo capítulo, aconteceu a partir do início do século XX. A consolidação do Estado nacional, ao contrário do que se possa imaginar, não rompeu com as estruturas até então existentes. Será um prosseguimento do *status quo* anterior.

CAPÍTULO III

ESTADO-NAÇÃO E GEOESTRATÉGIAS

No presente capítulo discute-se a formação do Estado-nação brasileiro, apontando fatos e eventos de maior significação, sobretudo, com a preocupação em sincronizá-los aos fluxos mundial e nacional.

1. Estado-nação ou Nação-estado?

Embora o sentimento de defesa territorial já se impusesse em Guararapes¹², ainda não era a Pátria que nascia. O nacionalismo brasileiro, como afirmação de identidade, nasce na oposição intelectual aos vícios, desmandos e indiferença dos colonizadores pela gente aqui nascida (MONTEIRO, 1997). Ele se expressa com maior pujança no pensamento e na ação política dos Inconfidentes.

Monteiro (1997) demonstra que o episódio de Guararapes ainda revela uma confusa identidade política luso-brasileira que se rebelava contra o ‘invasor’, embora Portugal tenha sido o primeiro (invasor) do gênero.

A parte lusitana do pacto cabia aos brancos, André Vidal de Negreiros e Antonio Dias Cardoso, e ao mulato, João Fernandes Vieira. Dias Cardoso, português de nascimento, deu a suas tropas o título de “exército patriótico”. A Pátria, para ele, no entanto, continuava a ser Portugal. Todos os brancos, inclusive João Fernandes Vieira eram homens bem situados pela fortuna ou pelo nascimento. Os “representantes autênticos da nação” que surgia foram o índio Felipe Camarão e o negro Henrique Dias.

O Estado nacional, como projeto político autônomo, nasce em Minas, sob a influência da Independência dos Estados Unidos da América e das idéias iluministas francesas. Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes - que ao ser preso, conduzia exemplares das leis constitucionais dos Estados norte-americanos.

O processo de construção dessa organização não foi fácil. O País teve que libertar-se da matriz espiritual lusitana. Ao mesmo tempo oscilava entre a remanescente razão ibérica e a atração anglo-saxã que o seduzia (e ainda seduz) e a sempre presente influência francesa.

¹² Batalhas que determinaram o fim do domínio holandês no Nordeste brasileiro, travadas, a 19/04/1648 e 18/02/1649, no Monte Guararapes, localizado ao sul do Recife, no povoado de Prazeres, atualmente um bairro do município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife.

Até então, a consciência de Pátria era ainda vaga. Mas, o fim da Guerra do Paraguai e a campanha abolicionista já haviam adensado uma certa consciência nacional. Na década de 1870, começaram a proliferar pequenas células abolicionistas. Em geral, jovens abnegados, como Castro Alves e Joaquim Nabuco. É nesse processo que o partido republicano vai sendo consolidado, até o Manifesto Republicano de 1870¹³.

A divisão na elite cafeeicultora paulista entre os velhos escravocratas das antigas lavouras de café e os novos plantadores foi fundamental para o apoio à implantação do novo regime em 1889. O partido Republicano ganha força, sobretudo na Corte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, estrutura-se o movimento abolicionista e há sinais de inquietação entre os militares, conforme destaca Andrade (2003).

Durante quase 20 anos, a resistência contra o movimento republicano foi poderosa, somente sendo quebrada com o pronunciamento militar de 15 de novembro de 1889.

De fato, o seguimento militar esteve presente na formação do Estado nacional. Essa presença dos militares na vida política brasileira se tornou marcante a partir de 1889, com a Proclamação da República. Prova disso é que ela, a República, nasceu de um movimento militar, conduzido por marechais e generais que haviam servido ao Império e não por civis da causa do barrete frígio¹⁴, frisa Andrade (2003). Daí que não estava longe da verdade o dito de que o Brasil proclamou a República sem ter republicanos.

Porém, a ‘facilidade’ com que a República foi proclamada causou transtornos à implantação do regime. Andrade destaca os transtornos decorrentes da “modificação” do regime:

primeiro, porque não havia sido constituído um partido republicano forte o suficiente para aprofundar as mudanças que a alteração no regime careciam. Segundo, o marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador, não dispunha de uma formação política adequada e, ainda, pouca maleabilidade, além de não ter internalizado as idéias republicanas, assumindo o Governo de forma ditatorial, Andrade (2003, p.142-143).

A falta de mudanças estruturais foi um dos agravantes para a afirmação do regime. Não houve uma renovação política. “Velhos” políticos e conservadores que aderiram à República, “procurariam evitar a evolução da idéia republicana às últimas conseqüências e manterem as estruturas econômicas e sociais dominantes durante o império”, no dizer de Andrade (2003, p.143).

¹³ O primeiro Manifesto Republicano surgiu em 3 de dezembro de 1870, publicado no 1º número do jornal fluminense "A República", resultado de uma ruptura de um grupo de 57 integrantes do Partido Liberal, liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho. Ambos haviam decidido formar um Clube Republicano no Rio de Janeiro. O Manifesto dizia: "Somos da América e queremos ser americanos".

¹⁴ Barrete vermelho usado na França ao tempo da Primeira República. Monteiro (1997).

A primeira Constituição do regime republicano deu uma nova denominação ao País: República dos Estados Unidos do Brasil, consagrando a forma federativa, passando o território a ser estruturado em 20 Estados indissolúveis, ao mesmo tempo em que centralizava na União o mais alto escalão. Executivo, Legislativo e Judiciário foram consagrados como poderes. A Bandeira Nacional ganhou seu formato atual, com a inscrição ‘Ordem e Progresso’.

No campo econômico, as reformas de base não foram realizadas, fazendo o País permanecer como economia de exportação de produtos agrícolas e de importação de manufaturados (Becker, 1982), ocupando, em escala mundial, o mesmo espaço na divisão internacional do trabalho. É a união entre dinheiro e razão que sedimenta as bases estruturais do território da modernidade, as mesmas relações do “mandar” e do “obedecer”, Sábato (1993), pois, os Estados/Impérios mais poderosos permaneceram no controle dos novos Estados-nação.

Internamente, o Estado brasileiro não gerou “cabeças” capazes de pensar o País como Nação. De fato, poucos foram os que se identificaram com a República.

Se, por um lado, foi Floriano Peixoto, quem a consolidou, coube a Prudente de Moraes organizar o governo. Além disso, para Andrade (2003, p.155), ele foi “considerado o Pacificador, porque procurou amainar as divergências do quadriênio anterior, consolidando o poder civil e garantindo a aplicação das leis”.

No início do regime republicano, a grande figura do nacionalismo brasileiro é Rui Barbosa, em suas intervenções precisas em Haia, demonstrando que a igualdade das nações é um dos pressupostos da paz, condenando o “direito” da guerra dos fortes contra os débeis, para a imposição da “boa ordem internacional”. Já entre os chefes de Estado do período republicano, dois nomes se destacaram: Arthur Bernardes, na defesa dos recursos minerais e soberania nacional sobre a Amazônia; e Getúlio Vargas, na construção do Estado para a realização de seu projeto de nação.

No entanto, segundo Monteiro (1997) foi com os modernistas de 1922¹⁵ que o País começou a se definir como Nação sem constrangimento da origem étnica. Ao celebrar o primeiro centenário da Independência, a república, defeituosa, envelhecida e viciada, apresenta uma série de movimentos reivindicatórios de mudança política. Do episódio dos 18 do Forte de Copacabana, passando pelo Tenentismo e a Coluna Prestes, chega-se à Revolução de 30. Em 1928, Mario de Andrade lança o seu “Macunaíma, o herói sem nenhum caráter”, e

¹⁵ Com a Semana de Arte Moderna emerge a necessidade de libertação dos modelos culturais europeus e mergulhar na própria realidade nacional, Monteiro (1997).

o País descobre a força da música do interior. A ficção nacional encontra sua linguagem própria e o teatro se liberta dos dramalhões portugueses. Esta época coaduna-se com as grandes sínteses interpretativas que continuam em Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala, 1933; Sobrados e Mucambos, 1936) e Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil, 1936). É desse período, também, que se organizam as primeiras universidades brasileiras: a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

Mais um passo é dado na consolidação do Estado-nação quando, em 10 de novembro de 1937, é instalado o Estado-Novo, com o apoio do Exército, que para Vargas, passa a ser o “guardião da Nação”.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, seguido dos Acordos de Washington¹⁶ de 1940, Vargas realiza o discurso de Manaus em outubro de 1940 (ALVES, 2007), conclamando a mobilização de esforços para a integração efetiva da Amazônia ao restante do País. Já com o fim do conflito a manutenção do Estado-Novo tornou-se insustentável. Os militares, desconfortáveis com o regime, ganharam relevo mais uma vez. Getúlio Vargas foi deposto e novas eleições foram convocadas. Eis a formação do Estado-nação brasileiro, cujo componente militar esteve presente.

No período democrático (1946 a 1964) as Forças Armadas voltaram a intervir abertamente na política, na maioria das vezes incitadas por setores civis, que Castello Branco chamou de “vivandeiras”, segundo Andrade (2005). Em 1964, os generais assumiram diretamente o poder, só retornando aos quartéis 21 anos após. Fora à participação dos militares, outro fator esteve presente no processo de formação do Estado-nação.

No final do século XIX dois produtos agrícolas ganharam destaque na pauta brasileira de exportações - o café e a borracha - formando áreas dentro do território que se destacaram das demais e que tiveram importância para a consolidação do Estado-nacional. São as chamadas áreas “luminosas”, que no entender de Sá *et al.* (2007), são produto do esquadramento por parte dos impérios e suas organizações ao fatiarem a América do Sul em países e regiões, para isso manipulando energia e informação, codificadas para uso estratégico. A área luminosa do café é a região Sudeste, onde, segundo Andrade (2003), essa cultura vai encontrar as terras roxas, permitindo elevada produtividade e consolidando a importância econômica do Sudeste na dinâmica territorial.

Andrade (2003, p.153), afirma que a Amazônia emerge “graças à valorização da borracha no mercado internacional (**que**) nos últimos anos do período colonial, continuou em

¹⁶ Esforço de guerra dos Aliados contra o Eixo, capitaneado pela necessidade de abastecimento do látex aos aliados do conflito, o que vai provocar um novo ciclo da borracha.

rápido processo de povoamento, atraindo os excedentes populacionais do Nordeste”. A presença da mão-de-obra nordestina colaborou para operar profundas alterações no território amazônico, ao mesmo tempo em que arrefeceu a pressão demográfica no Sertão. Manaus e Belém experimentaram excepcional crescimento populacional.

Na verdade, a borracha passou por dois ciclos. O mais intenso ocorreu no período de 1877 a 1907, sendo o que mais provocou transformações no território amazônico, fazendo inclusive emergir uma classe urbana pujante espelhada na sociedade européia. O segundo ciclo ocorreu por consequência da Segunda Guerra Mundial, não provocando tantas alterações territoriais.

Desse modo, a formação do Estado nacional teve no café e na borracha, vértices formadores dos alicerces da “unidade nacional”. O café teve sua importância assinalada ao consolidar o Sudeste na dinâmica nacional. No entanto, foi a borracha quem representou o primeiro grande momento econômico da Amazônia em quase quatro séculos. Assim, as estratégias utilizadas no plano externo e interno no trato da borracha são apresentadas a seguir.

2. A geoestratégia internacional da Borracha e seu reatamento na territorialidade Amazônica

As estratégias internacionais agem segundo seus interesses. Daí afirmar que tais estratégias partem de relações dissimétricas, nas quais o poder as permeia.

No que diz respeito ao Ciclo da Borracha não foi diferente. A economia da borracha e o interesse mundial que a envolveu, ainda são o acontecimento mais importante da história política, social e econômica da Amazônia. Essa estratégia rebateu no território amazônico sem encontrar (muita) resistência por parte da classe dominante local e do Governo brasileiro, sendo a classe menos abastada a que mais sentiu as consequências negativas de tal esquadramento.

A descoberta desse produto foi uma consequência natural da chegada dos colonizadores ao continente. Ribeiro ressalta que,

a descoberta da borracha como goma elástica ocorreu já na chegada de Colombo ao continente americano, [...] quando observou no Haiti as bolas especiais que as populações indígenas faziam, a partir do látex extraído de algumas plantas, Ribeiro (2007, p.141).

Já no México, continua o mesmo autor, os colonizadores observaram que,

as populações indígenas fabricavam vários produtos de uso pessoal e de utilidade doméstica, como vasilhames, capas para proteção contra frio, inclusive de recém-nascidos. Chamava também atenção o fato de que o produto tinha grande elasticidade e impermeabilidade, Ribeiro (2007, p.141).

No entanto, foi na Amazônia que os colonizadores descobririam que ali existia o melhor tipo de goma elástica, a partir da qual a economia da borracha iria surgir.

Segundo Monteiro (1997), fugindo as normas de proibição de estrangeiros na Amazônia - sobretudo os rivais franceses da Guiana - deu-se a passagem da Expedição da Academia de Ciências de Paris (1745-49), chefiada por Charles Marie de La Condamine. Além das informações colhidas a favor dos interesses franceses, desta missão decorreram as primeiras anotações sobre a utilidade da *Hevea brasiliensis*, que produzia um látex de importância e valor superior às demais espécies existentes na Amazônia e sem similares no mundo.

A descoberta da borracha¹⁷ ganha destaque ao pontificar-se na economia mundial como produto estratégico para o desenvolvimento da nascente indústria.

Ribeiro (2007) também enumera uma série de descobertas em torno da borracha. Em 1823, Charles Mac Intosh desenvolve a impermeabilização da borracha, na Escócia. Em 1839 o norte americano Charles Goodyear¹⁸ desenvolve o processo de vulcanização, impulsionando ainda mais o interesse internacional pela borracha. Internamente, o ciclo da borracha teve impactos diretos sobre a Amazônia.

O processo de expansão econômica e populacional na Amazônia, a partir da incorporação da Província do Grão-Pará ao Brasil independente, tem início a reboque da valorização da borracha na Europa e nos Estados Unidos. Esse interesse modifica profundamente o território amazônico, pois que, “pela primeira vez em quatro séculos, o mundo passa a olhar a Amazônia” (Miranda, 2005, p.38).

Por volta de 1872 o comércio da borracha da Amazônia apresenta um grande impulso denotando um processo ascendente e irrefreável. Das centenas de produtos derivados, um ganhou mais relevo: a fabricação de pneumáticos, que viabilizou a indústria automobilística. A busca foi acelerada, culminando com

¹⁷ A denominação de borracha é derivada de Portugal, onde um saco de couro, denominado de borracha, totalmente vedado, era utilizado para armazenar vinho ou água; com o látex foi possível a fabricação desse saco de forma mais adequada. Assim, o nome do “saco passou a ser aplicado à matéria-prima de que era fabricado, isto é, o látex da seringueira passou a chamar-se de borracha”, (Ribeiro, 2007, p.142).

¹⁸ Goodyear denominou o processo químico de vulcanização, associando-o ao deus mitológico Vulcano, o deus dos vulcões, portanto, que precisava de elevadas temperaturas para sua elaboração, Ribeiro (2007, p.142).

a intensificação da procura da borracha no mercado mundial [...] na indústria dos calçados e finalmente nas indústrias automobilística e de bicicletas para uso como pneus, que levou a borracha a se constituir num produto de primeira necessidade, (MIRANDA, 2005, p.38).

Porém, a demanda crescente, aliada a um processo rudimentar e limitado da produção amazônica conduziu os países industriais a temerem pelo fornecimento do produto. O governo brasileiro não se antecipou aos fatos, o que fez a pressão internacional aumentar. As potências européias e os Estados Unidos pressionaram pela “Abertura dos Portos às Nações Amigas”, ou seja, a livre navegação pelo rio Amazonas.

E à medida que cresce a produção e o comércio da borracha, igualmente, cresce o interesse internacional pela região, e aliada à possibilidade do Brasil não conseguir abastecer os países industriais, a estratégia internacional passou a ser pela busca de outros locais fornecedores.

Mas, a melhor espécie da goma somente era encontrada na Amazônia. Daí que, em 1876, Henry Alexander Wickham, consegue contrabandear 70.000 mil sementes da *Hevea brasiliensis* para o Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra. Pode ter sido o primeiro caso de biopirataria na Amazônia. E a partir da aclimatação na ilha de Ceilão (atual Sri Lança) foi iniciado o bem sucedido sistema “*plantations*” do produto em diversos países da Ásia. E desse modo, “multiplicou-se a produção asiática e em poucos anos a produção amazônica era, apenas, um número insignificante no mercado mundial do produto”, conforme enfatiza Ribeiro (2007, p.143). Isto acarretou ao Brasil a perda do mercado da borracha, cujas conseqüências mais perversas incidiram sobre o território amazônico. A estratégia internacional usada e o “planejamento” adotado pelo Governo brasileiro tornaram a região marginalizada, fazendo a economia regional entrar em declínio, transformando o seringueiro e o nordestino em suas maiores vítimas.

Dessa feita, a transferência da sede do eixo econômico da produção da borracha amazônica para a Ásia foi uma importante geoestratégia internacional.

Outras duas estratégias internacionais, agora em escala continental, também, ocorreram derivadas da economia da borracha: a Guerra do Acre, e sua posterior anexação pelo Brasil; e a questão da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. No entanto, por terem provocado, por parte do Estado, a formulação de estratégias nacionais, tais questões serão vistas a seguir em conjunto com as conseqüências da migração do nordestino para a Amazônia, uma “desastrosa” estratégia nacional de ocupação do território.

3. A geoestratégia nacional da Borracha e seu rebatimento na territorialidade Amazônica

A criação da Província do Amazonas, sediada na Barra do Rio Negro - futuramente designada Manaus (1856) - apartada daquela que até então unificava a Amazônia brasileira a Província do Grão-Pará e Rio Negro, já refletia a importância pelo crescimento da economia regional baseada no extrativismo, sobretudo, da *Hevea brasiliensis*.

Para Ribeiro (2007) este ciclo foi responsável pela consolidação da ocupação econômica da Amazônia; pela guerra na anexação do Acre; pelos trágicos acontecimentos na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; e pelo significado da borracha para a viabilização da indústria automobilística. No entanto, em termos sociais seus efeitos foram perversos para o sertanejo: “diante da floresta amazônica, ao chegar era apelidado de ‘brabo’, para indicar que tinha de ser ‘domado’ pela prática do extrativismo”, sentencia Ribeiro (2007, p.144) ao se referir ao nordestino.

O Estado, por pressão dos países desenvolvidos, “abriu” o rio Amazonas à navegação internacional, em 1866. Pouco tempo depois, os rios Tocantins, Tapajós e Negro também são liberados à navegação. Essa flexibilização dinamizou tremendamente as estruturas econômicas na região.

No entanto, preocupado com o acesso aos territórios da borracha, o governo brasileiro firmou com a Bolívia o Tratado de Ayacucho¹⁹ (1867). Desse, restou, ainda, demarcar os limites até as cabeceiras do rio Javari, o que não foi possível porque ainda não se sabia a localização exata das nascentes, conforme Ribeiro (2006). E a própria Bolívia acabou por se envolver num conflito com o Chile na Guerra do Pacífico. Além disso, relata Ribeiro (2006, p.129) que “uma frente pioneira, oriunda do Brasil, havia chegado aos altos rios formadores do Purus e Juruá, para exploração da borracha”. Esses acontecimentos fizeram eclodir a Questão do Acre, cuja exploração da borracha foi o pano de fundo.

Mas essa progressão para o oeste também serviu aos interesses do Estado, visto que fez brotar inúmeros povoados e vilas ao longo das calhas dos rios, principalmente onde a seringueira era mais abundante. Mas esse mesmo Estado atuou de forma dúbia, agindo mesmo contra os interesses nacionais. Passados alguns anos, Ribeiro afirma que,

entendimentos provocaram a assinatura de um Protocolo que estabelecia o reinício das demarcações de fronteiras, o que implicava praticamente reconhecer que a área

¹⁹ Esse tratado permitiu a demarcação dos limites no trecho que correspondia integralmente ao Estado do Mato Grosso e grande parte do que é hoje o Estado de Rondônia, chegando até as confluências dos rios Mamoré e Beni, formadores do rio Madeira. (Ribeiro, 2007).

em que os brasileiros exploravam a borracha era boliviana, por força do Tratado de Ayacucho, Ribeiro (2006, p.129).

E também a respeito da Questão do Acre, Miranda (2005, p.42) assegura que depois que Plácido de Castro, criou o Estado Independente do Acre, delegando sua administração a Dom Luiz Galvez, uma flotilha expulsou-o, sendo a posse do território retribuído aos bolivianos pelo próprio Governo brasileiro. Foi nesse contexto que surgiu o *Bolivian Syndicate*, idealizado para explorar a região gumífera por companhias inglesas e norte-americanas, mediante concessão do Governo boliviano. Os brasileiros que ocupavam a região o próprio não aceitaram tal possibilidade. A presença do Barão do Rio Branco, proibindo o trânsito pelos rios brasileiros no sentido da Bolívia, provocou protestos de vários países. O imbróglio somente foi resolvido com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903. Neste, o Estado ficou obrigado, entre outras coisas, de garantir a livre navegação, por parte de barcos bolivianos no rio Amazonas e construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

As dificuldades de progressão da navegação pelo rio Madeira deram margem ao plano de criar a ferrovia Madeira-Mamoré, cogitada desde 1861. Entregue sua construção a uma companhia inglesa, esta cancelou o acordo alegando não haver sido informada sobre as reais condições sanitárias da região. Em verdade a região era (ainda é) muito atacada por doenças, notadamente a malária. Desse modo, a ferrovia não logrou êxito e acabou sendo abandonada por seu pouco uso.

A borracha também atraiu migrantes de diversas partes do Brasil. Assim, um grande fluxo de gente sem terra, principalmente, nordestinos, passaram a procurar o “*El-Dorado*” da borracha. Sobretudo, a seca de 1877, respondeu pela ida de numerosas levas de nordestinos para os seringais amazônicos. O tipo de trabalho realizado naquela extração nativa, além de penoso era acrescido pelas cruéis relações de produção entre seringalistas (donos dos seringais) e seringueiros coletores.

Em 1892, assinala-se uma grande alta no preço daquele produto, explicando a euforia na região que culmina com a construção do magnífico “Teatro Amazonas”, inaugurado em 1896. Esse imponente teatro de ópera, inaugurado na cidade de Manaus, é o símbolo do apogeu do ciclo da borracha na região amazônica. A magnificência do monumento custou alguns milhões de dólares. Contraditoriamente, o ano da inauguração do teatro coincide com o início da questão de Canudos, no sertão da Bahia e com a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), no Rio de Janeiro, e, desse modo, foi-se formando o Estado nacional.

Além de Manaus, surgiu na Amazônia outro centro de relevância, Belém. Essas duas grandes metrópoles passam a irradiar seus poderes adquirindo razoável projeção como centros, sem, no entanto, tornarem-se *core area*, ou seja, centros inovadores. Esses dois ‘pontos luminosos’ importaram padrões europeus: “telefone, luz elétrica, cabo submarino, bondes elétricos e a música erudita, foram prontamente levadas para a Amazônia”, como afirma Miranda (2005, p.40), o que provocou profundas alterações espaciais. Evidente que o destino final de todos esses equipamentos (modernos) era somente os dois grandes centros. Assim, ao mesmo tempo em que surgiram dois pontos luminosos na Amazônia (Belém e Manaus), o restante da mesma permaneceu opaco, periférica.

Estagnados, os demais espaços da Amazônia, apenas canalizaram seus recursos para os centros. As inovações oriundas do Velho Continente não se difundiram pelo sistema espacial. Esse momento polarizado da economia amazônica pode ser entendido quando Becker explica que:

As economias em estágio inicial de industrialização, em que o desenvolvimento é concentrado em uma ou duas cidades para onde fluem os recursos da periferia, caracterizam-se uma estrutura polarizada, um padrão de desequilíbrio estrutural, Becker (1982, p.16).

Quanto ao fluxo de imigrantes, este permanece concentrado no Sudeste. Na Amazônia, malgrado os esforços para fomentar a agricultura e receber também imigrantes estrangeiros, eles não se dirigem de modo significativo àquela região, que continua a receber contingentes de nordestinos. Miranda (2007) afirma que entre 1896 e 1900, no Estado do Pará, entraram apenas cerca de treze mil imigrantes europeus, em sua maioria portugueses, voltados para o comércio na cidade de Belém. Ali se inicia, também, a publicação do “Boletim do Museu Paraense” (futuro Emílio Göeldi).

O início do século XX registra nova alta no preço da borracha. No ano de 1910, considerado o ponto culminante do “boom” da borracha, chega-se ao exato momento da sua queda. É o início da derrocada econômica do efêmero ciclo da borracha, 34 anos após a proeza (*roubo?*) de Henry Alexander Wickham.

No início do século XX vê-se o mundo abalado com a Primeira Grande Guerra, enquanto o Brasil, além do problema da borracha, enfrenta a primeira crise do café. Mas a borracha vai experimentar um novo ciclo, novamente impulsionado por fatores externos e internos.

O Brasil já estava quase conseguindo superar a crise econômica da Bolsa de Nova Iorque. Mas, a Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de problemas para o País, “interrompendo os fluxos de exportações dos nossos produtos e de importação dos produtos estrangeiros” (ANDRADE, 2003, p.173). O conflito também estimulou as atividades voltadas para o mercado externo, como a exploração de xilita e da mica no Nordeste e da borracha na Amazônia.

Se por um lado, a Segunda Guerra Mundial desfalcou os “aliados” das plantações e apropriação da borracha natural da Ásia, por outro, a seca de 1942 “obrigou” novos fluxos de deslocamentos de nordestinos para os seringais amazônicos. Esses dois fatores fizeram surgir o que foi chamado a “Batalha da Borracha”. Eis uma nova estratégia nacional, impulsionada por atores externos, que visava atingir dois objetivos: contribuir no esforço de guerra dos aliados e reduzir a pressão demográfica no Nordeste brasileiro aliado com a integração da Amazônia ao restante do País. Este novo ciclo da borracha não foi tão expressivo quanto o primeiro, mas serviu para dar início ao processo de integração do território, o que ia de encontro aos interesses do Estado.

As estratégias da borracha, tanto nacionais quanto internacionais tiveram relevante papel no processo de formação do Estado nacional. A necessidade de integrar a Amazônia ao espaço nacional foi conduzida, seguindo diversos condicionantes, ora de interesse do mercado, ora do interesse do Estado (segurança nacional).

Após o segundo ciclo da borracha a Amazônia voltou a adormecer, só retornando ao cenário nacional com o advento do Estado planejador que tentará, definitivamente, integrá-la. Essa tentativa de integração dar-se-á por intermédio de novas estratégias do Estado e também do mercado. É um novo processo postulado por atores já conhecidos e outros recém chegados. Novas problemáticas relacionais na dinâmica territorial amazônica serão modeladas pelo fluxo de informação e energia.

CAPÍTULO IV

PLANEJAMENTO NO BRASIL E NOVAS ESTRATÉGIAS DO ESTADO E DO MERCADO

Há alguns milênios, Sun Tzu já afirmava que: “Sem planejamento, somente por acaso chegaremos a algum lugar”. No entanto, apesar da magnitude a ele concedido, planejamento no Brasil é algo que, raras vezes, esteve em pauta. Pelo menos quando planejamento esteve ligado ao Estado para tratar da condução dos destinos da Nação na direção do desenvolvimento e na conseqüente redução das desigualdades sociais internas, ou seja, na construção de uma verdadeira nação de brasileiros, como defende Sá (*in* Sá & Corrêa, 2006).

O Estado planeja para monitorar o território, esquadrihando-o. E para isso, dialeticamente, “agrega/segrega”, “inclui/exclui”, conforme frisa Raffestin (1993). Isto é, o Estado planeja integrado no projeto de uma elite econômico-financeira nacional e internacional que não deseja a criação de uma identidade nacional, na mesquinhez da possibilidade de perda do *status quo*.

1. Planejamento no Brasil: para quê e para quem?

Na década de 1960, o Brasil experimentou um dos momentos políticos mais instáveis enquanto Nação. Nesse momento, o planejamento foi utilizado, deliberadamente, para provocar uma “ruptura” explícita do País em duas partes. Foram as “elites” responsáveis pela ilusória e trágica divisão cultivada, até hoje, e inflada pela truculência com que os militares se comportaram, tanto quanto pela irresponsabilidade anterior ou a reação posterior, muitas vezes desmedida, com que certas parcelas do poder civil reagiram.

Mas há uma outra forma de planejamento que o Estado pode e deve realizar em seu esquadrihamento territorial. É um planejamento que desmonte o sistema territorial (pautado na grande propriedade agrícola) e o setor industrial-financeiro. Enfim, que faça o Estado criar “um espírito de nação segura sobre seu passado, certa sobre seu presente e convicta sobre seu futuro”, como bem defende Sá (*in* Sá & Corrêa, 2006).

Nesse planejamento, o Estado se apresenta como agente regulador das relações econômicas e sociais, condicionadas a uma redução das desigualdades e a construção de uma realidade mais equânime e projetada para o futuro, ou seja, uma distribuição da riqueza nacional em termos solidários.

Planejar é pensar e sonhar algo, sem, no entanto, enveredar por caminhos utópicos. Parece tarefa fácil, mas não é, principalmente, num contexto de mundo em permanente efervescência.

Contudo, um grande estadista brasileiro teve essa percepção. Mattos (2006) relata que José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, foi um exemplo de estadista. Vivendo na Europa durante a fase efervescente dos progressos da Revolução Industrial e da difusão das aplicações da eletricidade, sonhou com que os benefícios daquele momento histórico chegassem ao Brasil. Empolgava-lhe a idéia de que o País participasse da era de progresso que aquele processo começava a proporcionar aos europeus. No entanto, o planejamento errado fez o Estado abandonar os sonhos do velho patriarca, o que nos valeu profundo atraso na implantação, por exemplo, de uma indústria siderúrgica, inaugurada em 1942, no município de Volta Redonda, no Vale do Paraíba, com financiamento norte-americano, concedido em troca da adesão do Brasil aos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Porém, a história nos relata planejamentos errôneos ou mesmo nocivos à Nação.

Exemplificando, o Brasil ainda não pode contar com uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), importante ferramenta do planejamento territorial. Ou seja, um País continental abre mão de ordenar seu próprio espaço. O que espera-se com isso? O que acontece que as coisas não andam por aqui? A respeito da PNOT o tema será abordado mais à frente.

Ainda, os sucessivos governantes, quando o fazem (planejamento), é única e, exclusivamente, para o período de sua gestão. No Brasil não há planejamento de Estado, mas, de Governo. E mesmo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), já em vigor por intermédio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, quando em sua fase de gestação era considerada uma política do Governo. Essa política, também, será objeto de análise mais adiante.

Segundo Becker e Egler (1998) o Brasil apresentou três padrões econômicos ao longo da sua inserção na economia-mundo, desde a chegada dos primeiros assentamentos portugueses até a formação do Estado moderno e a industrialização. Para essa constatação os autores citados utilizam o quadro teórico das ondas longas proposto por Kondrotieff.

O primeiro padrão é o colonial, caracterizado pela implantação de empresas européias sobre um vasto território tendo por base o trabalho escravo. Aqui o planejamento foi unicamente voltado para a exportação sem o menor interesse na construção de infra-estruturas ou edificação da Nação. Esse período foi caracterizado pelo saque predatório das riquezas que estavam mais acessíveis.

O segundo padrão teve início com a independência e, é marcado pelo mercantilismo escravocrata nacional, agora, sob a égide do Império brasileiro. Desse modo o Estado conseguiu manter as diversas economias regionais (ilhas), unidas em formato de arquipélago. É neste período que tem início a construção do Estado nacional. Becker e Egler (1998, p.37) afirmam que no “Império, café e escravidão foram traços marcantes da formação do Estado brasileiro”. É desse incipiente Estado que surgem os primeiros traços de planejamento. No entanto, o “norte”, que guiava o planejamento ainda era o mercado europeu. E, mais uma vez, dava-se às costas ao vasto território. Por fim, é no terceiro padrão das ondas de Kondrotieff, cuja inserção do País como membro periférico do capitalismo industrial, acontece. O Estado pressente a necessidade de planejar o uso do território. O processo de industrialização, efetivamente, só tem início no final do século XIX com a economia exportadora-capitalista, e resultando no desenvolvimento nacional, somente, no segundo pós-guerra.

Desse modo, o Brasil foi inserido na “economia-mundo” por intermédio de um processo de industrialização tardio, com a atuação de um Estado frágil e com raros momentos de planejamento, conforme destacam Becker e Egler (1998).

Kowarick (1995) esclarece que a inserção ocorreu num momento em que

a Conferência de Bretton Woods (Estados Unidos, 1944), cujos convênios e decisões deram origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial significou, sob a fictícia figura da ‘cooperação’ mundial, a imposição do poder dominante norte-americano ao decadente império britânico e ao mundo capitalista”, Kowarick (1995, p.297).

É nesse contexto que haverá uma valorização da escala regional para a expansão da economia de mercado e, da escala nacional para a consolidação dos Estados-nação periféricos. Os países capitalistas mais industrializados já haviam se consolidado. A nova ordem-mundial impunha um ajuste nas diversas escalas de atuação desses principais atores: empresas e Estados.

Assim, Becker (1986), realça que,

após a guerra, entre 1950–70, a reconstrução da ordem econômica internacional favoreceu simultaneamente a significância da região e o fortalecimento do aparelho do Estado. A escala macrorregional parece ser a escala espacial ótima para a estratégia político-econômica que visa unificar mercados e o poder político nos territórios nacionais, (Becker, 1986, p.45).

Andrade (2003) destaca, ainda, que o Brasil acumulou divisas junto às potências industriais quando exportou diversos produtos para esses países. Estes, porém, recusaram-se a

pagar seus débitos nas condições exigidas. Os países industrializados foram reerguendo-se e reformulando a nova economia mundial com o apoio dos Estados Unidos. E o Brasil desejava aumentar e modernizar seu parque industrial passou a importar mais, pois, as ferrovias, os transportes urbanos e a navegação costeira necessitavam de manutenção e expansão.

No entanto, como não houve planejamento na reconstrução e modernização da economia nacional, grande parte das divisas foram gastas “na aquisição de objetos de luxo, eletrodomésticos, sobretudo, assim como em viagens de turismo ao exterior”, conforme destaca Andrade (2003, p.181).

Para demonstrar ainda mais “falta” de planejamento, o Estado nacional passou a comprar dos ingleses as concessões de exploração de ferrovias. O problema é que os contratos já estavam por findar, e as concessões seriam devolvidas sem qualquer indenização, além de que a malha ferroviária naquele momento, era composta de material antiquado.

E o mercado externo iniciou sua imposição ao frágil, incipiente e “mal planejado” Estado nacional que,

já em 1948, quando caiu o preço do café no mercado internacional, estávamos sem divisas e tínhamos de recorrer a débitos externos e favorecer vantagem ao capital estrangeiro que se dispusesse a explorar nossas riquezas. Andrade (2003, p.181).

Analisando a complexidade da nova ordem mundial e as novas funcionalidades dos Estados periféricos, Becker (1986), afirma que o Estado torna-se incapaz de fornecer toda a infra-estrutura e equipamento necessários para satisfazer as exigências de todos os atores e organizações.

E mesmo nesse cenário o Brasil conseguiu inserir-se na economia-mundo. Os acontecimentos do segundo pós-guerra foram determinantes para tal inserção.

2. Os condicionantes externos, a Era Vargas e o início do planejamento no Brasil

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo viveu um amplo consenso envolto de três objetivos. Primeiro, a obtenção do pleno emprego como objetivo oficial da atuação econômica para que nunca mais houvesse crises como aquela que ocorreu em 1929²⁰. Em segundo lugar, paralelo ao pleno emprego, devia-se construir um Estado protetor, o *Welfare State*. E, por fim, havia a determinação de que, para não desperdiçar recursos seria necessário planejar.

²⁰ A quebra da Bolsa de Nova York, em 24 Out 29, fez mostrar que a “mão invisível” do mercado não foi capaz de evitar a crise. Foi necessário a intervenção do Estado, por intermédio do New Deal, idealizado por Franklin D. Roosevelt, eleito presidente dos EUA no auge da crise.

O pleno emprego seria alcançado por meio de um Estado protetor tendo por base o keynesianismo²¹ e que era necessário planejamento para chegar lá. O planejamento passou então a acontecer nos dois lados da cortina de ferro. O mundo experimentou então a “idade de ouro do capitalismo”²².

Em termos geopolíticos, Mattos (2003) defende que o fim do conflito fez surgir um mundo bipolar cuja preocupação obsessiva com o comunismo internacional e a influência dos Estados Unidos da América conduziram ao surgimento de posições radicalizadas e sentimentos antagônicos. Os reflexos desse posicionamento norte-americano foi sentido, principalmente, na sua área de influência direta, a América Latina. No Brasil, acabaram por provocar, direta ou indiretamente, a grande cisão da Nação. Ainda segundo o mesmo autor, valendo-se do cenário propiciado pela Guerra Fria, a influência da geopolítica norte-americana prosseguiu com seus efeitos nefastos, visando inviabilizar um sólido Estado-Nação industrializado ao sul do Equador. A estratégia foi usar o próprio Estado nacional para esse fim. Era preciso unir este ator (Estado) ao capitalismo, o que somente foi possível com a produção de um espaço mundial, ou seja, a globalização.

Para Becker (1982) o começo da “globalização contemporânea” pode ser identificada como uma consequência da nova relação entre capital e trabalho tornada possível com a mediação de Estados nacionais usando suas funções do controle e de regulamentação em que o espaço é uma ferramenta privilegiada. E uma das estratégias básicas, utilizadas pelo Estado, foi a adoção de políticas de planejamento regional. A economia era vista nos termos dos fluxos e do estoque. O Estado assegurou sua coordenação, integrou outros espaços, produziu seu próprio espaço específico: global ou fragmentado, apoiado por uma logística de interesses estratégicos gerais. A produção do espaço global ou fragmentado foi conseguida com duras consequências, durante as mudanças estruturais da década de 1970 no sistema econômico do mundo, através das corporações e das instituições financeiras internacionais, consolidou a globalização como importante e único sistema do mundo que carrega as contradições que resultaram em uma crise mundial, afetando sobremaneira o Estado. Mas, aqui faz-se referência aos Estados periféricos do sistema.

Nesse processo a globalização fez reduzir as contradições entre a dependência corporativa transnacional em bases produtivas regionais em seu relacionamento com o Estado. Ao mesmo tempo em que a globalização é ligada à crise mundial do sistema, a

²¹ Teoria defendida pelo economista inglês John Maynard Keynes, segundo a qual, em momentos de crise, o Estado deve agir como investidor promovendo a construção de obras públicas que gerem emprego e reaqueçam a economia.

²² Termo equivalente a “trinta anos gloriosos”, cunhado pelo economista francês Fourastier ao se referir ao período de 1945 a 1975.

dependência de Estados periféricos ao capital global é reforçada, reduzindo sua autonomia. Resulta que, no processo da globalização, a política regional torna-se inoperante e, acrescida, da alarmante elevação do débito externo desses países, as contradições entre a corporação e o Estado, entre interesses globais e privados, torna-se mais e mais aguda. O Estado (periférico) perde força para negociar, coordenar e decidir. Uma situação na qual o capitalismo de Estado domina, conforme demonstra Becker (1998).

A mesma autora frisa que esta forma de atuação prossegue nos dias atuais, de forma mais sutil, usando como instrumento as agências internacionais que manipulam, bem como cooptam destacados técnicos, pesquisadores, veículos de comunicação, burocratas e influentes lideranças políticas. A esse respeito, boa parte desses líderes de ocasião, cumprindo papel submisso e antinacional, conduziram o País à deprimente dependência do capital internacional e à alienação espoliativa de grande parte do patrimônio nacional. Associado aos malefícios dessa geopolítica regional, interesses econômicos escusos, sob o signo do neoliberalismo ancorados no Consenso de Washington²³, buscam argumentos para eliminar o pouco que resta do conceito de soberania nos países ditos periféricos, apregoando para os Estados frágeis, como o Brasil, o fim das fronteiras geográficas, a ideologia do Estado mínimo e a submissão passiva aos interesses do mercado. A esse respeito, Becker adverte:

As redes e fluxos de capital e de informações que sustentam a riqueza circulante do mundo hoje, que sustentam a globalização, não eliminam o valor da riqueza in situ, da riqueza localizada no território. E isso é muito importante para a Geografia. Porque muitos afirmam: 'os fluxos transfronteiriços acabaram com a importância do território, do Estado nacional'. Ledo engano. A prática da geopolítica está aí ...
Becker (2006, p.27).

A degradação da situação do mundo soviético, sobretudo, após a Primavera de Praga, em 1968, aliada ao surto inflacionário, que coincidiu, em parte, com a primeira grande crise energética são acontecimentos típicos deste momento. No Ocidente, surgiu o movimento denominado contra-reforma neoliberal, que trouxe governantes como Ronald Reagan e Margareth Thatcher, cujas teorias instauradas eram de cunho monetarista, abandonando assim as idéias de Keynes.

Diversos especialistas (Andrade, 2003; Becker, 1982, 1998) afirmam que com o advento do Estado-Novo tem início um novo período na vida política brasileira.

²³ Nome dado pelo economista inglês John Willianson a um encontro ocorrido em 1989 entre funcionários do governo dos Estados Unidos, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos, em Washington. Nesse encontro, estabeleceram-se diretrizes visando a recuperação econômica dos países latino-americanos. Essas determinações previam redução do papel do Estado, como privatizações das estatais, flexibilização das leis trabalhistas, redução da carga tributária e abertura comercial, entre outras medidas.

Aproveitando a agitação comum ao período eleitoral de 1938 e alegando o perigo do Brasil ser dominado pelos comunistas por intermédio do Plano Cohen²⁴, Getúlio Vargas se apresenta à Nação como o homem que poderia salvar o País da anarquia e do comunismo. Com apoio dos militares fecha o Congresso, exila seus desafetos e outorga uma nova Constituição. O Golpe de Estado aconteceria a 10 de novembro de 1937. A Constituição de 1937 impunha ao Brasil uma experiência de governo corporativo e autoritário. Parecia um retorno ao centralismo do Império, perdendo os Estados da federação poder: “os hinos, as bandeiras e as armas estaduais desapareceram, passando os estados a ser governados por interventores nomeados pelo presidente da República” (Andrade, 2003, p.171). Além disso, a nova Constituição fortalecia, tremendamente, o poder do Estado frente aos demais setores da sociedade. Em termos de planejamento ela, também, fez-se presente. Influenciado por diversos modelos de planejamento estatal: planificação econômica soviética em 1929²⁵, New Deal norte-americano, planejamento fascista na Itália e nazista na Alemanha, Vargas faz constar na Carta Magna à necessidade de ser realizado um plano de reconstrução econômica nacional. Era a primeira tentativa que o País experimentava em termos de planejamento.

No entanto, outorgada a Constituição, esta não seria cumprida em sua plenitude, (SOUBLIN, 2003) passando o presidente a governar de forma absoluta até sua deposição em 1945.

E esse período foi marcado por profundas mudanças na estrutura espacial brasileira.

A Segunda Guerra Mundial demonstrou toda a fragilidade da economia nacional em termos de infra-estrutura, principalmente o setor ligado aos transportes, o que dava ao País uma organização como se fosse um arquipélago, um conjunto de ilhas, fragilmente, interligadas, e não uma unidade continental. Becker destaca que nesse período a

estrutura espacial caracteriza-se pela presença de regiões agrícolas situadas ao longo da fachada atlântica, estabelecidas em função da valorização de produtos tropicais: regiões canavieiras, algodojeiras, cafeeiras etc. Relacionadas por mar diretamente com a metrópole, eram as diversas regiões desarticuladas entre si, sugerindo a idéia de “ilhas” econômicas e de uma estrutura espacial em “arquipélago”, Becker (1982, p.17).

Esse gargalo provocado pela falta de transportes, que só aparece com mais relevo com o advento do conflito, obrigou o início do processo de industrialização mais agressivo e de

²⁴ Em 30 de setembro de 1937 o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, divulga à nação o "tenebroso" Plano Cohen: uma suposta manobra comunista para a tomada do poder através da luta armada, assassinatos e invasão de lares, o que para alguns foi uma fraude forjada por membros da Ação Integralista para justificar o golpe de Estado.

²⁵ De forma incipiente, fizera Lenine, com sua NEP, ou Nova Política Econômica, entre 1921 e 1928 na ex-URSS.

integração nacional, o que obrigava o País a planejar seu território. O Brasil não dispunha de rede ferroviária nem rodoviária que penetrasse o interior do território, os navios de outras nações que faziam o transporte pela costa brasileira deixaram de circular, durante o conflito, e muitos de nossos próprios navios foram torpedeados por embarcações alemãs.

Diante da situação e, “alarmado com esse problema é que o governo, lembrando-se da previsão de planejamento existente na própria Constituição de 1937, começou a estimular trabalhos de diagnósticos que visavam ao planejamento”. Em consequência, foram elaborados diversos relatórios “dentre outros, os relatórios da Missão Cook (1932-3) e o de Roberto Simonsen” (ANDRADE, 2003, p.174), que serviriam de base para o planejamento estatal naquele momento.

A guerra isolou o País, demonstrando que apesar da posse dos recursos disponíveis e de um elevado mercado interno com mão-de-obra abundante, a economia brasileira era muito frágil devido, principalmente, dentre outros motivos: - a falta de transportes internos; - o baixo nível intelectual da população; e - a inexistência de uma indústria de base.

Desta feita, o primeiro setor do segmento industrial a ser instalado no Brasil foi o siderúrgico: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, conforme já referida anteriormente. Getúlio Vargas, político hábil, driblou a resistência dos agraristas, que eram contrários a industrialização do País e, paralelo à instalação da CSN, cria a Companhia Vale do Rio Doce. Para Andrade (2003, p.175) “constituía-se, assim, duas companhias nacionais para atuar na área de exploração mineral e de produção de ferro e aço”. Mas, o processo carecia de um outro componente.

A industrialização ressentia então de energia mais abundante, problema que só teve sua solução iniciada com a criação da Petrobrás em 1953, ou seja, após a Segunda Guerra Mundial. Assim, frisa Andrade (2003) a respeito da questão energética:

ao lado do problema do ferro e do aço, outro ponto de estrangulamento da nossa economia era representado pela necessidade de combustíveis; o país não possuía carvão de boa qualidade, e as jazidas em exploração localizavam-se no extremo Sul do país, Andrade (2003, p.175).

A nascente indústria concentrava-se na *core area* e o carvão estava distante o suficiente para ser explorado economicamente. Assim, a opção imediata foi pelo petróleo e a geração de energia hidráulica.

Era o início do período que seguiu o modelo da industrialização via substituição de importações, conforme frisa Becker (1982). Esse planejamento estatal, embora incipiente,

modificou aos poucos o padrão espacial brasileiro. Para Becker (1982, p.17) foi um “processo de industrialização, altamente inovador, [que] impôs no espaço econômico uma estrutura polarizada tipo centro-periferia”, modelo idealizado por Friedmann²⁶.

Esse modelo que buscou a integração do território, daí que o País caminhou para deixar de ser um ‘arquipélago’ e passou a ostentar essa nova estrutura espacial, configurado por uma *core area*, centrada inicialmente no Rio de Janeiro, depois também em São Paulo, e o restante do território formando a periferia. As desigualdades entre as macro-regiões agravaram-se ainda mais, porque a periferia viu seus recursos serem drenados para a *core area*. No que interessa a presente pesquisa, duas regiões merecem ser analisadas: o Nordeste e a Amazônia.

3. O Nordeste e a Amazônia como foco do planejamento estatal

A classe dominante brasileira viu na Amazônia a solução para dois problemas: o excedente (refugo humano) populacional nordestino, “o homem sem-terra” e o preenchimento do vazio demográfico amazônico, “a terra sem-homem”. Para Becker (1982), as regiões Norte e Nordeste, durante a fase de substituição das importações são duas regiões que emergem como “regiões-problema”: o Nordeste como periferia deprimida e o Norte como periferia não-integrada. Essa estratégia nacional de aliviar a pressão no Sertão nordestino e incrementar a ocupação do vazio amazônico teve como principal consequência um intenso fluxo de imigrantes à Amazônia, cuja principal atividade naquele momento se reportava ao extrativismo do látex, como já vimos anteriormente.

O Nordeste e algumas áreas cafeeiras do Sudeste constituíram o que Becker classificou como região periférica deprimida. Uma região que têm seus recursos básicos drenados para as demais regiões, e uma fraca capacidade de absorver as inovações tecnológicas devido, principalmente, a existência de uma organização sócio-econômica arcaica e rígida, fundamentada na economia agrária, no dizer de Becker (1982). Sua função na nova estrutura econômica nacional é bem definida quando a mesma autora afirma que sendo “incapazes de, com sua estrutura econômica arcaica, absorver o crescimento demográfico, as periferias deprimidas fornecem grandes contingentes de mão-de-obra para outras áreas do sistema”, Becker (1982, p.25). Ou seja, sua infraestrutura existente serve, antes de mais nada, como manutenção do *status quo* do modelo existente, o que favorece a classe dominante, inclusive, a local.

²⁶ Sua teoria prega que as inovações tecnológicas tenderiam a fluir das cidades, considerados centros inovadores, para as demais áreas do território. (Becker, 1982).

A reboque do processo de industrialização o Nordeste serve de mercado aos produtos da *core area* e como fornecedora de mão-de-obra não-especializada tanto para esta região quanto para a fronteira de recursos.

Já a região de novas oportunidades ou fronteira de recursos é o oposto da região periférica deprimida. É constituída no dizer de Becker (1982) por extensas áreas do território nacional que ainda não foram incorporadas economicamente ao sistema espacial. São áreas possuidoras de extensos recursos e pífio povoamento, sendo assim, mais capazes de absorver inovações tecnológicas devido à falta de estruturas arcaicas resistentes, que perder recursos sob efeito de drenagem, isso porque a rede de infra-estrutura, ainda, não se faz presente. Essa porção do espaço nacional é valorizada por possuir recursos ainda inexplorados. Estrategicamente, também, são valorizadas pela “possibilidade que oferecem de absorção dos excedentes demográficos existentes na periferia deprimida” (Becker, 1982, p.25).

Inicialmente, Centro-Oeste e Amazônia compõem essa periferia. Mas é a Amazônia que mais irá caracterizar-se como fronteira de recursos, por constituir-se ainda hoje como um espaço não-integrado, em sua plenitude, ao nacional.

Assim, essas duas periferias foram alvos deliberados de um planejamento estatal para a solução dos problemas apresentados. Se por um lado, a tensão econômica e social do Nordeste alertou para a necessidade de buscar o equilíbrio espacial, a Amazônia carece de ocupação demográfica urgente devido ao vazio lá existente. Desta forma, uma seria a solução da outra.

Porém, as forças que modulam a dinâmica espacial não podem ser tratadas como se fossem leis exatas. Essas forças, internas e/ou externas, são materializadas nos processos elaborados pelas organizações e atores que compõem a sociedade. Evidentemente, que cada sociedade/organização tem seus próprios interesses, e estes irão refletir no modo como aqueles processos incidirão no espaço.

No caso específico do Brasil, a continuidade do crescimento do centro dinâmico e posterior desenvolvimento do País, como um todo, necessitava que o território nacional estivesse integrado. Becker (1982, p.27), afirma que “é essa realidade que, somada às tensões da periferia deprimida e às exigências de segurança nacional, levam à conscientização sobre a necessidade de uma política de integração nacional”. Ou seja, até então, o Estado-nação não havia dado conta da emergência do planejamento, e de forma muito incipiente iniciava a integração territorial, tardiamente, após mais de 400 anos de descobrimento!

É com esse retardo, nessas condições, que começa a se esboçar um planejamento estatal voltado para todo o território nacional. E para satisfazer essas exigências o Brasil

carecia de um planejamento além do Governo, era preciso um planejamento de Estado, pois já a partir de 1960, o modelo de substituição das importações começou a dar sinais de esgotamento, segundo Becker (1982).

Como o processo de industrialização se aprofundava na *core area*, esta passou a enfrentar as limitações do mercado interno em absorver sua produção, tanto pelo baixo poder de compra da massa populacional quanto pela falta de infra-estrutura capaz de escoar para as demais regiões. A solução que o Estado demorou a dar teve que ser buscada pelo mercado. As grandes empresas buscaram, incansavelmente, a racionalização da produção industrial, como forma de se adaptar às novas exigências do mercado. Becker (1982, p. 27), assevera que “orientada por uma política de contenção de créditos e salários, a racionalização é acompanhada pela concentração de empresas e exige escalas mínimas de produção”.

Ainda para Becker, o Estado, a reboque da tendência mundial, procurou alterar sua economia de uma lógica fordista à flexível. Os países centrais souberam realizar essa mudança na base econômica. No caso do Brasil, o Estado somente passou a atuar quando percebeu que era necessário a ampliação do mercado interno mediante a mobilização de recursos humanos (mão-de-obra), oriundos da região deprimida, e recursos naturais, da Amazônia, que também seria ocupada.

Emerge a necessidade de uma integração nacional, não de forma espontânea, mas de forma desejada e mesmo forçada pelo Estado. Integração com a finalidade de suprir as necessidades do centro dinâmico, que em última análise, faria retornar à periférica do País, as inovações tecnológicas, em formato de produtos e serviços. Uma política de integração nacional foi desenhada com a intenção de integrar o território nacional, ao mesmo tempo, reduzir as tensões no Sertão nordestino, e atender as novas questões ligadas à segurança nacional no que dizia respeito à ocupação e integração da Amazônia²⁷.

A esse respeito, o projeto nacional desenvolvimentista do Regime Militar (1964-1985) deixou seu legado. A ampliação da base infra-estrutural possibilitou a integração nacional, incorporando o espaço amazônico e o Centro-Oeste por intermédio de uma malha rodoviária, da difusão das redes de telecomunicações, da ampliação da matriz energética e sua distribuição para regiões até então marginalizadas neste quesito (Becker e Egler, 1998). Castro defende que todas essas mudanças tornaram o território brasileiro,

²⁷ Com o Programa de Integração Nacional - PIN (Lei nº 1.106, de 11 de junho de 1970), o Estado, definitivamente, inicia o processo de integração da Amazônia ao restante do País por intermédio da BR-010, Belém-Brasília; BR-163, Cuiabá-Santarém; BR-364, Cuiabá-Porto Velho; BR-316, São Luís-Teresina; BR-174, Manaus-Boa Vista; e a BR-230, Transamazônica. A Perimetral Norte, que deveria estender-se do Amapá até o oeste do Estado do Amazonas, não chegou a sair do papel.

mais receptivo e competitivo, tanto para o capital como para a população, o que propiciou a interiorização da expansão urbana e das atividades econômicas a ela associadas, além da expansão da fronteira agrícola, que nas últimas décadas vem sendo impulsionada pelos tratores do agrobusiness e não mais pelas patas dos bois, como ocorria até o início da década de 1960, (Castro, 2005, p.121).

Essas alterações espaciais foram consequência do chamado projeto geopolítico para a modernidade, iniciado no segundo pós-guerra, implícito no Plano de Metas²⁸ do Governo de Juscelino Kubitschek. Portanto, o referido projeto não teve origem exclusivo dentro das Forças Armadas, mas, também, nos diversos segmentos da elite civil e militar, que “pensavam” o Brasil.

Não obstante, a geopolítica se tornou uma doutrina explícita, sendo ao mesmo tempo uma justificativa para e um instrumento da estratégia e da prática do Estado. As forças do projeto estavam presentes em três vertentes: - a projeção no espaço internacional; a implantação da fronteira científico-tecnológica na *core area*; e - a rápida integração de todo o território nacional, implicando a incorporação definitiva da Amazônia, de acordo com Becker e Egler (1998).

Logicamente, que a execução de um projeto de tal envergadura demandaria informação e energia em larga escala. Daí, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, ter importante papel na elaboração desse projeto, formulando e implementando a Doutrina de Segurança Nacional²⁹.

Assim, mais uma vez o papel político das

Forças Armadas pode ser explicado em grande parte por sua capacidade de organização em contraposição à debilidade ideológica e indecisão no comportamento político de grupos civis, e à fraqueza das organizações populares numa sociedade em desenvolvimento. Organizados, e dispendo de um projeto, os militares desta feita, conquistaram o Estado, (Becker e Egler, 1998, p.128).

Desse modo, no campo econômico, o Estado, enquanto ator regulador e organizador do território, teve papel decisivo na aceleração do ritmo de crescimento, fazendo o País atingir etapas mais avançadas no processo de industrialização quando comparado com os demais

²⁸ Conjunto de decisões elaboradas para o período de 1956 a 1960, cujo objetivo era consolidar o processo de industrialização do País.

²⁹ Doutrina explicitada na obra do General Golbery do Couto e Silva. Em linhas gerais trata-se de uma técnica de planejamento estratégico designada inicialmente para uso no campo da política de segurança nacional em tempos de guerra, mas que foi estendida a todos os setores das atividades do País. O cerne da doutrina é o conceito de Segurança Nacional: a luta pela sobrevivência exige a maximização do crescimento econômico, para o que é necessário a segurança e também sacrifícios. (Becker e Egler, 1998)

países latino-americanos, ao viabilizar e ampliar a capacidade da economia em atrair capitais estrangeiros.

A participação do Estado fez-se sentir quando “a partir de 1940, o crescimento do PIB manteve-se em uma média de 7% ao ano, chegando a 11% entre 1967 e 1973, os anos do ‘milagre econômico’” (Becker, Egler, 1998, p.19). A proposta de adequar a industrialização à estrutura territorial já estava presente no Plano de Metas; no entanto, foi no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974) e, especialmente, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 a 1979), que o ordenamento do territorial previsto no projeto geopolítico ganhou mais força.

Coincidência que, justamente, em momentos dos ditos regimes autoritários que o País experimentou elevados índices de crescimento na economia e ordenamento do território. É, também, nesses períodos que o Brasil sentiu uma presença mais constante do Estado. Existe, então, uma relação entre crescimento econômico e a presença do Estado.

Evidentemente, não se deseja fazer apologia a qualquer tipo de regime político, apenas que se tenha um mínimo de isenção ideológica, a fim de não contaminar as abordagens realizadas. A democracia não é perfeita, assim como, também, não é nenhum outro tipo de regime. Um país não precisa de um governo ditatorial para dar certo.

O que deve merecer relevo é que, se houve alguma forma de planejamento estatal durante a história do Brasil, este ocorreu de modo mais enfático durante os ditos períodos ditatoriais. Foi assim com Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, e com os governos militares, de 1964 a 1985. Não é demais lembrar que, por ironia, os militares afirmam que, no poder, conseguiram preservar as linhas mestras da existência do Brasil como Nação. Claval (1999) deixa evidente que o tema modernização no Brasil torna-se dominante por volta da década de 1970, quando

o Regime Militar rompe com as regras democráticas, mas prossegue, em nome da Doutrina da Segurança Nacional, com a política de modernização econômica e geográfica: é em seu nome que são promovidos a construção rodoviária, o povoamento e a valorização da Amazônia, (Claval, 1999, p.12).

Evidentemente, que esses feitos não blindam tais governos dos erros cometidos durante suas gestões. Como, também, não blindam os civis que, ultrapassando o Regime Militar, viram-se enganados e ludibriados, obrigados a aceitar o modelo cruel, neoliberal e globalizante, que assola cada vez mais o Brasil.

Desse modo, os militares deixam claro que somente o planejamento realizado por um Estado-nação forte é capaz de proporcionar o controle sobre o território e seus respectivos recursos. A respeito desse controle territorial, na visão das Forças Armadas, a Amazônia representa a última fronteira a ser conquistada e incorporada ao Estado nacional. Esta percepção está presente na fala do ex-ministro do Exército Zenildo Zoroastro de Lucena em 1998:

A Amazônia representa a última fronteira de nosso território, a maior reserva mundial de floresta tropical, um patrimônio herdado do sacrifício de nossos antepassados. Impõe-se-nos, assim, o dever de preservá-la e desenvolvê-la para os brasileiros do futuro, (Lucena, 1998).

Não obstante, o Estado, foi capaz de implementar um ordenamento territorial, incipiente é verdade, que a reboque de forças exógenas, objetiva integrar duas regiões problemáticas: o Nordeste e a Amazônia. Dentre as medidas adotadas foram criadas as superintendências de desenvolvimento. A Sudene, voltada para a periferia deprimida, foi a primeira do gênero a ser criada. Em seguida, a periferia não-integrada foi objeto de atuação da Sudam.

4. O Estado, a Sudam e as Organizações Territoriais

Como já visto, cabe ao Estado organizar institucional e funcionalmente o Poder político, num dado território ou espaço físico, com vista à promoção do bem comum. No Brasil, o planejamento e a integração do território, com vista ao “bem comum”, começa a tomar forma a partir da década de 1960.

Para Becker (1982), a fundação de Brasília, em 1960, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)³⁰ em 1959, e a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1967 foram marcos fundamentais na política de integração nacional elaborada pelo Governo Federal. A Amazônia e o Nordeste merecem destaque porque como frisa Becker são duas regiões que:

emergem como regiões-problema, embora por motivos opostos: a periferia deprimida e a periferia não-integrada. É maior a gravidade do caso do Nordeste. Devido à sua alta pressão demográfica, exige atendimento dos problemas de sua estrutura econômica, a fim de aliviar a tensão econômica, social e política. Na

³⁰ A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959, quando as desigualdades entre esta região e o Sudeste tornaram-se mais aguda. Soublin (2003).

Amazônia, o problema é oposto: a fraqueza do povoamento exige ocupação urgente”, Becker: (1982, p.26-27).

Desse modo, apesar da região ganhar importância, para as corporações, no Brasil, as Superintendências tinham antes o papel de dinamizar seu próprio espaço em detrimento da integração nacional. Como resultado, as desigualdades inter-regionais aumentaram, contribuindo ainda mais para a fragmentação do território. Um exemplo da crescente importância da região e da sua contribuição para o fortalecimento do Estado foi a instalação das montadoras de veículos em São Paulo, no governo de Juscelino Kubitschek, ao atender, por um lado, os interesses do Estado, pois “correspondeu as aspirações de países subdesenvolvidos para o desenvolvimento e modernização” (Becker, 1984, p.2), como também os interesses da corporação, esta, ao se instalar, somente, em territórios com infraestrutura patrocinada pelo poder público, impôs sua vontade. Assim, como destaca Becker,

nesse momento os interesses da empresa privada e do governo coincidem amplamente; se unifica o mercado nacional, se fortalece o aparelho de Estado e a política regional, importante instrumento para essa transformação, é identificado com a construção da nação, (Becker, 1986, p.45).

É com a implantação do Governo Militar em 1964, que um grupo de estudos foi criado para pensar a questão amazônica.

A nova estratégia de ação foi lançada pelo Presidente Castelo Branco, por intermédio de dois discursos: em Macapá (1º Set 1966) e Boa Vista (20 Set 1966). A região foi palco de intensos estudos, reconhecimentos da realidade local, seminários e debates com todos os segmentos sociais.

Destarte, ainda com Castelo Branco no poder, estava completo o novo sistema institucional de ação para o desenvolvimento da Amazônia. Ribeiro (2006) declara que, em seu conteúdo e nas funções estratégicas que deveria exercer, o novo sistema institucional de ação compreendia a criação ou transformação, dentre outras, das seguintes organizações: i) Banco da Amazônia S/A³¹ (BASA), a partir da transformação do Banco de Crédito da Amazônia, essa organização foi criada para atuar junto à iniciativa privada, proporcionando-lhe crédito, servindo como banco de desenvolvimento regional; ii) Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), cuja função era promover incentivos à produção de borracha; iii) Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), entidade criada para incentivar a expansão desta zona franca, por intermédio de

³¹ Lei nº 5.122, de 28 de outubro de 1966. (Ribeiro, 2006, p.193)

isenções fiscais; iv) criação de três entidades voltadas para a pesquisa regional (Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, em Manaus; e o Centro de Pesquisa Agroflorestal do Trópico Úmido - CPATU, em Belém); e v) criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia³² (SUDAM).

No entanto, apesar dos avanços, o tempo mostrou que, mesmo este arcabouço institucional não foi capaz de vencer as mazelas e os obstáculos regionais.

O Banco da Amazônia, mesmo com uma atuação sofrível, assumiu seu papel de promover o desenvolvimento regional. Já a Suframa obteve êxito ao transformar a cidade de Manaus em um centro urbano e industrial localizado no coração da Amazônia.

As entidades de pesquisa procuram cumprir seu papel. Dispondo de uma pequena produção científica sobre os diversos recursos da região, mas que, infelizmente, são pouco aproveitados na formulação das políticas de desenvolvimento regional, essas instituições podem participar do planejamento e ordenamento territorial da Amazônia. O mote, porém, é que o conhecimento científico sobre a Amazônia está concentrado em mãos estrangeiras. Em 2004, o sítio do Ministério da Educação em seu Portal Periódicos reproduzia textos de nove mil publicações científicas brasileiras e estrangeiras. Dos 452 artigos sobre a Amazônia publicados nos quatro primeiros meses do ano da pesquisa, 352 foram produzidos por pesquisadores que moram fora do País. O número nacional (100 textos) é menor, por exemplo, que a produção de cientistas americanos, que escreveram 107 artigos sobre a floresta. Esses números revelam perda de soberania. Uma boa forma de dominar uma região é estudá-la, produzir conhecimento, informação. Comprar de fora os dados científicos coletados aqui dentro, implica dizer que a soberania está em risco.

Por fim, a Sudam voltou-se, prioritariamente, para aplicar os incentivos fiscais, por intermédio de deduções tributárias para investimentos. Em conseqüência, surgiram muitos projetos de investimentos oriundos de várias partes do País.

Desse modo, um objetivo geopolítico, também era alcançado: houve uma mobilização nacional voltada à Amazônia. Não obstante, a política de incentivos, fracassou devido, primeiro, pela corrupção generalizada que ocorreu nas aplicações e, segundo, pelo impacto ambiental que provocou na região pelas facilidades de acesso aos novos espaços.

Assim, assoladas supostamente, por uma onda de corrupção, a Sudene e a Sudam foram extintas. E, mais recentemente, voltaram ao cenário brasileiro.

³² Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. (Ribeiro, 2006, p.193)

Neto (2007) espera que tal retorno, também, seja acompanhado com a volta da tentativa de reorganizar o planejamento regional para as regiões citadas. Há um cenário favorável para o retorno das políticas de desenvolvimento regional, principalmente, devido à descrença na política neoliberal implementada no País, desde a década de 1990. Este cenário favorável estaria ancorado em três pilares: primeiro, o arremedo de políticas supostamente benéficas propostas pelo Consenso de Washington, de forte liberalização financeira e comercial, cujo efeito foi o inverso: houve um desvirtuamento na trajetória de longo prazo do crescimento do País e de suas economias regionais. Ao contrário, desde a década de 1960, quando as políticas regionais foram implementadas pelo Estado, foi percebido de modo articulado e explícito, o crescimento do PIB *per capita* nas regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), que apresentaram ímpeto na média. Já na fase neoliberal (1990 a 2002) houve um decréscimo considerável no crescimento dessas mesmas regiões. A segunda razão é que a redução das desigualdades do PIB *per capita* entre estados observada durante o período do planejamento regional, também sofreu uma involução durante o período neoliberal. Por último, o regime neoliberal mostrou tendências inequívocas à reconcentração produtiva no eixo Sul-Sudeste, principalmente os investimentos originados no setor privado.

Ora, numa economia aberta para o mundo, é fato que o capital vai buscar aqueles locais onde melhor lhe convier, isto é, onde o lucro seja garantido.

Desse modo, os três motivos apresentados permitem afirmar que, nem todas as lacunas deixadas pela saída do Estado de diversos setores da economia não foram ocupadas pelo setor privado. Somente aquelas com expectativa de lucro foram disputadas.

No que diz respeito ao planejamento regional, Neto (2007) afirma que a não existência de um sistema de coordenação dos investimentos privados e públicos fez conter um processo virtuoso de redução das disparidades que estavam em andamento. Ainda para o mesmo autor, o crescimento deve ser buscado obsessivamente, não permanecendo apenas na estabilidade macroeconômica. Para tanto, é necessário o retorno e o acionamento de instituições governamentais que busquem o planejamento e a coordenação das políticas regionais. O retorno da Sudene e da Sudam parecem ser um sinal. E juntamente com a implementação da PNDR e a PNOT, em fase de estudos, tendem a impulsionar a volta aos trilhos da política do desenvolvimento regional no Brasil.

Portanto, caberia ao Estado cumprir seu papel, também, na Amazônia, principalmente no que diz respeito da presença e defesa territorial.

Kowarick (1995) destaca que é fato o Estado estar materializado na região por intermédio de grandes projetos de exploração e ocupação (Projeto Grande Carajás, Projeto

Jari, grandes hidroelétricas, rodovias, empreendimentos apoiados pela Suframa; Institutos de Pesquisas, presença das Forças Armadas, um dos poucos braços permanentes do Estado na região de fronteira, Programa Calha Norte e o recém criado Projeto Sivam). Uma análise mais detalhada de algumas dessas ações estatais na região pode oferecer pistas para nossos questionamentos. Porém, a presente pesquisa não tenciona abordar todos os projetos aqui elencados, mas, somente, aqueles que melhor servirem para os objetivos propostos no presente trabalho.

A atuação por parte do Estado Nacional, na Amazônia brasileira, é realizada por vários atores. Porém, o ator estatal mais presente na região é aquele representado pelas Forças Armadas, mais precisamente o Exército Brasileiro por intermédios de suas unidades militares e, principalmente, pela presença dos pelotões de fronteira, verdadeiros pontos imersos na vastidão verde.

Não obstante, são as Forças Armadas brasileiras uma das instituições com maior credibilidade junto à nossa sociedade, conforme demonstra o quadro abaixo:

CONFIANÇA E CREDIBILIDADE		ÉTICA E TRANSPARÊNCIA	
Os piores	Os melhores	Os piores	Os melhores
Partidos Políticos 82%	Forças Armadas 73%	Partidos Políticos 81%	Igreja 57%
Governo Federal 58%	Igreja 62%	Congresso 72%	Imprensa 48%
Congresso 35%	Imprensa 54%	Governo Federal 62%	Forças Armadas 41%
(em % de “ruim”)	(% de “bom e excelente”)	(em % de “ruim”)	(% de “bom e excelente”)

Figura 1 – Pesquisa de Opinião.

Os dados da pesquisa podem sugerir duas realidades: primeira, as Forças Armadas, mesmo sendo alvo de severas críticas de determinados segmentos da sociedade ostenta um elevado grau de confiabilidade; o que provoca esta confiança não está deveras analisada. Segunda realidade, demonstra que as organizações oficiais que deveriam construir as linhas mestras para o projeto de Nação, simplesmente, apresentam os piores índices em quaisquer dos quesitos. Ainda a respeito da imagem de determinados segmentos sociais, Sá (*in* Sá, 2007, p.14) assevera que “não há um só dia em que não se estampe nos jornais o envolvimento de alguns agentes do executivo, legislativo e judiciário em falcatruas, em irregularidades”. Este fato, por si só, pode dar pistas para uma boa explicação acerca da situação vivida pelo País ao longo de sua história.

Enfim, sendo as Forças Armadas, a instituição de presença mais efetiva na Amazônia, graças em parte à cadeia de comando, à sua capilaridade e à estrutura logística, carece de uma

análise mais aprofundada de sua estrutura e funcionalidade. Para tanto, analisamos o Exército Brasileiro.

5. Exército Brasileiro: braço forte ou mão amiga?

Não é objetivo desta pesquisa analisar o Exército Brasileiro. Porém, pela sua significância para a pesquisa será analisada sua organização como um todo, procurando dar maior ênfase, quando o visualizamos na Amazônia. Ressalta-se, também, que nesse momento, utiliza-se nesta seção apenas dados fornecidos pelo Exército em seus documentos públicos.

É uma Instituição secular, baseada na hierarquia e disciplina, seus pilares fundamentais. No organograma³³ do Exército vários órgãos compõem sua estrutura: o comandante, assessoramento superior, entidades vinculadas, direção geral, direção setorial, de apoio e Força Terrestre.

O Exército Brasileiro (BRASIL, 1999) conta com sete comandos militares de área, os quais em conjunto compõe a Força Terrestre, a estrutura operacional da Instituição voltada para a atividade-fim, ou seja, o combate. Eles são responsáveis pelo planejamento, preparo e emprego das tropas em sua área. Esses grandes comandos são constituídos por divisões de exército, brigadas e organizações militares diversas e, para fins de apoio logístico e defesa territorial, são divididos em regiões militares, conforme será mostrado à frente.

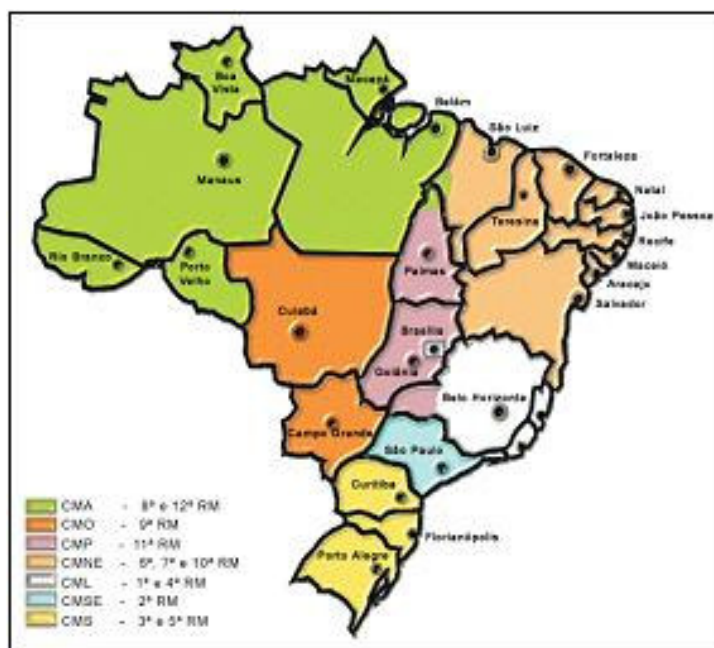


Figura 2 - Comandos Militares de Área

³³ Anexo1: Organograma do Exército Brasileiro.

A Força Terrestre está assim distribuída pelo território nacional: o Comando Militar do Sul (CMS), abrangendo os três estados sulinos; tem sua sede em Porto Alegre; o Comando Militar do Sudeste (CMSE), englobando apenas os limites territoriais do estado mais desenvolvido da federação, tem sua sede em São Paulo; o Comando Militar do Leste (CML), abarcando os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, com sede no Rio de Janeiro; o Comando Militar do Oeste (CMO), abrangendo os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande; o Comando Militar do Planalto (CMP), abrangendo o Estado de Goiás, Distrito Federal, parte do Tocantins, mais o Triângulo Mineiro, sediado em Brasília; o Comando Militar do Nordeste (CMNE), englobando nove estados da região de mesma denominação, exceto alguns municípios do Maranhão; sua sede fica em Recife; e, por fim, o Comando Militar da Amazônia (CMA), o qual teceremos maiores detalhes, tem sede em Manaus.

Esta distribuição territorial tem por base a divisão macro-regional do País, com algumas adaptações.

De qualquer forma constata-se uma distribuição que denota planejamento, embora, necessite de reordenamento, a fim de acompanhar as mudanças estruturais ocorridas nas diversas escalas. Pois, um comando militar de área que abarca somente um ente da federação como o CMSE, talvez, necessite de uma análise para uma possível alteração territorial. O CML, também, não condiz mais com o panorama estratégico atual, pois o Rio de Janeiro, um dos grandes centros urbanos do País não carece ter em seu reduzido território, a maior concentração de unidades militares do Exército, quiçá, das demais Forças. Em contraste, o CMO e o CMA, retratam o mesmo vazio demográfico. São dois dos maiores comandos de área e, surpreendentemente, os que possuem os menores efetivos.

Assim sendo, a distribuição das Forças Armadas no território, em especial, o Exército, segue o mesmo modelo de concentração territorial litorânea, contrastando com enormes vazios interioranos. Há um desequilíbrio na distribuição das unidades militares e seus respectivos efetivos pelo território. Todos os estados da federação possuem, no mínimo, uma unidade da Força de valor batalhão estacionado em seus limites.

Não obstante, sustenta o Comando da Força que a Amazônia é sua prioridade “zero”, o que tem sido verificado nas recentes transferências de unidades do sul e sudeste do País para aquela região e a alocação de recursos para as unidades e projetos da Força presentes na Amazônia. A respeito do equacionamento dessa distribuição, Marques (2007) oferece bons subsídios.

A área de atuação do CMA coincide com a chamada Amazônia Legal, ou seja, além da Região Norte, engloba, também, o Estado do Mato Grosso e uma fração do Estado do Maranhão.

O embrião desse comando remonta ao ano de 1956, com o então Grupamento de Elementos de Fronteira, em Belém/PA. Em 1969, esse comando foi transferido para Manaus/AM. A importância do CMA no cenário nacional cresceu conforme crescia a importância da Amazônia para o Estado Nacional. Hoje, ele engloba organizações de todas as armas e todos os serviços, guarnecendo mais de 11 mil km de fronteiras com sete países sul-americanos.

O CMA tem sob seu comando, todas as unidades do Exército existentes da Amazônia, o que lhe confere a responsabilidade sobre a maior porção territorial distribuída, dentre todos os demais Comandos.

Para fins logísticos, o CMA dispõe de duas Regiões Militares³⁴: a 8ª Região Militar-8ª Divisão de Exército³⁵ (8ª RM-8ª DE), com sede em Belém e a 12ª Região Militar (12ª RM), com sede em Manaus. A primeira, presta apoio às Unidades desdobradas nos Estados do Pará e Amapá, partes do Tocantins e do Maranhão. Já a segunda, presta o mesmo apoio às unidades dos Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

O Comando tem, ainda, sob seu mando, cinco Grandes Unidades (GU) operacionais, as brigadas: a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista; a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Tefé; a 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho; a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Marabá; e a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em São Gabriel da Cachoeira.

Além destas brigadas, o CMA, também, conta com as Forças de Ação Rápida³⁶ (FAR): sediados em Manaus, o 1º Batalhão de Infantaria de Selva, o 4º Esquadrão de Aviação do Exército e a 3ª Companhia de Forças Especiais; e o 52º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede em Marabá.

Igualmente, o CMA conta com o 2º Grupamento de Engenharia, sediado em Manaus. Este grupamento é responsável pela construção de aquartelamentos e suas infra-estruturas,

³⁴ Região Militar é um Grande Comando Administrativo com a missão de fornecer apoio logístico de suprimento, manutenção, transporte, saúde e pessoal às Unidades existentes em sua área de responsabilidade. (Brasil, 2005).

³⁵ Divisão de Exército é um grande comando operacional, composto por um número variável de brigadas, geralmente, três. (Brasil, 2006).

³⁶ As FAR são unidades militares, de valor variado, mantidas em condições de emprego imediato, possibilitando ao Exército uma pronta resposta a situações em que a rapidez e a oportunidade constituam fatores preponderantes para emprego, dentro ou fora do território nacional (Brasil, 2006).

principalmente, aquela voltada para os deslocamentos de tropa e material, como estradas, portos, aeroportos etc.

O CMA pode operar em conjunto com as unidades da Marinha e da Aeronáutica existentes na área. A Marinha do Brasil (MB) conta com o 9º Distrito Naval, sediado em Manaus e o 4º Distrito Naval, em Belém. As demais capitais possuem poucos meios marítimos disponíveis. A Força Aérea Brasileira (FAB) conta com o I Comando Aéreo Regional, sediado em Belém, e o VII Comando Aéreo Regional, com sede em Manaus. Em relação ao Exército, essas duas Forças são minoritárias em meios e pessoal na Amazônia. Em termos de cooperação, esta ocorre intensamente com a FAB, que por intermédio de sua frota presta serviço de transporte de material e pessoal para as unidades localizadas na Amazônia. Os pelotões especiais de fronteira, apesar de possuírem meios próprios para deslocamento, tem na FAB um apoio imprescindível para sua sobrevivência.

Desse modo, o maior efetivo militar presente na Amazônia é composto pelos militares do Exército. São, aproximadamente, 25.000 servindo em 62 localidades. A Marinha e a Aeronáutica, juntas, chegam próximo a 5.000 militares. Mas nem sempre o efetivo do Exército na região foi esse.

Ainda no início da década de 1980, a Força dispunha de cerca de 1.000 militares lá destacados. Recentemente, com as constantes alterações no panorama internacional, houve de fato um movimento de transferência de unidades para a Amazônia.

Das cinco brigadas pertencentes hoje ao CMA, três foram transferidas a partir dos anos 1990. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva³⁷, atualmente em Boa Vista/RR é originária da então 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, Petrópolis/RJ. A 16ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Tefé/AM é oriunda da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada³⁸, Santo Ângelo/RS. Por fim, a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, cuja sede era em Niterói/RJ, deu origem a atual 2ª Brigada de Infantaria de Selva³⁹, sediada em São Gabriel da Cachoeira/AM. Esses movimentos recentes podem demonstrar que a Força está reconfigurando sua estrutura organizacional.

Na faixa de fronteira estão alguns batalhões e os pelotões especiais de fronteira. A esse respeito, a pesquisa constatou que, cerca de 5% do efetivo do CMA, ou seja, aproximadamente 1.400 homens, estão localizados na faixa de fronteira. A soma dos

³⁷ Esta brigada tem a denominação histórica de “Brigada Manoel da Gama Lobo D’Almada”, em homenagem ao governador da Capitania de São José do Rio Negro. Brasil (2006).

³⁸ “Brigada das Missões”, eis a denominação da 16ª Brigada de Infantaria de Selva. Brasil (2007).

³⁹ Esta brigada tem a denominação histórica de “Brigada Ararigbóia”, o índio que lutou ao lado dos portugueses para expulsar os franceses do Rio de Janeiro no século XVI. Brasil (2006).

dependentes desses militares totaliza mais de mil pessoas, entre esposas e filhos, que habitam as localidades. Em torno dos PEF, vive um número considerado de civis. Muitos deles nasceram e cresceram sem jamais terem saído dali. Essas pessoas têm fortes ligações com o Exército. Tanto que, na última contagem realizada pelo CMA, em fevereiro de 2006, chegou-se ao total aproximado de 73.000 civis que vivem no entorno dos PEF, recebendo dos PEF serviços educacionais e saúde. É difícil a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano dos civis. No que diz respeito à Educação, o Exército, por meio do Colégio Militar de Manaus, tem levado a modalidade de Ensino a Distância a todas essas áreas. Hoje, cerca de 250 alunos em toda a Amazônia estão recebendo ensino de qualidade.

Os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) tem como missões: vigiar a fronteira e cooperar com a vivificação da área; nota-se que o PEF não se engaja no combate, serve apenas como sentinela avançada. Suas missões não se limitam à atividade-fim (combate), estendendo-se, também, às atividades complementares como a pequena produção (vida) de gêneros alimentícios vegetal e animal e a prestação de serviços para seus integrantes e para a comunidade civil ao seu redor (trabalho) (Brasil, 1997). Nessas três missões está evidenciada o que a Força denomina por “tríade da soberania” - vida, combate e trabalho. Daí também deriva as funcionalidades inerentes às Unidades do Exército na Amazônia. São atividades como saúde, educação, transporte, energia, não realizadas pelos órgãos afins do Estado.

Já os Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), estão posicionados mais a retaguarda, prestando apoio aos PEF. O BIS é a unidade básica da Brigada de Infantaria de Selva apta a operar na selva. Para tanto, combina o fogo, o movimento e o combate aproximado. Mas, esta unidade possui suas limitações: pouca mobilidade, dependência dos meios de comunicações e baixo poder de fogo (Brasil, 1997).

Mas a extensão da Amazônia é, por demais, extensa. As Forças Armadas tem evidenciado que, isoladamente, não possuem condições de cobrir tantas lacunas, pois, o efetivo hoje lá existente é reduzido.

Atrelado a esse cenário decorre a falta de integração das diversas políticas voltadas à região. Eis um dos “nós” que amarram o deslanche das diversas normas, leis, planos e programas, elaborados pelos diversos entes estatais, mas que, não são implementados.

Assim, uma análise, mesmo que superficial, do arcabouço institucional elaborado para a Amazônia é peça elucidativa para a presente pesquisa.

6. O arcabouço institucional

O Estado tem seu papel reduzido, perdendo sua capacidade de negociar, coordenar e decidir. Segundo Santos (2005, p.46), “do momento em que se aceita um modelo de crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre sucessivas organizações do espaço”.

Esta visão exógena do Estado permite que seja criada uma atmosfera de “faz de conta”, ou seja, cria-se todo um corpo institucional, mas que, dificilmente, é posto em prática. Não cabe no presente trabalho uma análise sobre todas as normas, leis, projetos, programa e políticas direcionadas à Amazônia. Entretanto, alguns desses instrumentos normativos merecem ser analisados aqui.

Inicialmente, trata-se da Política Nacional de Ordenação do Território (PNOT), cuja escala abrange diversos territórios, inclusive, fora dos limites nacionais. A PNOT ainda encontra-se em fase de gestação, cujas bases iniciais foram lançadas em 2003.

Um segundo instrumento é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), já em vigor por intermédio do Decreto nº 6047, de 22 de fevereiro de 2007. O objetivo principal desta política é a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Desse modo, a PNDR é operacionalizada em escala regional, atuando nos territórios que menos interessas às forças do mercado. A desigualdade de renda é o que interessa combater. Além disso, deixa claro a necessidade de se encontrar o caminho para o diálogo com a Política do Ordenamento Territorial.

O terceiro instrumento é o Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira. As peculiaridades do município, que serão vistas mais à frente, apresentam diversas feições de territorialidades: segurança nacional, indígenas e ambientais, o que coloca grandes desafios para o planejamento e gestão territorial local. Implica na convivência de diferentes atores sociais e institucionais, com respectivos interesses e formas de atuação no território, e envolve distintos entes da federação.

Para a Política de Defesa Nacional os órgãos e entidades da administração pública federal devem considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional. É propósito desta política conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros, prevendo, porém, que a defesa externa permanece como papel primordial das Forças Armadas no âmbito interestatal. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de

recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas. Ela também prevê que o adensamento da presença das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras.

Por fim, e não menos importante que as anteriores, o Sistema Florestal Brasileiro, cujos impactos, ainda não foram sentidos na prática mas, causou fervorosos debates acerca de sua pertinência ou não. O tema dividiu o governo e congresso, irritou os militares e assustou os cientistas. “É o aluguel da floresta, Só quem nada entende de soberania espacial Amazônica pode concordar com isso. Vai ser uma devastação”, sentenciou Aziz Ab’Sáber (2005). Por outro lado, Organizações Não-Governamentais que atuam no meio ambiente foram os maiores entusiastas com relação ao tema. Com toda implicação observada, a gestão da florestas tem implicações além das ambientais, tornando-se uma “questão geopolítica, porque floresta é território. É possível privatizar uma empresa e criar outra, mas não se cria outro território (...) privatizar floresta é privatizar território”, enfatiza Becker (2006, p.29).

De modo algum, esgota-se aqui a totalidade do arcabouço institucional.

É neste contexto que mescla a falta de planejamento e a permissividade das normas jurídicas vigente no País que a Amazônia, em particular o 5º Pelotão Especial de Fronteira, tem sido inseridos na chamada globalização, processo que, inevitavelmente, os alcança.

CAPÍTULO V

TERRITORIALIDADE AMAZÔNIA E GLOBALIZAÇÃO. O 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA: VETOR ESTATAL NA CABEÇA DO CACHORRO

Parafraseando Euclides da Cunha, “diríamos que, do ponto de vista histórico, para o Brasil, a ocupação, a integração e a incorporação da Amazônia à dinâmica de desenvolvimento nacional constituem-se também numa página ainda por ser escrita”.

No entanto, a Amazônia há tempos está no centro das atenções mundiais: por duzentos e cinquenta anos, ou seja, de 1500 até 1750, ano da assinatura do Tratado de Madri, a região esteve no centro das disputas entre Portugal e Espanha. Após esse período a região passa a ser foco da Inglaterra e, atualmente, dos três centros do poder mundial⁴⁰.

Uma compreensão do quadro atual e das perspectivas da Amazônia brasileira, com ênfase na ação normativa e indutora do Estado, pressupõe uma visão, ainda que sucinta, do panorama político-institucional vigente no mundo, assim como do processo de globalização, que, inevitavelmente, a alcança. Sob o primeiro aspecto, de natureza geopolítica e diplomática, há severas implicações estratégicas, operacionais e jurídicas para os Estados nacionais no trato dos respectivos territórios.

1. Panorama Internacional

Com efeito, o fim do regime bipolar que, sob a denominação de Guerra-Fria, que marcou o pós-II Guerra, trouxe uma nova ordem mundial. Após a queda do Império Soviético, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência do globo e passaram a agir como “polícia do mundo”, visto que existe “um poder absoluto, global, monitorado pelos EUA, estrategicamente sedimentado no trunfo da informação”, no dizer de Sá (2005, p.98). O fim da Guerra-Fria e a ampliação da agenda de segurança internacional são vistas a tempos pelos militares brasileiros como inquietantes, pois, diminuem o grau de previsibilidade das situações nas quais o Estado pode ser chamado a agir. Do ponto de vista estratégico militar, o panorama internacional pode ser refletido como no dizer de Frederico:

O Estado permanece com o domínio territorial e perde, em termos de soberania, o papel de ser o único, exclusivo e impenetrável guardião de um conjunto de patrimônios humanos, naturais, culturais, lingüísticos etc. que estão dentro de suas fronteiras [...] o Estado está envolto em normas de convivência internacional, bastante divergentes dos antigos princípios da igualdade entre Estados, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, do direito do mar e do direito

⁴⁰ Estados Unidos da América, Europa e Japão. (Sachs, 2007)

internacional privado [...] novos conceitos como ‘dever de ingerência’ e ‘patrimônio da humanidade’ revolucionaram as relações internacionais. Frederico (2001, p.26).

Assim, o uso do Poder Militar, como se fosse a própria política tem evidenciado as recentes intervenções.

Já a América Latina, que permaneceu, durante longos anos, como área periférica do interesse estratégico mundial, atualmente, tem sentido sensíveis alterações neste sentido. Nela, de fato, os organismos internacionais mais representativos perderam força: a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR)⁴¹.

No campo econômico, os pactos regionais⁴² não conseguem decolar, devido, principalmente, aos desequilíbrios intra-regionais.

E, no campo diplomático-político - com rebatimentos diretos na Amazônia - existem o Grupo do Rio e o Pacto Amazônico, este objetivando assegurar aos seus signatários plena soberania sobre seus territórios amazônicos, frisa Costa (2007). Mais recentemente o Brasil vem tentando implementar um novo organismo: trata-se do Conselho Sul-Americano de Defesa⁴³, um arremedo da OTAN⁴⁴. Não integrando esses grupos, os Estados Unidos não os vêem com bons olhos. Alguns estudiosos afirmam que a reativação da IV Esquadra⁴⁵ da Marinha dos Estados Unidos pode ter entre outros motivos, a instabilidade regional sul-americana, com alguns Estados partindo para uma verdadeira “correria armamentista”.

Ainda a respeito dessa escala continental, Costa (2007) assegura que a questão da estabilidade no entorno da América do Sul, hoje, é uma questão fundamental para o Brasil, cujos reflexos repercutem diretamente na Amazônia. Porém, não sendo objetivo da presente pesquisa abordar tema tão instigante, permanece, o tema, como proposta para futuros estudos.

Esta configuração político-econômica de cunho estratégico é também consequência do processo de globalização que aqui é entendido como uma amplificação do que conhecemos como internacionalização, que na atualidade busca um processo de homogeneização dos

⁴¹ Esse Tratado prevê a proteção dos países do continente contra ameaças externas (em especial a antiga URSS), levou um golpe fatal durante a Guerra das Malvinas em que a intervenção foi realizada pela Inglaterra, com apoio ostensivo e marcante dos Estados Unidos, um dos membros do TIAR.

⁴² No campo econômico, os principais são: Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Pacto Andino, Mercado Comum do Sul (Mercosul). A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que teria uma maior abrangência nem saiu do papel.

⁴³ O Conselho foi proposto pelo Brasil durante a reunião que criou a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 23 de maio de 2008. Caberia ao Conselho a coordenação das 12 nações sul-americanas com o intuito de construir a paz, preservar a integridade territorial e impedir a ingerência externa no subcontinente.

⁴⁴ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

⁴⁵ Em 12 de junho de 2008, na Base Naval de Mayport, Flórida ocorreu a reativação da IV Esquadra (também conhecida como IV Frota). Segundo o Pentágono, a organização e o efetivo da Esquadra permanecem inalterados.

espaços, transformando-os num “sistema-mundo”. Embutido nesse processo acontece a fragmentação do espaço que gera segregações e exclusões ampliando as desigualdades sociais em todos os países, nas diversas escalas. Esta “distribuição” das desigualdades não é equânime.

No que diz respeito ao território, “hoje, entre os ‘grandes’, vem-se esboçando uma Geopolítica globalista, baseada no controle do universo geográfico por um poder central (dos ‘grandes’), que ditaria a todos os países a política mais conveniente à garantia da ordem econômica, da paz e da segurança da humanidade”, por outro lado esta política globalista também realiza “pressões intervencionistas que vêm sendo sofridas pelos governos considerados fora de sua receita de comportamento”, conforme relata Mattos (2002, p.25). Já para Raffestin (1993, p.131) “o mundo atual passa por um período denominado globalismo, cuja principal característica é a imposição de uma forma unitária, pelo triunfo de um modelo considerado, num dado momento, superior a todos os outros”. E “dentro de cada país, sobretudo entre os mais pobres, informação e dinheiro mundializados acabam por se impor como algo autônomo face à sociedade e, mesmo, à economia, (...) de cada nação” (SANTOS, 2005, p. 65).

E numa tentativa de “amortecimento das disparidades” geradas no bojo desse processo, os “interesses coletivos da humanidade” passam a ter como focos principais à proteção dos direitos humanos, a preservação do meio-ambiente, o combate ao crime organizado e ao terrorismo e, o controle sobre a proliferação de armas de destruição em massa. Ora, Azambuja (1971) afirma que por Humanidade entende-se o conjunto de todas as sociedades existentes na face da Terra, porém, tais interesses são cirúrgicos, e sempre permeados de intencionalidades.

A partir desses mesmos interesses, Da Silva (1999) relata que um rol de países desenvolvidos, encabeçados pelo G-7⁴⁶, relacionaram as ameaças que seriam justificativas para intervenções, inclusive militares, nos territórios dos países periféricos: - a ocorrência do narcotráfico; - a destruição das florestas tropicais; - a imigração ilegal; - o terrorismo internacional; - e a proteção de comunidades indígenas. Desse modo, utilizando um discurso que, aparentemente, busca a defesa de tais interesses coletivos, os países centrais, agem mais em função de suas causas próprias em detrimento dos ditos interesses da coletividade.

Miranda (2005) menciona um artigo do senador da República Cristovam Buarque, publicado em 2000 e de muito sucesso na *internet*, relatado durante debate numa universidade

⁴⁶ Grupo dos sete países mais desenvolvidos formado por EUA, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, França e Inglaterra. Atualmente, a Rússia também integra o grupo, formando o G7+Rússia ou G8.

norte-americana, quando lhe foi perguntado, em “tom provocativo”, o que pensava da internacionalização da Amazônia, e que falasse não como brasileiro e sim como humanista.

Assim ele respondeu:

De fato, como brasileiro, eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que os nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio: ele é nosso! Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental, que sofre a Amazônia, posso imaginar que a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade. Se a Amazônia, sob uma ética humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. Petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Da mesma forma, o capital dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres, humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação. Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio da Amazônia, seja manipulado e instruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele, um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado. Agora mesmo as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas presidentes de alguns países tiveram dificuldade em comparecer pessoalmente por constrangimento na frente dos Estados Unidos. Por isso, eu acho que New Iorque, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Florença, Rio de Janeiro, Brasília e Recife. Cada cidade com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os Estados Unidos querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la na mão dos brasileiros, internacionalizemos todos seus arsenais nucleares. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Defendo a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Começaríamos usando esse dinheiro para garantir que cada criança do mundo tivesse possibilidade de se alimentar e de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando em que país tenham nascido, como o patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa! (Cristovam Buarque *Apud* Miranda, 2005, p.205-207).

Por trás das palavras de Cristovam Buarque podem existir duas realidades: inicialmente, o descaso histórico do Governo Brasileiro e da sociedade, como um todo, no trato da Nação, e da Amazônia, em particular; segundo, a prepotência do discurso globalizado que defende abertamente a internacionalização daquele espaço.

Desse modo, os países centrais tentam impor uma supremacia aos países periféricos, nos campos político, econômico, militar e cultural, sem ao menos dar conta de suas próprias obrigações, assevera Mattos (2002). A esse respeito, para muitos estudiosos, hoje, o aquecimento global é o maior problema enfrentado pela humanidade. Porém, o Protocolo de Kyoto, que criaria mecanismos para a desaceleração do processo, ainda nem foi ratificado pela nação que mais emite poluentes no planeta. E as demais nações industrializadas somente assinaram o tal acordo pela simples razão egoísta de sobrevivência. Pois, como afirma Brandão (2006, p.A3) “se o aquecimento global afetasse somente africanos, asiáticos ou latino-americanos, o mundo rico estaria indiferente a tudo”. Então, de quê interesses coletivos se fala?

Tais interesses coletivos têm conduzido o mundo para um novo direcionamento de conflito, alterando do tradicional Leste *versus* Oeste, para Norte *versus* Sul, caracterizado pelos desníveis sociais e tecnológicos entre as nações envolvidas.

O princípio da não-intervenção vem sendo posto de lado. O declarado “caráter humanitário das intervenções” torna-se mais freqüente. O Protocolo de Washington⁴⁷ autoriza a intervenção militar, caso o meio-ambiente esteja sendo posto em risco.

Coaduna com essa perspectiva global uma certa atitude interna que tem caracterizado a atuação do Estado brasileiro no trato do território. Neste ponto, a presença estatal na Amazônia tem sido mesmo pontual.

Por extensão existem questões inerentes ao paradigma em voga que suscitam um melhor entendimento da dinâmica espacial da Amazônia e, todas estão a reboque do atual processo de globalização. Desse modo, as questões ambiental, a presença dos estrangeiros e ONG, fundiária, indígena, do garimpo, do narcotráfico, a cobiça internacional e a densidade populacional e rede urbana são questões que serão analisadas na presente pesquisa, porém, de forma abreviada.

2. Questões globais e dinâmicas territoriais locais na Amazônia

Inicialmente, sendo uma das mais ativas com relação ao território amazônico, “a questão ambiental no Brasil passa pelo ambiente econômico interno e externo; pelo ambiente cultural cultivado internamente e externamente, aqui incluindo o ambiente científico” (Sá, 2005, p.114). A pressão externa sobre esse campo aumentou muito, a partir da década de

⁴⁷ No Brasil, o Decreto nº 2.760 de 27 de agosto de 1998, promulgou o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, “Protocolo de Washington”, assinado em Washington em 14 de dezembro de 1992.

1970, quando, na Amazônia se abriam estradas e se faziam hidrelétricas, para tanto realizando-se grandes desmatamentos, conforme frisa Kowarick (1995).

Essa questão ambiental é uma percepção em escala global do que seja a Amazônia para uma determinada “humanidade” (parcela privilegiada da parcela mundial), ou seja, “como uma grande unidade de conservação, a grande mancha verde a ser preservada para a ‘saúde’ do planeta”, como frisa Becker (2006, p.26). Há um discurso embutido nesta questão ambiental onde estão subjacentes interesses de cunho econômico e geopolítico.

A essa demanda mundial na questão ambiental, o Estado brasileiro procurou responder. A legislação ambiental brasileira é considerada das mais avançadas do mundo. A própria Constituição Federal contém prescrições específicas sobre o controle ambiental. Mas, isso não quer dizer que mantenha a natureza intocável.

Quanto à questão da presença de estrangeiros e ONG na Amazônia, estima-se em cerca de 10 mil os estrangeiros presentes na Amazônia brasileira, segundo Lessa (*Apud* Da Silva, 1999). Ainda segundo o autor, a presença de muitos deles pode até ser benéfica, desde que devidamente controlada pelo Estado. Por outro lado, não há como falar na Amazônia, sem falar em ONG. Elas atuam normalmente com repercussão muito favorável na imprensa, têm um caráter, supostamente humanitário, em suas postulações e completam lacunas assistenciais deixadas pelo Estado.

No dizer de Oliveira (2001, p.231), “as Organizações Não-Governamentais são, nos dias atuais, um exemplo vivo do alcance desse processo de mundialização da cultura e da sua influência nas relações identitárias”. O autor prossegue afirmando que “o debate sobre a Amazônia, por exemplo, não é assunto, verdadeiramente, apenas do interesse dos ‘latino-americanos’, mais diretamente implicados na questão, mas toca na fímbria do sentimento de diferentes grupos e organizações ecológicas do Planeta, em diferentes escalas, do Green Peace ao Conselho Nacional dos Seringueiros, fundado outrora por Chico Mendes” (*Ibid.Ibid*).

De fato, algumas organizações prestam relevantes serviços, o que propicia um clima de cooperação mútua. Outras, nem tanto. A professora Marilene Corrêa, então Secretária do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, expôs, em palestra no ano de 2004, na UFPE, acerca da presença de inúmeras organizações, voltadas para alta tecnologia, com matriz nos Estados Unidos, Europa e Japão, que atuam na Amazônia. Tais instituições, segundo ela, gozam de regalias “espantosas” e perigosas para a soberania do Brasil, embora, tudo esteja sendo feito dentro das normas vigentes no país.

A interdependência entre as nações torna a cooperação fundamental. Porém, ela “precisa ter regulação [...] É preciso estabelecer as regras do jogo, pois o que vem

acontecendo na Amazônia é uma autonomia excessiva da cooperação internacional, o que possibilita abusos inaceitáveis”, declara Becker (2006, p.32). A esse respeito o Estado brasileiro parece que, finalmente, vai implementar medidas mais enérgicas para o controle das ONG que atuam em território nacional.

No que diz respeito à questão indígena, ainda na visão de Da Silva (1999), qualquer política de Estado para abordar esta questão deve responder a três pontos: - integrar ou segregar o índio; - dimensionar a terra indígena (TI) demarcada; e, - explorar ou não as riquezas da TI. Dados do IBGE (2002) indicam que a população indígena brasileira é estimada em 700 mil indivíduos, dos quais, quase dois terços estão na Amazônia Legal. Importante ressaltar que, até o momento, cerca de 11% do território nacional estão destinados a esse contingente e que mais de 80% das TI se localizam na Amazônia. Becker (2006, p.30) afirma que “a demarcação dos territórios indígenas não é fato desprezível - é algo fantástico”. A esse respeito o município de São Gabriel da Cachoeira destaca-se como o mais indígena do País (95% da população, segundo IBGE, 2006), uma situação que requer por parte do Estado trato especial quando a demarcação de terras indígenas, com a finalidade de reduzir os conflitos de interesses.

A questão do garimpo é um problema, porque conduz ao ilícito, particularmente ao contrabando de metais valiosos e pedras preciosas. Acresce que agride o ambiente. O garimpo sem “fiscalização” trás consigo condições de vida miseráveis, baixos níveis de rendimento econômico (desperdício de recursos), envenenamento das águas (sobretudo com o emprego do mercúrio, na extração do ouro), e assoreamento dos rios, com o desmonte das margens e da vegetação ciliar. Além disso, há constantes enfrentamentos entre garimpeiros e indígenas em torno das reservas minerais. Já ocorreram casos em que o próprio Exército teve que intervir.

Na questão do narcotráfico constata-se uma progressiva e agressiva atividade deste setor na Amazônia, em consequência do Plano Colômbia⁴⁸. No entanto, a recente regulamentação da chamada Lei do Tiro de Destruição⁴⁹ fez refrear, segundo dados oficiais, o tráfico por via aérea. Mas a pressão do narcotráfico é sentida em toda a faixa de fronteira. A esse respeito, Nascimento e Sá relatam que:

no ano de 2005, militares brasileiros, lotados no 4º PEF (Cucuí), distante 150 km de São Gabriel da Cachoeira, entraram em confronto com um possível grupo de guerrilheiros das Farc⁵⁰, na margem direita do rio Negro, em águas brasileiras.

⁴⁸ Conjunto de operações militares implementadas pelos Estados Unidos para o combate à narco-guerrilha em território colombiano.

⁴⁹ Decreto nº 5.144 de 16 de julho de 2004. Brasil, 2004.

⁵⁰ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Saldo da ação: dois presos, um fugitivo e um morto entre os invasores. Os intrusos transportavam um arsenal de armas e munição, além de uma quantidade significativa de dinheiro, de diversas moedas, Nascimento e Sá (2007, p.19).

Portanto, trata-se de uma questão que inquieta os militares brasileiros. A crescente fluxo de refugiados colombianos para a Amazônia também é reflexo da pressão do embate entre narcotraficantes e tropas legais no lado colombiano. Calcula-se que somente na Amazônia existam hoje aproximadamente 40 mil refugiados colombianos⁵¹.

A essas questões até aqui apresentadas, ligam-se a uma outra, a da “cobiça dos estrangeiros” pela Amazônia, que teria suas origens no meio militar.

Porém, para Marques (2007, p.46) “a idéia de que a Amazônia é cobiçada pelos estrangeiros não foi criada pelos militares, mas desempenha um papel vital na construção do imaginário das Forças Armadas sobre a região, influenciando decisivamente no sentido que seus quadros atribuem à missão na região”. Na verdade, atribui-se que essa idéia de internacionalização circulava nos bastidores políticos brasileiros desde a época em que suas fronteiras foram delimitadas por uma série de comissões parlamentares criadas ao longo do século XX para investigar a presença de estrangeiros na Amazônia.

Não obstante, as tentativas de internacionalização da Amazônia (para alguns, fobia; para outros, realidade) não são recentes. Lessa (*Apud* Da Silva, 1999), Miranda (2006) e Ribeiro (2006) relatam uma série de expressões emanadas de diversas autoridades:

Lessa (*Apud* Da Silva, 1999, p.21) relata uma frase centenária de chanceler alemão ao Barão do Rio Branco, dita em Berlim, em 1902: “Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia”. O mesmo autor prossegue relatando que em 1919, após a I Guerra Mundial, o presidente americano Woodrow Wilson pressiona o presidente Epitácio Pessoa para que promovesse a internacionalização da Amazônia. Nessa mesma linha Ribeiro (2006) afirma que na década de 1940, foi levado à Unesco um projeto de criação do Instituto da Hiléia Amazônica, a ser composto por organismos internacionais e representações de diversos países. Complementa, ainda, o autor que foi o empenho do então deputado Artur Bernardes, que o projeto foi retirado da pauta.

Mas recentemente, as investidas são mais freqüentes, passando-se da fase de ilusão e de ameaças indiretas para a de aberta e forte pressão sobre o governo brasileiro. Miranda relata que em 1981, por exemplo, o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs deixou clara sua posição em relação à Amazônia, expedindo as seguintes diretrizes:

⁵¹ Mais detalhes: Correio Braziliense, de 30 de abril de 2007.

A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreende também parte dos territórios da Venezuela, Colômbia e Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial. Mais adiante, o Conselho enfatizou: é nosso dever defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer, Miranda (2006, p.194-197).

Diversas autoridades estrangeiras já se manifestaram, clara ou veladamente sobre este desafio. Lessa (*Apud* Da Silva, 1999, p.22) cita que a então Primeira Ministra Britânica, Margareth Thatcher, declarou em 1983: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”. Já o então vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, assim se pronunciou em 1989: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Na mesma linha e no mesmo ano, o Presidente da França, François Mitterrand, deixou claro que “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. E o então Presidente da ex-União Soviética, Mikhail Gorbachev, sentenciou em 1992: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.

Mais ameaçadores ainda têm sido os pronunciamentos de vários líderes mundiais e, pela sua força legitimadora, alguns documentos de organismos internacionais. Assim, Miranda (2006, p. 194) afirma que:

Em 1992, o então Primeiro Ministro Britânico, John Major, declarou: As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região, Miranda (2006, p. 194).

E referindo-se ao então Secretário de Estado americano, o mesmo autor declara que:

Dois anos depois, o Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, escreveu o seguinte: Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos, Miranda (2006, p. 194).

Em palestra no Instituto de Tecnologia Massachusetts, em 1998, o Chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas Americanas, Patrick Hugles, disse: “Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente”, conforme Lessa (*Apud* Da Silva, 1999, p.23). Tais posicionamentos, sendo verdadeiros ou não, conduz a uma análise sobre outra questão relevante à Amazônia, a densidade demográfica.

Para Santos (2003, p.272) “a Amazônia, definida grosseiramente pelos Estados de Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, é uma região de rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas”. Dados do IBGE (2002) revelam que a densidade demográfica (3,90 habitantes por km²), é bem abaixo da média nacional (21,93% habitantes por km²), retratando fielmente a problemática populacional na região, cuja a extensão territorial equivale a 62% do território nacional. Esta característica de vazio demográfico justificaria, plenamente, as apreensões do Estado.

O quadro abaixo retrata apenas os números do Brasil como um todo e da região Norte com seus respectivos estados federados.

	Total	Área km ²	Densidade
Brasil	186.770.562	8.514.876,6	21.93
Rondônia	1.562.417	237.576,2	6.58
Acre	686.652	152.581,4	4.50
Amazonas	3.311.026	1.570.745,7	2.11
Roraima	403.344	224.299,0	1.80
Pará	7.110.465	1.247.689,5	5.70
Amapá	615.715	142.814,6	4.31
Tocantins	1.332.441	277.620,9	4.80
Norte	15.022.060	3.853.326,2	3.90

Figura 3 – Quadro Populacional. Brasil e Região Norte

A rede urbana, na Amazônia, é muito incipiente, em se tratando de tamanha vastidão territorial. Praticamente, inexistem rodovias, muito menos ferrovias, sendo os meios de locomoção aéreo e fluvial os mais utilizados para transporte de pessoal e material. E a questão da densidade populacional está intimamente ligada às questões fronteiriças e a presença do Exército na região.

No caso da Amazônia, as aglomerações militares constituem um fator de fixação do homem (população local) no território. Lessa (*Apud* Da Silva, 1999), afirma que esta é uma das funcionalidades dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), fixar pequenos pontos de “civilização” junto à fronteira, com a esperança, no futuro, de se transformem em aglomerados humanos, pequenas vilas e, finalmente, municípios e cidades, a exemplo do

ocorrido com Tabatinga que, há pouco mais de dez anos, era uma colônia militar, e como São Gabriel da Cachoeira, que hoje é uma pujante cidade no Alto Rio Negro.

Apesar de a presença do Exército na Amazônia remontar ao início do século XV, para Deffontaines (2004, p.122), “as necessidades de defesa num país novo com populações indígenas hostis, teriam podido, é verdade, servir de fator de povoamento”. Assim sendo, para o mesmo autor é uma surpresa constatar-se a fraca importância do fator defensivo e o pequeno número de agrupamentos militar que deram origem a novas cidades no caso do brasileiro. Dentro dessa perspectiva, o Programa Calha Norte foi, e ainda é, mais uma tentativa do “Estado” em ocupar aquela imensa porção territorial, e para isso lançou mão da instalação de uma série de postos militares ao longo da fronteira.

Neste sentido, as questões até aqui analisadas estão inseridas em demandas locais. A escala local é “percebida como um espaço de projeção para o futuro, de novas oportunidades, de alternativas, de possibilidades de ascensão na qualidade de vida por diferentes grupos sociais, cada qual com seus projetos que registram diferentes demandas locais, certamente influenciadas por ações nacionais ou globais” (Becker, 2006,p.33). Sim, o local se realiza a reboque do global. Pois, “a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade” (Santos, 2005, p.65), pelo menos os benefícios dela advindos, que certamente serão para grupos selecionados.

Como foi explanado no capítulo anterior, as Forças Armadas é a Instituição que mais se faz presente na região. Não obstante, o Estado, também, está materializado na Amazônia por intermédio de grandes projetos de exploração e ocupação, criando um novo tipo de territorialidade, sobre os quais algumas considerações são pertinentes.

3. As territorialidades produzidas via mercado e Estado

Kowarick (1995) declara que, data dos anos 1970, o Projeto Grande Carajás, estendendo-se por uma superfície de, aproximadamente, 525.000 km², abrangendo porções do Pará e Maranhão, desenvolvendo atividades de recobrimento cartográfico, pesquisas de recursos naturais e estudos sócio-econômicos. Aí se implantaram projetos de infra-estrutura energética e viária, bem como projetos de extração mineral de grande porte, cujos produtos ainda são exportados em larga escala. O Projeto Carajás “louvado como um grande empreendimento progressista é posto em dúvida quanto ao atendimento dos interesses do país; sabe-se que grupos internacionais controlam grandes jazidas de cassiterita, de bauxita e de ouro em vários pontos do território amazônico” (Ibase, 1983 e Pinto, Lúcio Flávio, 1977, *apud* Andrade, 1995).

Pereira (2006) descreve que o Projeto Jari tem suas origens no ano de 1882, quando foi ocupada uma gleba de, aproximadamente, 1.600.000 hectares, cuja via principal de acesso era o rio Jari. Desenvolveu-se, então, uma empresa que comercializava principalmente castanha do Pará e borracha. Em 1967, a então Jari Indústria e Comércio S/A foi vendida ao armador americano Daniel Keith Ludwig que deu grande impulso ao projeto. Ludwig desenvolveu suas atividades sem se preocupar com a imagem negativa que, aos poucos o projeto foi adquirindo junto à opinião pública nacional e internacional. Em 1982, a empresa Companhia do Jari assumiu o controle total do empreendimento.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi idealizada em 1957, como porto livre, segundo Ribeiro (2006). Dez anos depois, o Governo Federal, criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ampliou a legislação e reformulou o projeto. O modelo de desenvolvimento da ZFM, que se estende por 10.000 km², está assentado em incentivos fiscais e extra-fiscais.

Em 1989, foi criada a Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga (ALCT), com superfície de 20km², Estado do Amazonas. A ALCT, sob a administração da Suframa, caracteriza-se como de livre comércio para fins de importação e exportação e de regime fiscal especial.

Duas inserções do Estado nacional na Amazônia tiveram diversas implicações territoriais em variadas escalas. Trata-se do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e do Programa Calha Norte (PCN).

Da comparação entre estes dois projetos Nascimento e Sá (2006) asseveram que é notável o êxito na implantação do primeiro e a quase morte do segundo que se arrasta ao longo de décadas. Por que será que dois projetos/programas estratégicos para o Estado brasileiro têm resultados tão distintos? O Calha Norte é quase levado a asfixia pela falta de recursos e, o Sivam já nasce com todo o financiamento garantido! Uma pista, prosseguem os mesmos autores, pode ser observada quando indaga-se qual deles serviria melhor aos ditames da globalização, que busca incessante o controle do conhecimento/informação e, assim, a manutenção do *status quo*. Mas esta questão pode suscitar aprofundamentos em outras temáticas, o que certamente seria muito interessante, porém, não é objeto da presente pesquisa. De qualquer forma, ambos formam novas territorialidades no espaço amazônico.

O Sivam foi concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), em conjunto com o Ministério da Justiça e então Ministério da Aeronáutica, surgindo “como uma necessidade imperiosa de proteção à Amazônia, pois, até a década de 80, pouco controle tinha o País de suas fronteiras terrestres e o que se passava em

seu espaço aéreo”, afirma Miranda (2005, p.164). Com isso, declara o mesmo autor (2005) pretende-se que a Amazônia Legal⁵² seja, permanentemente, vigiada, controlada e fiscalizada pelo Estado, de modo integral. O Sivam tem por objetivo estabelecer uma nova ordem na região, coletando e processando informações, que levantadas e tratadas no âmbito de cada órgão governamental, são integradas, de modo, a formar uma grande base de dados, compartilhado pelos diversos órgãos. Projeto reconhecidamente estratégico para o País, o Sivam contribui para um controle sobre a Amazônia, não só de seu espaço aéreo, como, sobretudo, do uso de seus recursos hídricos, da biodiversidade, da ocorrência de desmatamentos e queimadas, das fronteiras terrestres e do suporte à repressão ao contrabando, ao narcotráfico e à garimpagem ilegal, além de inventariar os recursos minerais, (MATTOS, 2002). Esse vetor da globalização implantado na Amazônia objetiva manter a “soberania” do Estado Nacional e, em paralelo, inventariar os recursos naturais. Recursos esses que o Professor Julien Vandeburie, em palestra no ano de 2004 na UFPE, afirma que seriam capazes de gerar conflitos intra e extra-estatais, tanto pelo acesso aos mesmos quanto pela renda gerada mediante sua posse. Para operar adequadamente, Miranda (2005, p.167) esclarece que o Sivam “dividiu a Amazônia em três grandes áreas: Manaus – Belém – Porto Velho. Cada uma possui um Centro Regional de Vigilância (CRV), cujo trabalho é coordenado por um Centro de Coordenação Geral (CCG), localizado em Brasília”. Esta estrutura, ainda segundo Miranda (2005) cria condições para, num futuro próximo, a participação, em bases concretas, dos demais países amazônicos.

Diferente do Sivam, o Programa Calha Norte tem uma atuação menos abrangente.

O Programa Calha Norte (PCN) resultou de uma preocupação do Estado brasileiro na integração da Amazônia ao restante do País. Com efeito, ele foi concebido como uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Governo Sarney. Conforme assevera Nascimento (2005) o Calha Norte não foi concebido como um projeto eminentemente militar, mas uma ação governamental conjunta, de curto, médio e longo prazos, voltada, inicialmente, para a região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento econômico de toda a calha e a sua conseqüente inserção no processo de avanço social do País.

Ribeiro (2006) relata que as carências localizadas ao lado das pressões externas, conduziram ao levantamento das seguintes necessidades: - intensificação das relações

⁵² 1. A Amazônia Legal corresponde às áreas ao norte do paralelo 16° S do Estado do Mato Grosso e do paralelo 13° S do Estado de Goiás, além da porção do meridiano 44° W do Estado do Maranhão. Foi ampliada em 1977 quando incorporou todo o Estado do Mato Grosso então criado, correspondendo hoje a 5.000.000 km², ou seja, 54,4% da área total do Brasil.

bilaterais com países vizinhos; - aumento da presença brasileira, com base na ação pioneira das Forças Armadas; - proteção e assistência às populações indígenas da região; - intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira; - ampliação da infra-estrutura viária; - aceleração da produção de energia local; e, - estímulo à interiorização, com base nas populações e assistência do Ministério e das Secretarias de Agricultura. Apesar dos constantes obstáculos (falta de recursos) interpostos ao desenvolvimento do Calha Norte, os trabalhos realizados em cada Projeto Especial, criaram condições iniciais de melhoria para a população local, particularmente entre 1986 e 1990, conforme relatam Ribeiro (2006) e Miranda (2005), havendo uma acentuada vivificação da faixa de fronteira, com base na presença e na atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

Para Lessa (*Apud* Da Silva, 1999) o principal “inimigo” do projeto foi a propaganda adversa, aliada à falta de informações, que levou segmentos da sociedade à crença de que ele se destinava exclusivamente à militarização da Amazônia. Na verdade, o programa tem um formato interministerial, exigindo providências e a participação de diversos órgãos nas diversas esferas do poder. No entanto, somente as Forças Armadas tem participado do programa.

Dados do Ministério da Defesa atestam que, atualmente, o Programa abrange 194 municípios em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 95 estão ao longo dos 10.938 km da Faixa de Fronteira. O PCN tem uma área de atuação que corresponde a 32% do território nacional caracterizada pela carência de recursos sociais básicos, especialmente nos campos da saúde e da educação, onde habitam, aproximadamente, oito milhões de pessoas.



Figura 4 – Programa Calha Norte

Desse modo, tanto o Calha Norte quanto o Sivam são projetos estratégicos para o País.

Desse modo, essas territorialidades produzidas, via mercado e/ou Estado, produzem conflitos entre os diversos atores presentes na região. Por sua vez, os pronunciamentos das ONG, entidades indígenas, membros do governo, militares, pesquisadores e autoridades estrangeiras dão o tom da problemática relacional que está alterando as dinâmicas espaciais na Amazônia.

É neste cenário instigante de profundas mudanças, que envolve tantos atores e organizações que nos reporta-se a uma viagem ao extremo norte do País, na Cabeça do Cachorro, abordando a presença do Estado nacional na Amazônia, mais precisamente, na faixa de fronteira Norte e, tendo como ponto de incidência, o 5º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Maturacá.

Diante dos recortes conceituais e da problemática proposta realiza-se três tipos de abordagens metodológicas: uma pesquisa bibliográfica; levantamento estatístico, imagens de satélite, mapas e fotos; e uma pesquisa de campo, que serão abordados a seguir.

4. Procedimentos metodológicos

Tendo a presente dissertação como objetivo analisar de que modo o Estado, enquanto poder, atua na produção do espaço geográfico amazônico e tendo como ponta-de-lança uma unidade do Exército Brasileiro - o 5º Pelotão Especial de Fronteira - localizado na Cabeça do Cachorro diante do processo de globalização, utilizamos como técnicas, além da pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados estatísticos, questionários, entrevistas, uso de imagens de satélite, mapas e fotografias.

Há um vasto material produzido acerca da Amazônia, daí que foi preciso uma providencial seletividade neste momento do trabalho. Ainda a esse respeito, a bibliografia produzida pelos militares ganha relevo, pois que isso facilita a realização de uma investigação acadêmica quando o tema abordado contém a participação da mesma. Por isso que, quando abordamos a presença do Exército na Amazônia, a principal fonte desta dissertação é a bibliografia militar, composta por discursos, entrevistas, documentos doutrinários, revistas, livros de memórias, e monografias de final de curso das Escolas de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas. Esta bibliografia militar requer algumas observações.

As revistas que foram consultadas têm um perfil variado. O discurso “oficial” dos militares e os temas que mais preocupam a Instituição podem ser mapeados a partir de publicações como A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Científica da

ECEME e Tecnologia e Defesa. Mais descolado do discurso oficial, o Clube Militar do Exército publica as demandas da Força em tom mais reivindicatório.

A respeito dos trabalhos produzidos pelos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), podem ser encarados como um conjunto de discursos legitimados pela instituição, pois que tais textos servem como formuladores de doutrina e difusores da “cultura militar”.

As páginas oficiais das Forças Armadas e das unidades militares na Amazônia na *internet* também são uma fonte de pesquisa valiosa, disponibilizando dados sobre as respectivas instituições.

Não obstante, ainda há determinados textos que tem seu acesso restrito, por força normativa⁵³, inclusive, aos próprios militares.

Além da bibliografia militar e acadêmica, foram consultados documentos parlamentares como os anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como os arquivos eletrônicos disponíveis na internet referentes aos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa. Esta documentação foi utilizada para identificar qual a visão dos formuladores de política civis acerca dos problemas de segurança e defesa na Amazônia, e qual deve ser o papel dos militares na região.

Os dados estatísticos coletados dizem respeito a São Gabriel da Cachoeira, tendo como objetivo traçar um perfil sócio-econômico da mesma. Para tanto foi utilizado a base de dados constante do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, referente ao período de 1991 a 2000. Outros dados estatísticos do município de São Gabriel da Cachoeira também foram buscados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a prefeitura da cidade de São Gabriel da Cachoeira. As informações coletadas, referente à população, economia, política, sociais, estrutural, acerca do município e do 5º PEF, complementaram os questionários e as entrevistas. Os mapas, fotos e imagens de satélites foram disponibilizadas pelo Exército Brasileiro, Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) e arquivos pessoais do pesquisador.

O uso do questionário buscou coletar dados sobre a organização, estrutura e perfil sócio-econômico da população do 5º PEF (civis e militares), seu entorno, bem como da organização e distribuição dos pelotões de fronteira na Cabeça do Cachorro.

Desse modo foram aplicados quatro tipos de questionários:

⁵³ A esse respeito ler o Decreto nº 5301, de 09 de dezembro de 2004. Brasil

- Questionário Alfa: direcionado ao Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva. Foram enviados dois questionários (um de reserva), retornando a mesma quantidade. Do questionário Alfa os indicadores buscados formam: a estruturação dos pelotões subordinados ao 5º BIS desdobrados na faixa de fronteira; localização, distância da sede, efetivo, ano de fundação, missão do pelotão foram buscados e meios de comunicações.

- Questionário Bravo: direcionado ao Comando do 5º Pelotão Especial de Fronteira. Foram enviados dois questionários (um de reserva), retornando a mesma quantidade. Buscou-se com esse questionário levantar os seguintes indicadores: a estrutura interna do 5º PEF, infra-estrutura em termos de moradia, água e saneamento, fornecimento de energia elétrica e gás, corte de lenha para uso doméstico, acesso a internet, abastecimento via FAB, efetivo do pelotão (militares e dependentes), missão do pelotão, relacionamento com os indígenas, existência de outros órgãos governamentais e ONG, como é realizada a integração do 5º PEF com os demais pelotões da Cabeça do Cachorro.

- Questionário Charlie: direcionado aos militares residentes no 5º Pelotão Especial de Fronteira. Foram enviados 60 questionários, retornando 50 (o efetivo existente no pelotão à época da coleta de acordo com os dados fornecidos no questionário Bravo). Procurou-se traçar um perfil dos militares que estavam servindo naquele momento no 5º PEF. Para tanto, foram coletados os seguintes indicadores: dados pessoais como patente, local de nascimento, escolaridade, renda familiar, mobiliário existente e quantidade de residentes na casa, necessidade de educação para os dependentes, acesso a internet, motivação para servir na fronteira, grau de relacionamento com vizinhos e indígenas e atividades realizadas no pelotão.

- Questionário Delta: direcionado aos dependentes residentes no 5º Pelotão Especial de Fronteira. Foram enviados 60 questionários, retornando 30 respondidos. De acordo com os dados fornecidos no questionário Bravo (Comandante do 5º PEF), 10 questionários que deveriam ser respondidos não retornaram, ou seja, dez pessoas acima de 15 anos não preencheram os questionários. Foram buscados os seguintes indicadores: grau de parentesco com o militar residente na mesma casa, escolaridade, acesso a internet, tempo de residência no pelotão, motivação para estar na fronteira, grau de relacionamento com vizinhos e indígenas e atividades realizadas no pelotão, deslocamentos realizados à sede do município, contatos realizados com familiares noutras regiões do País, satisfação da vivência na Amazônia.

A estrutura verticalizada e hierarquizada da Força favoreceu plenamente a utilização desta técnica, uma vez que, utilizando a tramitação interna da própria Instituição foi possível

garantir, no caso dos militares, o retorno da totalidade do universo pesquisado. Destarte, o mesmo não aconteceu com os dependentes.

Algumas observações da técnica aqui utilizada (questionários) são necessárias:

a) Mesmo sabendo que, doutrinariamente, o Comando de Fronteira Rio Negro - 5º Batalhão de Infantaria de Selva está diretamente subordinado à 2ª Brigada de Infantaria de Selva, ambos localizados na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, o pesquisador teve por bem direcionar o questionário Bravo ao Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva, tendo em vista que a referida Brigada ainda não foi completamente instalada na região.

b) Antes do envio dos questionários foi realizado um levantamento prévio do efetivo do 5º PEF, via telefonia, junto ao Comando de Fronteira Rio Negro - 5º Batalhão de Infantaria de Selva, e via e-mail, com o Comando do pelotão.

b) O Comandante do 5º PEF respondeu os questionários Bravo e Charlie, pois o mesmo se enquadra tanto como Comandante, como residente do 5º PEF.

c) Todos os formatos de questionários respondidos - respondidos sem a presença do pesquisador - continham como último quesito um “espaço” para que o pesquisado declarasse outros dados pertinentes que não estivessem incluídos nos quesitos anteriores. Os demais quesitos foram respondidos com marcação. Todos os questionários foram acompanhados de uma nota explicando a natureza da pesquisa e sua importância, procurando assim, despertar o interesse dos entrevistados.

Escolhemos trabalhar com a totalidade do universo pesquisado, uma vez que o mesmo pode ser considerado reduzido. Isso considerando que apenas o Comandante (ou seu representante) do Comando de Fronteira Rio Negro - 5º Batalhão de Infantaria de Selva, o Comandante do 5º PEF e, os militares e dependentes residentes no 5º PEF totalizaram, aproximadamente, 100 “pessoas em condições” (acima de 15 anos) de responder o questionário.

A presente pesquisa também fez usufruto da técnica da entrevista para levantar algumas informações a respeito das recentes transformações que o Município de São Gabriel da Cachoeira. Foi deixado que o entrevistado optasse pelo tema a ser abordado. Assim, foi gratificante saber que três dos cinco entrevistados relataram suas experiências quando estudantes do Colégio Salesiano existente na cidade.

O trabalho de campo foi realizado levando em consideração alguns questionamentos:

1. Há quanto tempo o Sr (a) reside na cidade?

2. De que modo o Sr (a) vê a São Gabriel da Cachoeira hoje em relação alguns anos atrás?

3. Quais as mudanças que o Sr (a) já vivenciou em São Gabriel da Cachoeira?

Para analisar as transformações que o Município de São Gabriel da Cachoeira, na ótica dos entrevistados, lançou-se mão da aplicação da entrevista semi-estruturada, o que permitiu alterações no decorrer da mesma.

Foi preparado um roteiro adequado quando foram levantados, mediante indicações, alguns moradores mais antigos da cidade e, realizado um contato amistoso inicial explicando a respeito da entrevista. As entrevistas foram realizadas em local que se pôde manter o controle das mesmas. Por se tratar de pessoas idosas (acima de 60 anos) foram realizadas perguntas simples e curtas de forma ordenada e sem atropelos. Todos os entrevistados permitiram que as entrevistas fossem gravadas. Porém, algumas anotações também foram realizadas e, posteriormente lidas para que os entrevistados soubessem do que se tratava. Em alguns momentos foi preciso confirmar, sem gerar conflitos, as respostas dos entrevistados, pois que houve a preocupação de manter a forma coloquial como foram externadas, com a finalidade de manter a originalidade e, principalmente, a simplicidade do homem da terra. Ao término dos trabalhos foram feitos novos agradecimentos e a importância dos relatos de cada um para a elaboração da presente pesquisa.

Foram entrevistados cinco moradores da cidade de São Gabriel da Cachoeira, todos moradores antigos. Os nomes dos entrevistados foram omitidos por petição própria.

A premência de tempo não favoreceu plenamente a utilização desta técnica, uma vez que, não foi possível permanecer na cidade o tempo necessário para realizar mais entrevistas e, assim, coletar outros dados.

5. São Gabriel da Cachoeira: a Cabeça do Cachorro. Um pequeno histórico

Alves (2007) assegura que a denominação atual do município percorreu um trajeto e tanto. Primeiro São Gabriel da Cachoeira (1761, ano de fundação); mais tarde, São Gabriel do Rio Negro (1891); mais adiante, São Gabriel e Uaupés (1943), e em 1966, retorna à denominação inicial, ou seja, São Gabriel da Cachoeira.

A denominação do então povoado foi uma homenagem prestada pelo seu fundador, José da Silva Delgado, ao Tenente-Coronel Gabriel de Souza Filgueiras, um dos nomes que mais se destacou na Capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas. Como existe uma tradição e costume indígena da região de pospor o nome do acidente geográfico,

desse modo, ao invés de Cachoeira do Pari, fica denominado Pari-Cachoeira; ao invés de Lago do Urubu, Urubu-Lago; ao invés de Cachoeira do Tunuí, Tunuí-Cachoeira; ao invés de Cachoeira de São Gabriel, São Gabriel da Cachoeira.

Suas origens remontam ao século XVII, quando no cenário verde das florestas e nas intactas margens do rio Negro aportaram os religiosos jesuítas e carmelitas, com o objetivo de catequizar seus primeiros habitantes. Para tanto, fundaram vilas e povoados, cujas raízes remontam nos serviços prestados pelos carmelitas, que desde 1695, venceram os trechos encachoeirados do rio Negro, justamente no local onde mais tarde viria a ser fundado o município de São Gabriel da Cachoeira. Prosseguindo na missão de catequizar, os carmelitas alcançaram os rios Uaupés, Tiquié e Içana, onde fundaram vários povoados.

Há uma forte ligação entre a cidade de São Gabriel da Cachoeira e a história militar da Amazônia, cuja construção daquela está diretamente ligada ao Forte São Gabriel, primeiro destacamento militar do Alto rio Negro, cuja missão precípua era a de guarnecer a região e defendê-la das invasões estrangeiras, em especial dos espanhóis que a ameaçavam constantemente. Alves (2007) afirma que o Capitão José da Silva Delgado, sob as ordens do governador, fundou no mesmo ano de 1761 onze povoações, dentre elas, São Gabriel da Cachoeira, construindo em uma de suas Ilhas a primeira edificação do histórico e lendário Forte São Gabriel. Estabeleceu-se, portanto, um pequeno Destacamento Militar, o pioneiro do Alto Rio Negro, que posteriormente, em 1775, foi reconstruído numa melhor posição estratégica e em melhores condições. Foi justamente em torno do Forte, nesta segunda edificação é que o povoado de São Gabriel foi se formando.

Mas a Cabeça do Cachorro já vinha passando por um processo de territorialização. Pois se o território se forma a partir da ação do homem (inclusive, o índio), tal processo já ocorria no Alto Rio Negro. Assim, para Jobim (*in* Alves, 2007), na época da fundação do Forte, São Gabriel da Cachoeira era uma maloca de índios Passes, situada à margem esquerda do rio Negro, em pleno domínio das cachoeiras e na sua parte estreita, defronte da chamada praia grande e do primeiro salto denominado Crocobi. Ainda segundo o mesmo autor, da praia grande partia uma estrada que levava ao centro da povoação constituída numa elevação rochosa. Corroborando Alves (2007, p.31) ao afirmar que “ali foram estabelecer os Passés a que vieram a se reunir outros índios, das nações Baré, Mapurí, Juripaxuna, [...] ressalta-se ainda que naquela época, a região do rio Negro já contava com grande número de índios Baniwa, Maku, Manaos, Tukano, Weewjwn, Xapeuna e outros”. E mesmo esse índio já exercia sua influência, pois “a presença do homem já atribui um valor às coisas, que, assim, passam a conter um dado social” (Santos, 2003, p.28). Assim, apesar do pouco domínio da técnica, esse

território já se encontra em processo de territorialização por parte do índio. Por extensão, ganha sentido a palavra territorialidade, na acepção de ‘pertencer aquilo que nos pertence’, apesar da posse da terra nos costumes indígenas ser considerada de uso comum.

O mesmo autor sustenta que para entendermos o território brasileiro é necessário antes um esforço de periodização, pois é daí que afloram “as discontinuidades que permitiriam explicar as diversidades regionais, aquilo que também se costuma chamar de desigualdades ou desequilíbrios regionais” Santos (2003, p.28). São apresentados três grandes momentos de sucessão dos meios geográficos no Brasil, os ‘meios naturais’, os ‘meios técnicos’ e o ‘meio técnico-científico-informacional’.

Desse modo, o primeiro grande período (meios naturais) ainda se faz presente na Cabeça do Cachorro, onde diversos instrumentos de trabalho e formas de lazer, ainda elaborados de forma artesanal, concorrem com uma fase já pretérita da história do homem, porém ainda presente, materializada na domesticação de animais e no plantio de determinadas culturas. Todavia, não se vislumbra a implantação de ‘próteses’ no lugar, mas uma tentativa de imposição à natureza de algo semelhante à técnica. As pistas de pouso e decolagem da região não operam com equipamentos considerados de ponta. Assim, as atividades aéreas estão ainda sob total domínio da natureza, já ocorrendo períodos em que os PEF permaneceram sem o abastecimento de gêneros de primeira necessidade por longo período de tempo. “A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía (e ainda constitui) o corpo humano como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta” (Santos, 2003, p.29).

Ainda na busca de uma periodização, Alves (2007) relata uma síntese histórica de São Gabriel da Cachoeira, conforme a figura abaixo:

Ano	Fato	Data
1761	Fundação do Povoado e do Forte São Gabriel da Cachoeira pelo Capitão José da Silva Delgado	-
1833	Elevação do povoado de São Gabriel da Cachoeira à Sede de Freguesia conforme Decreto do Governo do Pará, ainda com território pertencente a Barcelos	25 Jun 1833
1891	Elevação da Freguesia de São Gabriel da Cachoeira à categoria de Vila, dando-se a criação do município com sua área territorial desmembrada de Barcelos conforme Lei Estadual nº 10, recebendo então a nova denominação de São Gabriel do Rio Negro.	03 Set 1891
1893	Instalação da Vila de São Gabriel do Rio Negro	13 Mai 1893
1908	Extinção do Forte São Gabriel, no local, conforme descrição de Dom Frederico Costa, ‘somente ruínas, pedras espalhadas, restos de muralhas e algumas peças de artilharia inutilizadas’.	-
1926	Criação da Comarca de São Gabriel.	04 Jan 1926
1930	Extinção da Comarca de São Gabriel e do Município de São Gabriel do Rio Negro, que integrado ao Município de Moura juntamente com Barcelos, conforme Ato nº	28 Set 1930

	45.	
1931	Restauração do Município de Barcelos. São Gabriel do Rio Negro volta a ser anexado por Barcelos, conforme Ato nº 33.	14 Set 1931
1935	Restabelecimento definitivo do Município de São Gabriel do Rio Negro, readquirindo sua autonomia com a reconstitucionalização do Estado do Amazonas.	-
1936	Restabelecimento da Comarca de São Gabriel do Rio Negro conforme Lei nº 92.	14 Nov 1936
1938	Elevação à categoria de Cidade conforme Decreto nº 68.	31 Mar 1938
1941	Extinção, pela segunda vez, da Comarca de São Gabriel, passando a Termo de Barcelos, conforme Decreto nº 663.	19 Dez 1941
1943	O município recebe nova denominação: Uaupés, conforme Decreto-Lei nº 1.186.	31 Dez 1943
1952	Restabelecimento da Comarca de Uaupés conforme Lei 226.	24 Dez 1952
1966	O município recebe nova denominação: São Gabriel da Cachoeira, conforme Lei nº 526.	06 Dez 1966
1968	São Gabriel da Cachoeira passa a ser enquadrado como Área de Segurança Nacional, conforme Lei 5.449.	-
1990	Aprovação da Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Cachoeira.	05 Abr 1990
1991	Comemoração dos 100 anos de emancipação política do Município de São Gabriel da Cachoeira.	-
2005	Implantação do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira.	-
2007	Comemoração dos 116 anos de emancipação política do Município e 246 anos de criação do então Povoado de São Gabriel da Cachoeira no Alto Rio Negro.	-

Figura 5 – Caminhos de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Adaptado de Alves (2007) e autor.

Alguns acontecimentos merecem um detalhamento mais aprofundado.

No ano de 1933, São Gabriel da Cachoeira foi palco para a assinatura do acordo bilateral entre Brasil e Colômbia, para reconhecimento dos limites da região denominada “Cabeça do Cachorro”, conforme relato do Comendador Eduardo André Nedehf, constante do acervo do Memorial Visconde de Mauá. Já com a reconstitucionalização do Estado do Amazonas em 1935, o município de readquire sua autonomia. A elevação à categoria de cidade da Vila de São Gabriel do Rio Negro, sede do município marcou a região, conforme relata Alves:

A cidade de São Gabriel da Cachoeira foi instalada em 3 de maio de 1938, cuja solenidade foi presidida pelo Prefeito Municipal da época, Carlos Aurélio Teixeira. O ato foi revestido de muita alegria e comemoração por parte da municipalidade, era o marco que se implantava para incentivar o progresso e o crescimento da cidade e região que contava com seu Paço Municipal, cadeia pública, casas de comércio com suas atividades, casas residenciais, população considerada para a época, superfície urbana demarcada, escolas mistas, sede da Paróquia, igrejas, missões espalhadas em toda a região, poderes Legislativo e Judiciário em pleno funcionamento. Tudo colaborou para que a sociedade gabrielse conquistasse juntamente com as autoridades locais o status de Cidade. Alves: (2007, p.42)

A denominação para Município de Uaupés foi uma homenagem a um dos principais rios afluentes do rio Negro. Já em pleno Regime Militar, o município retoma sua histórica e original designação, São Gabriel da Cachoeira, batizado por seu fundador, Capitão José da

Silva Delgado. O governo militar, então voltado agora para a integração nacional e tendo como fio guia a Geopolítica, passa a enquadrar São Gabriel da Cachoeira como área de segurança nacional. Sua importância regional pode ser sentida pelo efeito polarizador que exerce sobre a região do Alto Rio Negro, que envolve também os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Todos os fatos aqui apresentados geraram territorialidades na Cabeça do Cachorro, modificando, alterando, remodelando aquele espaço.

E diante da persistência e da necessidade de estender a soberania nacional aos limites do território com a incorporação da Amazônia, que é instituído na década de 1970 o Programa de Integração Nacional (PIN), já relatado anteriormente. É a partir desse programa que vão ser instalados algumas unidades militares do Exército.

Com a operacionalização do PIN chegou na cidade um efetivo de militares e civis oriundos de diversas partes do Brasil. Foram instalados postos da Fundação Nacional do Índio (Funai), a nova sede do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, os acampamentos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e as instalações de diversas empresas, dentre as quais, a construtora Queiroz Galvão. Toda essa movimentação tinha por objetivo a integração territorial da região ao restante do país, que seria alcançada com a construção de rodovias, como a Perimetral Norte, cuja efetivação não saiu dos papéis. Fato concreto mesmo, somente a construção da BR 307, rodovia que liga a sede do município ao Distrito de Cucuí, ligação essa ainda a espera de asfaltamento.

Em 1985, São Gabriel da Cachoeira volta a ganhar destaque na agenda do Governo Federal com o advento do Projeto denominado “Desenvolvimento e Segurança na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas”, ou simplesmente, Projeto Calha Norte (PCN), atualmente, Projeto Calha Norte, o qual já foi tratado.

Mas além do veio estratégico, São Gabriel da Cachoeira também é marcado por uma forte carga histórica de religiosidade, que de certa forma, também cria territórios. O território religioso, que aqui será representado mais especificamente pelas Missões.

Alves (2007) relata que em 18 de junho de 1914, o Papa Pio X por desejo expresso, confiou a Congregação Salesiana à Administração Apostólica do Rio Negro, tendo como pioneiros: monsenhor Lourenço Giordano, padre João Balzola e o irmão Miguel Blanco.

Já Azevedo (2007) revela uma cronologia detalhada das fundações das missões salesianas no Rio Negro, a qual será relatada sucintamente.

A primeira Missão Salesiana foi construída em 1916 na sede do município; em 1923 foi fundada a Missão Sagrado Coração de Jesus em Taracúá, no rio Uaupés, na confluência com o rio Tiquié, onde havia uma concentração populacional; o município de Barcelos

ganhou a Missão de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1926, cuja direção passaria aos diocesanos no ano de 1994; em 1929 foi a vez do Distrito de Iauaretê, ver fundada a Missão de São Miguel Arcanjo; já em Pari-Cachoeira, onde o rio Tiquié é navegável por barcos de maior calado e era sede de uma tradicional maloca dos Tukanos, foi fundada, em 1940, a Missão São João Bosco, que em 1998 foi assumida pelos missionários do Sagrado Coração de Jesus; em 1942, os salesianos fundaram em Santa Isabel do Rio Negro, a Missão de Santa Isabel; em 1957, no Distrito de Içana, fundaram a Missão de Nossa Senhora de Assunção do Içana, cuja direção passou para os padres Xaverianos, em 2001; a Missão de Nossa Senhora Imaculada foi fundada no ano de 1956, no hoje Distrito de Maturacá (onde aliás encontra-se o 5º PEF), pelo missionário pernambucano, Padre Antônio Góes; e em 1968, foi fundada a Paróquia de São Sebastião, no Distrito de Cucuí. Segundo Alves:

Entusiasmado e emocionado em sua única e histórica visita realizada na Missão de Taracauá, em 29 de outubro de 1958, o então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, vendo aquelas construções disse a seguinte frase: vocês estão construindo Brasília nestas selvas e meu Governo não sabia, Alves (2007, p.77).

Tal assertiva retrata bem a importância da presença das missões religiosas na Amazônia, ao mesmo tempo em que negava à região, por parte do governo, o mesmo valor.

A prioridade das missões era a educação, daí que, em todas eram construídas escolas. A educação era voltada para diversos campos, como o ensino formal, ensino agrícola, ensino industrial e o ensino cívico. Um fato que chama a atenção é que os alunos, além de conviver em um sistema de internato e/ou semi-internato recebiam treinamento e instruções com ‘armamento obsoleto’, que segundo Alves (2007) tal atividade tinha por objetivo preparar os alunos para desfiles e apresentações em comemorações e festividades cívicas.

Mas os esforços no sentido de promover a condição humana foram realizados incessantemente pelos missionários, contando, inclusive, com ajuda de alas do Governo Federal. Segundo Alves (2007, p.80) consta que:

Quando da implantação da pecuária em seus campos de estudos e trabalhos foram trazidos por Dom Pedro Massa as primeiras reses de búfalos de Marajó transportados por um avião da Força Aérea Brasileira, com o apoio do então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, Alves (2007, p.80).

Uma das marcas nos colégios internos religiosos era o rigor disciplinar, acompanhado diuturnamente pelos religiosos. A presença desses colégios foi única durante décadas e sua atuação era tão profunda que transformou o Rio Negro numa das regiões indígenas mais

escolarizadas do Brasil. De 40 escolinhas em 1964, teve um avanço surpreendente no final da década de 1990, chegando a atingir um número significativo de 155.

Porém, a partir de 1979, os recursos federais começam a escassear, fruto talvez da crise econômica, além disso, na Diocese de São Gabriel da Cachoeira é implantada uma nova mentalidade de gestão e o processo pedagógico sofre alterações. Os sistemas de internato são desativados. Inicialmente, o de São Gabriel da Cachoeira, em 1980; a seguir, são desativados também Iauaretê, Tacaruá, Pari-Cachoeira. O externato continua a funcionar, inclusive com a implantação do Ensino Médio, cuja procura na região é crescente.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos, o governo municipal, assume, na década de 1990, a supervisão e a visita às escolas rurais, anteriormente ligadas a Diocese.

Em algumas entrevistas realizadas durante a presente pesquisa ficou evidente as lembranças daqueles que estiveram presente nos antigos internatos, como um conhecido comerciante local, em seus 69 anos de vida, ao relatar:

Em 1945 eu entrei no colégio dos padres e fiquei até terminar o quinto ano, que era o máximo que se fazia por aqui. Eu passei cinco anos aqui, era eu que tomava conta de bater o sino da igreja pela manhã. Eu tocava o primeiro sino das cinco e meia. Naquele tempo tinha os turíbulos para a queima do incenso pra bênção, eu é que pegava na cozinha o fogo. A comunicação com a cozinha era muito restrita. Era muita gente. Era tudo separado, o colégio dos homens e das mulheres, tinha inclusive um muro. Quando brincando de bola deixava a bola cair do outro lado, podia parar porque até chamar a irmã pra devolver a bola já tinha acabado o jogo. Eu tinha 10 anos de idade e com 11 já tomava conta de um grupo de meninos; esse grupo de meninos está por aí, trabalhando até hoje. A gente plantava milho, macaxeira, cana, banana. E quando ia se aproximando no mês de junho, a gente já tinha os milhos e as canas plantados para fazer as festas e as fogueiras no dia de São João, milho plantado por nós mesmos. Muito trabalho, se roçava todo esse toco de serra tudo isso aí era castanhal, já derrubaram tudo agora, mas tudo isso quem limpava era a gente. Aprendi também a ser prático e fui obrigado a conhecer o rio, então até certas alturas da Colômbia, Venezuela eu conheço muito bem o caminho, ou daqui pra Manaus... Oxente, como aprendi, até encabar enxada eu não vejo nenhum que sabe fazer e eu sei perfeito e estou ensinando, tudo eu aprendi lá.

Outro aluno do colégio dos padres é natural do Distrito de Cucuí, onde nasceu em 1937. Tem sua origem em migrantes portugueses, nos índios Baré e Tukano. O entrevistado falou das atividades realizadas no internato e pormenorizou a programação diária que era obedecida pelos alunos:

Naquele tempo o governo não olhava pela educação, não cuidava da educação, por isso nós estudamos, graças a Deus com esses padres salesianos que vieram aqui naquelas épocas passadas. Nós éramos mais de quarenta alunos entre meninos e meninas [...] Eu gostei bastante desse regime do colégio porque pra mim era um

meio de educar e fazer com que os alunos se tornassem cidadãos, porque hoje em dia, depois da nova era, as escolas não se entendem mais. Era tudo organizado, tínhamos olaria, marcenaria, mecânica, sapataria e um grupo que ia para o campo. Às seis da manhã se levantava e a gente ia em fila para o banho, porque naquele tempo não existia bomba d'água para trazer água e distribuir para os prédios. Então a gente ia para o banho na beira do rio. Do banho a gente vinha, subia para os dormitórios, trocava de roupa e íamos para a igreja. Isso era todos os dias. Quando era umas sete horas da manhã, saía da igreja e ia para o café. O café da época era o mingau de farinha, a gente só via leite com melhorias nos grandes dias cívicos, nas festas comemorativas. Essa farinha era feita por nós e pelos familiares que traziam. A gente depois vestia uma roupazinha de trabalho, cada qual pegava a sua enxada e íamos para o campo. A gente tinha uma junta de bois para ajudar a arar a terra. Quando dava nove horas da manhã a gente voltava para merendar. Tomava de novo um banho, trocava de roupa e ia para a sala de aula até umas onze e meia e depois ia para o almoço. A gente tinha uma hora de recreio. Depois ia para a sala de aula, ficava reunido todo mundo junto passando as lições. Às duas horas em ponto éramos distribuídos para a classe. Às três horas ia para a merenda e voltava para o campo. De lá voltávamos às cinco horas da tarde e íamos para o banho e em seguida para o jantar. Às sete e meia, depois da janta, a gente ia para a igreja, para a oração da noite. Da oração da noite nós saímos direto para o dormitório, cada qual tinha a sua rede e depois que subia para o dormitório acabava toda a zoada e era um silêncio total até amanhecer o dia. De manhã, o assistente às seis horas em ponto quando tocava o sino na igreja, ele batia palmas no dormitório, aí todos se levantavam, cada um pegava o seu sabonete, sua escova, sua toalha, botava no pescoço, vestia um calção e ia para a beira do rio todo mundo.

A respeito das atividades teatrais o mesmo ex-aluno afirmou que:

Fui chefe de grupo de teatro. Naquela época não se conhecia televisão, então, aos finais de semana tinha que fazer alguma coisa para se reunir o povo pra se divertir. O padre Guilherme trouxe uns livros de teatro e a gente apresentava peças para toda a comunidade que era bem pequena. Quando passo hoje perto do teatro eu me emociono muito por terem abandonado aquele centro de grande cultura que tínhamos no passado.

Apesar de todas as adversidades, as diversas missões salesianas permanecem com o objetivo de promover a “condição humana”. E atualmente, contam inclusive com a presença do índio na prática do sacerdócio. Assim, a Diocese de São Gabriel pode orgulhar-se de ter sacerdotes e Irmãs indígenas filhos da terra, conscientes da responsabilidade de preservar e desenvolver a cultura de seu povo. Mas, o município também experimenta a expansão de outras linhagens religiosas, conforme relata Alves (2007).

O movimento evangélico em São Gabriel da Cachoeira já conta com mais de uma dezena de igrejas consolidadas em seu território. Também está presente na cidade a Doutrina Espírita inspirada em Alan Kardec.

6. O que é São Gabriel da Cachoeira?

São Gabriel da Cachoeira, hoje, é uma pujante cidade no Alto Rio Negro. A sede desse município está distante da capital Manaus, cerca de 850 km. É um dos maiores municípios brasileiros em extensão territorial (cerca de 112.255km², o equivalente a 7,1% do total do Estado do Amazonas).

O município está situado a 90 metros de altitude acima do nível do mar, à margem esquerda do rio Negro. A sede desse município está distante da capital Manaus, cerca de 850 km. O acesso é realizado por via aérea ou marítima, não existindo estruturas rodoviária ou ferroviária.

Declarada como a última fronteira do noroeste da Amazônia, o município limita-se ao norte com as Repúblicas da Colômbia e da Venezuela e ao sul com os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Japurá. Além da sede, destacam-se os seguintes distritos: Cucuí (oriundo de uma fortificação militar), Iauaretê, Içana, Pari-Cachoeira, Maturacá, Taracuí e Querari, além de mais de 600 comunidades indígenas espalhadas nas calhas dos rios, segundo Alves (2007). São Gabriel da Cachoeira é, acima de tudo, um território onde ainda há uma predominância da natureza sobre o homem.

Dados do IBGE (2002) atestam a existência de, aproximadamente, 30 mil habitantes (12.000 habitantes urbanos e 18.000 rurais). Com 80% das terras indígenas demarcadas e regularizadas, detém a maior população indígena do País, mais de 73% da população do município tem origem em uma das inúmeras etnias. Não obstante, a densidade demográfica é baixíssima, beirando 0,5 hab/km².

Oficialmente, o município possui três línguas, além do português: o nheengatu, o baniva e o tucano. Este fato denota uma série de conseqüências advindas. O município deverá sofrer uma série de adaptações para fazer cumprir esta norma lingüística, desde as alterações nos cardápios dos restaurantes até na elaboração de provas para concursos públicos que deverão atender às quatro línguas. Ou seja, todo o território de São Gabriel da Cachoeira, inclusive os PEF deverão adaptar-se a essa nova realidade lingüística. É um novo condicionante a ser levado em consideração na solução dos problemas municipais.

No Brasil ainda temos pedaços da crosta terrestre que foram utilizados por grupos humanos para desenvolver sua base material nos primórdios da história. Essa região está localizada na 'Amazônia Ocidental' (Becker, 2006), caracterizada como aquela que ainda não foi afetada por eixos de integração e desenvolvimento, conforme afirma a mesma autora. De certo, para quem chega à Cabeça do Cachorro tem-se a impressão que o tempo parou mesmo. É uma região marcada pelos tempos lentos da natureza, tempo esse que ainda comanda as

ações humanas (Santos, 2003), brancos ou indígenas. O domínio da natureza ainda é flagrante. O que a torna diferenciada é exatamente a presença desse meio natural, conjuntamente ao meio técnico, e, atualmente, agregando vetores do meio técnico-científico-informacional, no dizer de Milton Santos. E essa peculiaridade faz da região, aliado ao seu posicionamento, um local estratégico, um ponto de controle utilizado pelo Estado.

Mas, um olhar em escala local, dos indicadores sócio-econômicos pode revelar processos e movimentos interessantes.

Para tanto, a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil pela Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que teve por objetivo principal disponibilizar aos mais diversos usuários um poderoso instrumental de análise que lhes possibilite conhecer em profundidade diversos aspectos da realidade socioeconômica dos municípios e unidades da Federação, servirá de base das realidades sócio-econômicas gabrielenses.

O Atlas contém um conjunto de indicadores sobre todos os municípios brasileiros, para os anos de 1991 e de 2000, obtidos a partir dos questionários dos censos demográficos do IBGE. Para o ano de 1991, reproduz-se a malha municipal do ano de 2000, de forma a assegurar a comparabilidade dos dados tanto espacial (entre os municípios) quanto temporalmente (entre 1991 e 2000). São 125 indicadores para os dois anos considerados, agrupados nos seguintes temas: Demografia, Educação, Renda, Habitação, Vulnerabilidade e População. O Atlas apresenta também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e os subíndices que o constituem, referentes às dimensões educação, longevidade e renda.

Segundo dados de 2000, a unidade da Federação com o mais alto nível de IDH-M é o Distrito Federal, com 0,844, o que o classifica como de alto desenvolvimento humano. O de mais baixo nível é o Maranhão, com 0,636 – portanto, na categoria de médio-médio desenvolvimento humano. O Amazonas, com IDH de 0,713, está em 16º lugar entre os estados brasileiros, posicionando-se na categoria de médio-alto desenvolvimento humano. Dos 5 municípios do País que tiveram decréscimo no IDHM entre 1991 e 2000, 3 são do Amazonas: Uarini, cujo IDH-M passou de 0,611 para 0,599; Silves, de 0,684 para 0,675; e São Sebastião do Uatumã, de 0,661 para 0,659.

O mapa abaixo mostra que, em 2000, somente dois municípios (cor mais escura) amazonenses permanecem com IDH abaixo de 0,500:



Figura 6 – IDH no Amazonas. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Sendo parte integrante da Microrregião do Rio Negro, o IDH-M de São Gabriel da Cachoeira cresceu 10,69%, passando de 0,608 em 1991 para 0,673 em 2000. Comparativamente, se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria, segundo o Atlas, 11,9 anos para alcançar Manaus (AM), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,774). Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, São Gabriel da Cachoeira apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3398ª posição, sendo que 3397 municípios (61,7%) estão em situação melhor e 2109 municípios (38,3%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, São Gabriel da Cachoeira apresenta uma situação boa: ocupa a 14ª posição, sendo que 13 municípios (21,0%) estão em situação melhor e 48 municípios (79,0%) estão em situação pior ou igual. No período 1991-2000, a população de São Gabriel da Cachoeira teve uma taxa média de crescimento anual de 3,02%, passando de 23.140 em 1991 para 29.947 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 39,88, passando de 29,54% em 1991 para 41,32% em 2000. Em 2000, a população do município representava 1,06% da população do Estado, e 0,02% da população do País.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ano 2000, mostra um quadro onde a taxa de urbanização pode ser considerada alta (41,32%), ainda mais pelo simples fato da sede não possuir infra-estrutura para tal contingente populacional.

População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000		
	1991	2000
População Total	23.140	29.947
Urbana	6.835	12.373
Rural	16.305	17.574
Taxa de Urbanização	29,54%	41,32%

Figura 7. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O centro já dá indícios de sofrer um processo de verticalização, um tanto, tímido, é verdade. Enquanto na periferia ocorre uma expansão das áreas degradadas. Ou seja, a cidade experimenta um processo de produção que está arrasando a sociabilidade. A cidade de São Gabriel da Cachoeira como local de encontro, reunião e possibilidade de acontecimentos está deixando de existir. É um processo lento, mas permanente.

No ano 2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu de 56,25 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 34,20 (por mil nascidos vivos), e a esperança de vida ao nascer estava em 68,60 anos em 2000.

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991 e 2000		
	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	56,3	34,2
Esperança de vida ao nascer (anos)	61,7	68,6
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	5,3	3,2

Figura 8. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O analfabetismo ainda é um fator negativo, pois se mantém em níveis elevados (34% da população). Assim como também houve uma pequena redução no percentual de indivíduos com menos de quatro anos de estudos e com menos de oito anos. Em consequência, a média de anos de estudo no município oscilou de 3,0 para 3,9 anos por indivíduo.

Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000		
	1991	2000
Taxa de analfabetismo	37,3	34,0
% com menos de 4 anos de estudo	62,4	52,1
% com menos de 8 anos de estudo	86,9	78,8
Média de anos de estudo	3,0	3,9

Figura 9: Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

A renda *per capita* média pode ser considerada baixa (R\$106,00), se comparada com a média nacional; enquanto o índice de pobreza tem se elevado ao longo dos anos (62% em 1991 e 69% em 2000). Somente um quarto da população tem água encanada, metade tem energia elétrica e 70% da população é assistida pela coleta de lixo urbano.

Indicadores de Renda e Pobreza, 1991 e 2000		
	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	116,8	106,6
Proporção de Pobres (%)	62,3	69,1

Figura 10. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Talvez como consequência do quadro acima mencionado, os indicadores de renda e pobreza demonstrem um quadro negativo comparando os dois períodos abordados. A renda e a proporção de pobres cai consideravelmente, enquanto que a concentração de renda cada vez mais preponderante, onde os 20% mais ricos se apoderam de mais de 80% da renda.

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000		
	1991	2000
20% mais pobres	2,5	0,0
40% mais pobres	8,5	0,0
60% mais pobres	17,4	2,1
80% mais pobres	32,5	17,4
20% mais ricos	67,5	82,6

Figura 11. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Somente um quarto da população tem água encanada, metade tem energia elétrica e 70% da população é assistida pela coleta de lixo urbano.

Acesso a Serviços Básicos, 1991 e 2000		
	1991	2000
Água Encanada	14,9	25,2
Energia Elétrica	37,8	51,1
Coleta de Lixo, somente domicílios urbanos	34,9	70,2

Figura 12. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O acesso a bens de consumo também é baixo: em 2000, 35% da população possuía geladeira; 40%, televisão; 10%, linha telefônica; e menos de 2% da população, possuíam computador. Nota-se a importância maior dada a um equipamento de lazer (televisão) do que a um equipamento de primeira necessidade (geladeira) pela sua destinação.

Acesso a Bens de Consumo, 1991 e 2000		
	1991	2000
Geladeira	14,4	34,9
Televisão	19,0	40,3
Telefone	5,1	9,1
Computador	ND	1,9
ND = não disponível		

Figura 13. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Assim, analisando superficialmente esse aspecto da realidade por intermédio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, o território é revelador as diferenças mais agudas das condições de vida da população de São Gabriel da Cachoeira. Os vetores da globalização presentes no município forjam-lhe ares urbanos. O que, por sua vez, traz consigo valores e modos de viver que a cidade morena ainda não conhecia. Os índices de suicídios e o consumo de álcool entre os moradores da cidade podem ser sinais deste processo de urbanização conturbado, sem planejamento e com a parcimônia do Estado.

Acrescenta-se ao quadro acima que, na região, praticamente, não existe trabalho remunerado, além disso, “as aposentadorias são raras e os programas federais de distribuição de renda não chegam até eles” (*Ibid* p.13). Uma das exceções deste cenário são os militares, cuja contribuição na vida econômica da cidade é sentida. É um efetivo de, aproximadamente, 1500 militares contribuindo para a economia, ao mesmo tempo, servindo de vetores da modernidade, o que não os isenta de conflitos com os indígenas.

7. A presença militar na Cabeça do Cachorro

A presença dos militares tem contribuído para o crescimento do município. Evidentemente, que tal presença traz, também, “outros” efeitos colaterais.

Como já dito no capítulo IV, o Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, recentemente transferida do município de Niterói-RJ, está localizado no município de São Gabriel da Cachoeira.

Subordinado a 2ª Brigada de Infantaria de Selva está o 5ª Batalhão de Infantaria de Selva, sediado nesse mesmo município. Outros dois batalhões estão sendo construídos nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Segundo as amostras dos resultados que foram remetidos, o 5º BIS possui, além da estrutura normal, sete pelotões desdobrados sobre a faixa de fronteira: - o 1º PEF (Figuras 14 e 15), “Sentinela da Cachoeira das Onças” está situado no Distrito de Yauaretê, às margens do rio Uaupés, afluente do rio Negro, distante 250 km da sede do Batalhão. Foi inaugurado em 17 de junho de 1988.



Figura 14 – 1º PEF – Yauarete. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.



Figura 15 – 1º PEF – Yauarete. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.

2º PEF (Figuras 16-17) foi instalado em Querari, as margens do rio Uaupés, localizado a 330 km da sede do Batalhão, sendo inaugurado em 1º de setembro de 1988.



Figura 16 – 2º PEF – Querari. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.



Figura 17 – 2º PEF – Querari. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.

3º PEF (Figuras 18-19), “Sentinela do Rio Içana”, está no Distrito de São Joaquim as margens do rio Içana, localizado a 326 km da sede do Batalhão. Foi inaugurado em 17 de junho de 1988, embora desde 1982, a região contasse com a presença de militares do Destacamento do 1º BIS.



Figura 18 – 3º PEF – São Joaquim. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.



Figura 19 – 3º PEF – São Joaquim. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.

4º PEF (Figura 20) está localizado no Distrito de Cucuí, a margem esquerda do rio Negro, na área da tríplice fronteira, a 250 km da sede do Batalhão. O PEF foi inaugurado conforme registros históricos do 5º BIS, no dia 10 de julho de 1955. Pertenceu ao então Comando de Elementos de Fronteira e depois ao Grupamento de Elementos de Fronteira.



Figura 20 – 4º PEF – Cucuí. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.

5º PEF será tratado na próxima seção.

6º PEF (Figura 21) está localizado a 305 km da sede do Batalhão, no Distrito de Parí-Cachoeira, sendo inaugurado em 30 de maio de 1999.



Figura 21 – 6º PEF – Pari-Cachoeira. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.

7º PEF (Figuras 22-23) foi inaugurado em 04 de abril de 2003, localizado as margens do rio Içana, no Distrito de Tunuí-Cachoeira, a 250 km da sede.



Figura 22 – 7º PEF – Tunuí-Cachoeira. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.



Figura 23 – 7º PEF – Tunuí-Cachoeira. Fonte: arquivo do 5º BIS, São Gabriel da Cachoeira/AM, 2006.

O pelotão é a menor unidade tática empregada no combate convencional. Levando em consideração que numa guerra regular, a proporção ideal do combate é de três para um, no caso de uma ofensiva, e de um para três, caso seja uma defensiva, o efetivo das frações significativas no âmbito do Exército Brasileiro é, geralmente: um pelotão, o efetivo pode variar de 35 a 50 militares. Uma companhia possui de três a cinco pelotões, e seu efetivo gira em torno de 200 militares. Um batalhão possui de três a cinco companhias e, seu efetivo pode

chegar a 1.500 militares. Uma brigada possui uma base formada por três batalhões, além de outras unidades de apoio ao combate. Seu efetivo pode girar entre 5.000 e 7.000 militares. Desse modo, levando em consideração a regra acima mostrada, a doutrina militar brasileira prega que para atacar um pelotão, tem que ser no mínimo uma companhia. Por outro lado, um pelotão é capaz de defender sua frente de responsabilidade, causando pesadas baixas, a uma fração de valor até companhia. Daí que a função primordial do PEF não é de engajar-se no combate (ofensivo), mas, servir de alerta e montar uma defensiva.

Não obstante, somente no município de São Gabriel da Cachoeira são cerca de 1.500 militares que já fazem parte do seu contingente populacional. Uma boa parte deste efetivo está destacada nos PEF.

O PEF, além da sua clássica missão de combate, possui outras e, para tanto traz consigo algumas peculiaridades.

Possuem uma estrutura básica mais ou menos homogênea, cada PEF possui uma pista de pouso e decolagem, que é a garantia de suprimento das populações que lá vivem, inclusive para evacuação médica, as instalações próprias do pelotão incluem as residências dos militares, numa área equivalente a, aproximadamente, 10 hectares.

Possui também os chamados pavilhões de terceiros, onde está prevista a ação governamental, por intermédio de vários ministérios (Educação, Saúde, Justiça, Relações Exteriores etc), além de outros órgãos governamentais (Funai, Incra, Abin, Polícia Federal, Polícia Militar etc), marcando a presença do Estado.

Já o pavilhão comunitário tem sua destinação a serviços prestados (escolas, creches, cartórios, bancos, posto de saúde etc) à comunidade local, notadamente, a indígena, com o intuito de atraí-las para sua órbita de influência.

Para cumprir sua missão, nos pelotões, cujo lema é “Vida, Combate e Trabalho” é obrigatória a existência de pelo menos um médico, um dentista, um farmacêutico e um veterinário, além dos demais militares, cuja principal missão é servir de sentinela avançada.

O comandante do pelotão, geralmente, “um tenente com pouco mais de 25 anos que exerce o papel de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gestor de assistência médico-odontológica, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário assumir nas comunidades carentes das imediações, esquecidas pelas autoridades municipais, estaduais e federais” (VARELLA, 2006, p.12) é a personificação do poder estatal exercido.

Em geral, o pelotão é composto por um efetivo de cerca de 40 militares divididos segundo um organograma pré-determinado pelo Estado-Maior do Exército. Os cabos e

soldados são, em sua maioria, oriundos da própria região. Com isso, a Força acaba por integrar um contingente considerado de caboclos, facilitando a interação social, o que por si já é um fato positivo. Ainda a respeito, os cabos e soldados de origem indígena têm outras particularidades quanto a operacionalidade, pois, sua atuação nas operações militares na selva demonstram o pleno domínio no ambiente amazônico. Os militares de carreira (oficiais e sargentos) em sua maioria são oriundos de outras regiões do País. Para servir no pelotão a prioridade é para aqueles que são casados. Como as normas da Força não permitem que cabo e soldado, não estabilizado, contraiam matrimônio, um efetivo solteiro desse grupo é destacado para os PEF. Isso gera um ambiente de relações conflituosas na vida do pelotão.

São homens e mulheres acostumados as benesses dos grandes centros urbanos, onde os grandes vetores da globalização estão diuturnamente presentes em seu cotidiano.

Assim, ao ato da chegada àquele lugar tão exótico, a solidão é apenas o tempo que a aeronave que o trouxe leva para decolar deixando para trás sorrisos amarelos e olhos lacrimejantes. É um momento que o indivíduo perde seu chão, fica desorientado por algum tempo. A simples constatação que em plena sexta-feira não se poderá ir ao shopping, cinemas, barzinhos para consumir é motivo de sentimentos de frustração, solidão etc. Em certos casos o homem tem que ser retirado do pelotão para se evitar males piores para ele e para a comunidade.

A esse respeito (consumismo), da tríade que rege todo o sistema-mundo, Estado-Nação - território - capital, é este último, materializado no dinheiro, quem exerce menos influência no espaço vivido, pois que não há instituições financeiras, muito menos objetos para que o fluxo do dinheiro seja realizado. O valor do dinheiro não corresponde aquele auferido em outros lugares.

Quanto ao pagamento daqueles que estão no pelotão, seus vencimentos permanecem numa das poucas instituições financeiras existentes na sede do município, geralmente em aplicações financeiras. Havendo a necessidade da movimentação financeira, o militar interessado delega a um procurador com “poderes” para realizar a transação financeira junto ao banco.

Já a principal modalidade de relação mercantil realizada no pelotão é o escambo, a troca direta entre objetos. É comum a troca de peças de vestuário por produtos cultivados pelos indígenas. Até mesmo os serviços prestados pelos indígenas são reembolsados com bens materiais. A vida dos povos indígenas na Cabeça do Cachorro e daqueles que para lá se dirigem não tem sido fácil.

A inserção de alguns vetores da globalização (possibilidade de acesso a serviços como energia elétrica, e a equipamentos como televisão, geladeira, computador) tem levado uma grande quantidade de indígenas ao “alcoolismo e o cortejo de violência física e tragédias médico-sociais causadas por ele constituem o problema mais grave de saúde pública na região”, segundo Varella (2006, p.15), pois que não dispõe de recursos para acessar tais vetores, o que gera sentimentos de frustração. O mesmo autor (2006, p.17) revela relato de um líder indígena:

Eu não sou mais índio nu como meu avô que vivia no mato. Também preciso de civilização, de energia e de computador em casa. Sou índio integrado, o que é melhor tem que ser meu. Tudo de bom que chega para o branco eu vou abraçando.

Porém, na região praticamente não existe trabalho remunerado, além disso, “as aposentadorias são raras e os programas federais de distribuição de renda não chegam até eles” (Idem p.13).

Mas, a adaptação daqueles que chegam a Cabeça do Cachorro acontece e passa-se a experimentar coisas até então não valorativas para o homem urbano. Um simples passeio à aldeia, uma caçada com os índios, uma partida de futebol, uma caminhada na selva, um aniversário, uma reunião, uma jornada pelos igarapés, a utilização do fogão a lenha, o recebimento de uma carta longínqua passam a ser acontecimentos que alteram a rotina. Tais acontecimentos resgatam o tipo de comunidade que hoje se busca e que seria aquela encontrada entre a liberdade e a segurança. Mas nesse espaço a individualidade é garantida, mas sem que esta se contraponha a comunidade. E então pode-se reviver momentos de inocência, coisa que o “conhecimento” teima em fazer o homem esquecer. Pois que “nenhum agregado de seres humanos é sentido como ‘comunidade’ a menos que seja ‘bem tecido’ de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação freqüente e intensa” (BAUMAN, 2003, p.48). Em local tão ermo, como num PEF, um ano de permanência significa mais que 12 meses, no qual se produz além de meras expectativas, também, freqüentes e intensas relações que extrapolam os limites territoriais e temporais.

Desse modo, o PEF foi idealizado para que se constituísse num pequeno pólo irradiador de ações governamentais. E é nesse espaço, agora territorializado e temporalizado que será abordado o 5º Pelotão Especial de Fronteira.

7. O 5º Pelotão Especial de Fronteira

Com o advento do Plano Colômbia há reais possibilidades de integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) adentrarem no território brasileiro em consequência da pressão no outro lado. No ano de 2005, militares brasileiros, lotados no 4º PEF (Cucuí), entraram em confronto com um possível grupo de guerrilheiros das Farc, na margem direita do rio Negro, em águas brasileiras. Saldo da ação: dois presos, um fugitivo e um morto entre os invasores. Os intrusos transportavam um arsenal de armas e munição, além de uma quantidade significativa de dinheiro, de diversas moedas, provavelmente para fomentar a narco-guerrilha. Esse fato realça a importância dos PEF na faixa de fronteira.

O 5º PEF está instalado no Parque Nacional do Pico da Neblina, na localidade de Maturacá, uma pequena comunidade oriunda da Missão Salesiana datada de 1953. O PEF está distante 100 km da sede de São Gabriel da Cachoeira e, 5 km do Pico da Neblina – o ponto mais alto do Brasil com 2.994 metros. Este PEF tem sua origem ainda no ano de 1964, quando teve início a construção da pista de pouso, inaugurada somente no ano de 1973 com o pouso de uma aeronave militar C-47 Douglas. Somente no ano de 1988 foi fixada a primeira presença militar: um destacamento composto por um sargento e seis soldados. Em 1989 teve início os primeiros trabalhos de limpeza da área do pelotão sendo instalado então um destacamento militar e, em 30 de junho de 1994 (data considerada como da fundação) foi entregue pela Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar o último pavilhão.

O percurso da sede ao pelotão pode ser realizado de duas maneiras: por via fluvial, com duração média de sete horas; e por via aérea, levando, aproximadamente, 40 minutos. A vista aérea revela paisagens paradisíacas mesmo para os mais experimentados.

Para Varella,

é de perder o fôlego o caminho para Maturacá, ladeado por duas cadeias de montanhas com picos em serrilhado nos quais pousam flocos de nuvens e por sucessão de paredões grandiosos de cor ocre que o pôr-do-sol reveste de ouro”. (Varella, 2006, p. 25).



Figura 24: Vista do 5º PEF - Maturacá. Ao fundo, os paredões do Planalto das Guianas.
Fonte: arquivo do autor, São Gabriel da Cachoeira, 1993.

E o mesmo autor prossegue ao relatar a maior reserva de nióbio do mundo:

E o morro dos Seis Lagos, que espetáculo de cores! Um deles em forma de oito, negro reluzente; outro, circular, verde-esmeralda; e os demais, com tonalidades que vão do negro-avermelhado ao azul; todos agarrados à montanha verde para não escorrer encosta abaixo. (*Ibid.Ibid*).

Essa descrição de Dráuzio Varella indica a magia que as paisagens de Maturacá despertam naqueles que o visitam.

A proximidade do pelotão à reserva de material estratégico (nióbio) demonstra como o Estado, mesmo pontualmente, tem agido estrategicamente para se materializar no território. Portanto, a atuação do Estado não pode ser caracterizada como omissa, mas politicamente dirigida e com objetivos bem definidos. E de certa maneira, esta atuação é direcionada pela globalização. Resta-nos desvendar como!

O 5º PEF é um dos mais novos integrantes do Calha Norte, tendo sido inaugurado, oficialmente, no ano de 1994. Um dado interessante é que o PEF está localizado a 68 km ao norte da linha do Equador, ou seja, no hemisfério Norte. Seu batismo de fogo deu-se quando fatos ocorridos na região do Pico da Neblina levaram militares venezuelanos a invadir o território nacional quase deflagrando um conflito entre os dois países. O episódio foi resolvido com a atuação da diplomacia brasileira e o desencadeamento da Operação Maturacá, ratificando a posse desse acidente natural para o Brasil.

O Estado, gestor por excelência do território, tem como tal o palco de atuação de seu poder. Segundo Souza,

territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias, Souza (2005, p.81).

Em Maturacá, um território ocupado pelos índios Yanomamis, ganhou nova territorialidade a partir da presença do Estado, na figura do 5º PEF. São várias realidades, porém, não antagônicas. Os integrantes do pelotão e seu entorno participam ativamente na realização dessas paisagens.

Os dados a seguir relatados foram colhidos por intermédio de questionários diferenciados respondidos pelos integrantes do 5º PEF e 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

O efetivo militar do pelotão é de 50 indivíduos, sendo cinco oficiais, cinco sargentos, oito cabos e 32 soldados. Os cabos e soldados, em sua maioria, são da própria região. O efetivo de oficiais e sargentos tem origem em outras regiões do país. Os dependentes dos militares (esposas e filhos) giram em torno de 50 pessoas. Existe um efetivo composto por civis (10 pessoas) no entorno do pelotão. Próximos às duas aldeias existem pequenos postos da Missão Salesiana e do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sanitário - IBDS (ONG patrocinada pela FUNASA). Atualmente, existem duas aldeias indígenas, ambas da etnia Yanomami, com um total aproximado de 1.800 indígenas, cujas principais atividades são a caça, pesca, plantio de macaxeira, abacaxi e criação de aves. Em uma das aldeias existe um posto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com a permanência de um funcionário do órgão. As relações existentes no espaço geram conflitos entre os diversos atores, que são resolvidos, em sua maioria, com a autoridade do comandante do pelotão. Mas o indígena parece ser mesmo o elemento principal do cenário.

Em Maturacá, as aldeias indígenas, têm uma presença marcante no cotidiano do pelotão, pois que são realizadas diversas atividades com esses atores (trocas de mercadorias, atividades sociais como festas e jogos, caça e pesca, apoio médico etc). Os índios também realizam diversas tarefas para alguns membros do pelotão. Algumas índias prestam serviços domésticos, outros índios realizam serviços de manutenção das residências, corte de lenha etc. A moeda de troca, geralmente, é parte da etapa de alimentação (sal, arroz, feijão, frios, etc) que os integrantes do pelotão recebem mensalmente. Cada etapa de alimentação, que é indenizável, garante o sustento de uma única pessoa por mais de um mês corrido. Mas a etapa

somente é distribuída aos militares que residem com seus dependentes no pelotão. Para os solteiros, a alimentação é fornecida nos refeitórios. Para suprir outras necessidades dos moradores do PEF e entorno existe uma pequena mercearia na Missão Salesiana e outra no interior do pelotão.

E nesse patamar de relações, surgem novos espaços, com dinâmicas próprias.

O fluxo de visitas aos pelotões é intenso durante todo o ano. São visitas oficiais de militares, políticos e, não-oficiais, como alguns desportistas aventureiros. A subida ao Pico da Neblina é um atrativo para os adeptos do segmento dos ditos esportes radicais. A permanência de tais visitas, porém, dificilmente, ultrapassam mais que um dia. O consumo desse tipo de serviço (viagens, turismos e lazer) tende a aumentar devido a uma procura mundial, principalmente, devido às belezas naturais e a presença de povos indígenas.

A vida interior do pelotão é bastante agitada apesar de ser “um território caracterizado pelos tempos lentos, onde as diferenciações enraízam-se na natureza e um tempo humano” que teimosamente insiste, ainda que “timidamente ocupar os alvéolos de um tempo ‘natural’” (SANTOS, 2003, p.30).

Passada a etapa de adaptação, logo os integrantes sentem a necessidade de manter relacionamentos mais afetivos com os outros integrantes ou cair em profunda depressão, fato que já ocorreu em Maturacá. O 5º PEF, todo cercado com moirões de madeira e arame farpado, dispõe de uma infra-estrutura, em madeira, para obrigar seu efetivo de militares e dependentes. Próximo ao 5º PEF existe uma pista com 1.300 metros para pouso e decolagem de aeronaves; um heliponto para pouso e decolagem de helicópteros; e uma Mini Usina Hidrelétrica (MUH). Na área interna existem 11 residências funcionais (três para oficiais, cinco para sargentos e três para cabos e soldados), um pavilhão de Comando, um Posto de Saúde, um pavilhão para manutenção e guarda das viaturas, um pavilhão de serviços gerais, um alojamento para cabos e soldados, um refeitório, uma cozinha, um pavilhão de Terceiros, um pavilhão Comunitário. Há locais que são destinadas ao lazer, como a palhoça de musculação, palhoça de lazer, uma quadra de futebol de areia; e outras destinadas a uma pequena criação e cultivo: uma horta e um galinheiro com aproximadamente, 50 (cinquenta) cabeças.

Quanto a parte de educação, esta é ofertada por uma escola estadual de Ensino Fundamental, localizada na Missão Salesiana, contando atualmente com cerca de 500 alunos índios. O quadro de docentes é formado por profissionais oriundos da sede do município, assim como por índios Yanomamis possuidores do magistério indígena. Para os filhos dos militares a educação é uma dificuldade. Mas o pelotão dispõe de um espaço que serve como

sala de aula, equipado com televisão, aparelho DVD e quadro branco, onde as crianças podem receber aulas diariamente. Os oficiais, sargentos e, inclusive, algumas esposas, todo com formação, são os incumbidos da tarefa da educação formal. Com o advento da informática, existe a possibilidade do pelotão ser incluído no programa de Ensino à Distância (EAD) ofertado pelo Exército, mas que ainda não cobriu toda Amazônia.

Nas horas de folga, como em plena selva não se dispõem de shoppings, cinemas e lojas para consumo, passear nos igarapés próximos, visitar as aldeias, caçar, pescar, conversar com os vizinhos, realizar festas e competições esportivas, tornam-se atividades do cotidiano. Mas, além dessas novas atividades de lazer, existem as atividades normais do pelotão, sua rotina, seu cotidiano como uma organização.

Mas as teias da globalização já alcançaram o PEF, que dispõe de um ponto GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) no interior das suas instalações com dois computadores, cuja frequência mensal é de 150 militares e 50 civis, índios inclusive. O programa tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital (inclusive o EAD) às comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. Pelo programa GESAC devem ser beneficiadas prioritariamente as comunidades que apresentem baixo IDH (0,543 em Maturacá) e que estejam localizadas em regiões onde as redes de telecomunicações tradicionais não oferecem acesso local à internet em banda larga. Segundo pesquisa divulgada em setembro de 2003 pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), somente 8% da população brasileira têm acesso à internet. Desse total, apenas 9,3% pertencem às classes C, D e E. Esse é o atual quadro da exclusão digital. Acredita-se estar diante de uma oportunidade para a criação de uma rede horizontal solidária de cooperação, que possibilite maior intercâmbio de informações, oportunidades para melhoria da vida, geração de cultura e de negócios. A conexão é estabelecida por meio de satélite, facilitando alcançar regiões onde ainda é raro encontrar possibilidade de conexão internet. Para um país continental e com grandes extensões sem acesso a qualquer tecnologia digital, só mesmo esse tipo de conexão permitiria interligar brasileiros de todas as partes do país sem as barreiras geográficas do território nacional. E como já vimos antes, a educação em Maturacá necessita desse suporte.

No tocante a saúde, o PEF dispõe de um Posto de Saúde, composto de um consultório médico, um gabinete odontológico, um laboratório e uma enfermaria. O suprimento de medicação é realizado pelo 5º Batalhão de Infantaria de Selva, localizado na sede do município. O posto atende não somente os integrantes do PEF como também os demais integrantes da região. Existe um outro ponto de atendimento de saúde localizado no Posto do

IBDS, próximo às aldeias. Relacionado com a saúde e com igual importância está o abastecimento de água. Para tanto o PEF dispõe de um poço artesiano. Como ainda não se dispõe de uma estação para tratamento de água (ETA), o líquido é tratado com hipoclorito ao ser armazenado no reservatório suspenso com capacidade para 10.000 litros. Todas as instalações do PEF são abastecidas por um sistema de encanamento apropriado. Não há fornecimento para áreas externas ao PEF.

Mas, além dessas novas atividades de lazer, existem as atividades normais do pelotão, sua rotina, seu cotidiano como uma organização. Desse modo, assevera FANI,

Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade [...] Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território. (FANI, 2001, p.11).

Desse modo, a jornada diária no 5º PEF tem início com a alvorada dos militares às 05h00. Semanalmente, uma equipe de militares, munidos de um pequeno trator e uma motosserra, realizam a apanha e distribuição da lenha para a cozinha do pelotão e residências dos militares. A esse respeito há um plano de corte de árvores. Existe uma preocupação para causar o mínimo de dano ao ambiente. Uma árvore de porte médio pode abastecer todo o pelotão por quase uma semana. No entanto, essa realidade vem sendo alterada. No 5º PEF, a chegada do fornecimento do gás liquefeito tende a cessar o corte de árvores. O problema maior do uso do gás é o seu transporte, tendo em vista ser proibido em aeronaves e, o tempo de transporte fluvial da sede ao 5º PEF chega a sete horas de viagem, fora a pequena capacidade das embarcações devido a pouca profundidade e ocorrência de cachoeiras ao longo do rio Maturacá. Destarte, o ressuprimento do gás, que é realizado a cada dois meses, tanto para o PEF, como para as famílias, ainda não é suficiente para fornecer toda necessidade desse bem aos integrantes do pelotão.

Após a alvorada, outra equipe vai checar se houve violação no perímetro externo do pelotão. Uma outra vai verificar as condições do gerador em termos de reabastecimento e manutenção. Este equipamento é de fundamental importância para a vida do pelotão, pois é nele que estão armazenados os gêneros frios, por isso, permanece ligado quatro horas pela manhã e mais quatro horas à noite. É nesses momentos que o pelotão ganha mais vida: seus integrantes ligam seus aparelhos de tv, rádios etc. Existem algumas antenas parabólicas que

conectam o pelotão com o mundo, e a informática também já faz parte do cotidiano. Nessas oito horas de energia revive-se algumas lembranças da vida urbana. A capacidade do gerador permite, inclusive, que as duas aldeias indígenas recém a energia no mesmo período. Ainda a esse respeito, o pelotão dispõe de uma mini-usina hidroelétrica (MUH) com capacidade para gerar 60 kva, que quando em operação repassa energia para as comunidades locais. Mas no momento a MUH está necessitando de manutenção, encontrando-se a mais de um ano inoperante.

Desse modo, a falta de suprimento de energia durante as 24 horas do dia torna-se um transtorno para os integrantes do PEF e comunidades. O que, distinguem-se duas temporalidades no 5º PEF e o entorno, uma com e outra sem a energia elétrica. São dois momentos extremamente diferentes. A fluidez da energia, nesse curto espaço de tempo, lança esse equipamento à diversas redes, em diferentes escalas. A informação flui com mais intensidade nesses momentos.

Maturacá apresenta-se como um espaço de contradições. Ao mesmo tempo em que seus habitantes (militares, dependentes e índios) vivem num tempo lento, esses mesmos homens se inserem num espaço globalizado, conectando-se através da internet disponível no pelotão com o sistema mundo. É um tempo fracionado entre a inserção e a negação do sistema-mundo. São oito horas de inserção mundial.

A vida administrativa é intensa, pois a documentação particular (cartas) e do pelotão (documentos oficiais) precisam estar preparados para a chegada das aeronaves, que apesar de possuir um cronograma de abastecimento, ficam mais a mercê dos caprichos da natureza para realizar pousos e decolagens. Para SANTOS,

essas características climáticas e hidrológicas, num certo contexto de desenvolvimento técnico, impõem um ritmo, uma velocidade e uma escala à vida na região, onde o recuo da natureza ainda está, poder-se-ia dizer, em processo de realização, (Santos, 2003, p.66)

A única “perna” (ida da aeronave da Sede até os PEF) que o Hércules (aeronave militar da Aeronáutica) realiza para o PEF varia em torno de 45 a 60 dias. O que não é suficiente para suprir as necessidades demandadas. Apesar de possuir um cronograma de abastecimento, o pouso e decolagem das aeronaves ficam a mercê dos caprichos da natureza para chegar a Maturacá.

Fruto dessa realidade é que já ocorreram ocasiões no 5º PEF que não foi possível o reabastecimento por conta das condições meteorológicas, tendo o pelotão que passar por

momentos de dificuldades pela escassez de diesel para o gerador e gêneros alimentícios de primeira necessidade para seus integrantes.



Figura 25: Vista do 5º PEF - Maturacá. Ao fundo, os paredões do Planalto das Guianas.
Fonte: arquivo do autor, São Gabriel da Cachoeira, 1993.

Mas a chegada dos “gigantescos” cargueiros Hércules da FAB é um momento especial à vida do pelotão. Integrantes do pelotão e indígenas aguardam ansiosamente a chegada dessas aeronaves. Há uma enorme expectativa pela chegada do malote dos correios, material, gêneros, pessoas etc. Enfim, o avião faz o papel de cordão umbilical entre a sede e o distante pelotão. A sobrevivência do pelotão sem ele seria bem dificultosa. Por isso, o abastecimento dos pelotões é a primeira prioridade quando a Aeronáutica disponibiliza suas aeronaves para a Força Terrestre naquela região.

O PEF constitui uma rede que interliga Maturacá ao Brasil e, em menor intensidade, mas não menos importante, ao mundo. Foi gerado a partir da ação do Estado, com o projeto Calha Norte, e hoje, devido a sua localização estratégica e a intensa integração entre militares e sociedade civil, se tornou um importante nó, pois se configura como um lugar de conexão, de referência e de Poder.

Quanto à função militar, basicamente são realizadas patrulhas fluviais e aeromóveis nos limites da faixa de fronteira, utilizando para isso os marcos existentes e visíveis. Mas é difícil achar esses marcos fronteirizos e por vezes adentra-se no território do país vizinho. E recentemente nossas fronteiras têm sentido as conseqüências da atual guinada esquerdista/populista vivenciada por algumas nações sul-americanas.

Desse modo o 5º PEF evidencia uma série de funcionalidades atinentes.

Como “braço” do Estado nacional, numa localização cujas distâncias são consideradas verdadeiros obstáculos ao acesso, esse objeto serve inicialmente como ponto de controle dessa organização que o projetou naquele território. Controle esse evidenciado pela presença militar e seus vetores de modernidade. Mesmo posicionado em local tão ermo, o pelotão faz parte de diversas redes, em diversos níveis. A mais proeminente diz respeito àquela rede que atua em prol da defesa da soberania nacional. A localização do 5º PEF está próxima ao Morro dos Seis Lagos, sabidamente, uma das maiores reservas de nióbio do planeta. Evidentemente que essa proximidade não é por acaso, e o pelotão tem uma funcionalidade específica no que diz respeito a esse acidente natural.

A esse respeito das operações militares realizadas pelo pelotão, estas vão da vigilância a fiscalização dos principais acessos ao território nacional: barrando, negando, impedindo o acesso a uma determinada porção do espaço. Não obstante, todo esse aparato militar não tem sido capaz de salvaguardar, em sua totalidade, aquele espaço. Os ilícitos continuam a existir. A entrada e saída de drogas, armas, munições, madeiras, animais silvestres é uma realidade que o Estado não tem conseguido estancar. Na questão ambiental, os desmatamentos permanecem insidiosos frente à floresta.

A interligação do Calha Norte com o Sivam suscita a existência de uma outra rede, esta voltada para a captação e “divulgação” de conhecimento acerca da região.

No âmbito do pelotão e seus arredores, suas funcionalidades ganham mais relevo.

CONCLUSÃO

A Amazônia, desde a sua descoberta pelo europeu despertou interesses conflituosos em momentos históricos distintos, entre os diferentes atores, que nela estiveram presentes. É uma problemática relacional que se arrasta há séculos. Na base de tais conflitos o Estado, o espaço, o território, os atores, as organizações.

Na atualidade a globalização, cuja escala de alcance é planetária, têm seus rebatimentos sentidos direta ou indiretamente, em todos os “cantos” da Terra, inclusive, na escala local, o que por tabela inclui a “Cabeça do Cachorro”. Porém, a escala nacional ainda tem é um “filtro” existente nesse processo, uma vez que, ainda é o Estado o grande gestor territorial. E na Amazônia, as grandes extensões territoriais ainda são “posses” do Estado. No entanto, a atuação do Estado nacional, enquanto organizador do território nacional, em especial, da Amazônia, tem sido marcada por uma “omissão” e permissividade.

A Amazônia ainda não se encontra totalmente integrada ao território nacional, apesar das tentativas estatais. No entanto, o Estado está materializado na região por intermédio das Forças Armadas. Já a Aeronáutica contribui para o monitoramento da região por intermédio do Sivam. Já o Exército, por intermédio do Programa Calha Norte ponteia as fronteiras norte território.

O primeiro, o “primo-rico”, embora com uma pseudo-ideologia, também, nacionalista, porém, mascarado pelos vetores da globalização, foi implementado em pleno regime das políticas neoliberais. Com seus equipamentos *high-tech*, vetores da pós-modernidade, o Sivam procura servir a dois “deuses” (organizações) no mesmo espaço, mas em tempos diferentes: o Estado nacional e o mercado (globalização). Da Amazônia, o sistema retira informação e energia à empresa; e energia e informação ao Estado.

O segundo, pode ser tratado como o “primo-pobre”, com uma ideologia nacionalista pela necessidade de dar aos militares, recém saídos do poder, algo a fazer. Sem recursos, nem interesse do governo, quase extinto no governo FHC, o PCN tem por objetivo a ocupação efetiva daquele espaço, territorializando-o. Não raro, esse tipo de ocupação pode, no futuro, servir aos desígnios da globalização. O PEF foi estruturado para receber diversos órgãos públicos.

A estrutura militar na Amazônia está concentrada nas capitais dos estados, porém, sua presença pode ser sentida, também, na faixa de fronteira, por intermédio dos pelotões especiais de fronteira.

O pelotão possui diversas funcionalidades. Como integrante do Exército, tem como principal função proteger o Estado-nação contra forças exógenas. A reboque dessa “proteção” advém a manutenção da presença do Estado com a finalidade de controlar, monitorar e vigiar os recursos existentes na área. Não havendo perigo real ante outros atores exógenos (conflitos armados), o PEF passa a ter a função de resguardar as fronteiras nacionais.

Os PEF foram instalados em regiões estratégicas com o intuito de prover a segurança do território. À proximidade com cursos d’água é um dos quesitos para a sua instalação, uma vez que, os rios na Amazônia, ainda se constituem no principal meio de transporte. Sendo o principal braço do Estado atuando numa região, onde as outras instituições públicas não tem uma atuação efetiva, o mesmo assume as funcionalidades das demais instituições, , entre elas, aquelas voltadas à saúde e educação, que ganham mais destaque uma vez que são lacunas que o Estado “teima” em não preencher com os órgãos específicos.

No que diz respeito ao do 5º PEF, sua instalação em Maturacá foi uma estratégica do Estado uma vez que na Cabeça do Cachorro encontra-se uma das maiores reservas minerais (nióbio) do mundo, no Morro dos Seis Lagos. Eis umas das funcionalidades estratégicas do PEF, proteger uma reserva mineral, que é estratégica para a indústria espacial, pois o nióbio, um mineral extremamente rijo, porém, leve, com diversas aplicações, inclusive, militar. A presença de duas aldeias indígenas também pode revelar outra funcionalidade do PEF, uma vez que, trata-se de um capaz de causar profundas alterações na configuração espacial.

No que diz respeito ao arcabouço institucional, não faltam instrumentos elaborados pelos diversos níveis de governo. Existe todo um corpo de leis, normas, políticas, programas etc voltados para a Amazônia. No que tange a integração entre os diversos instrumentos elaborados, esta integração não acontece. A principal política de ordenamento territorial (PNOT), que deveria ser o “norte”, sequer, está concluída. O Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira sequer faz referência à PNDR, muito menos à Política de Defesa Nacional, ao Programa Calha Norte e Sivam. Daí que essa produção normativa, mais fragmenta do que ordena o território.

O privilégio atribuído aos grandes grupos (nacionais e internacionais) e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço amazônico como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, teve efeitos extremamente perversos nas áreas onde foi implantado, destruindo, inclusive, gêneros

de vida e saberes locais historicamente construídos. Esses são lições a aprender como não planejar uma região.

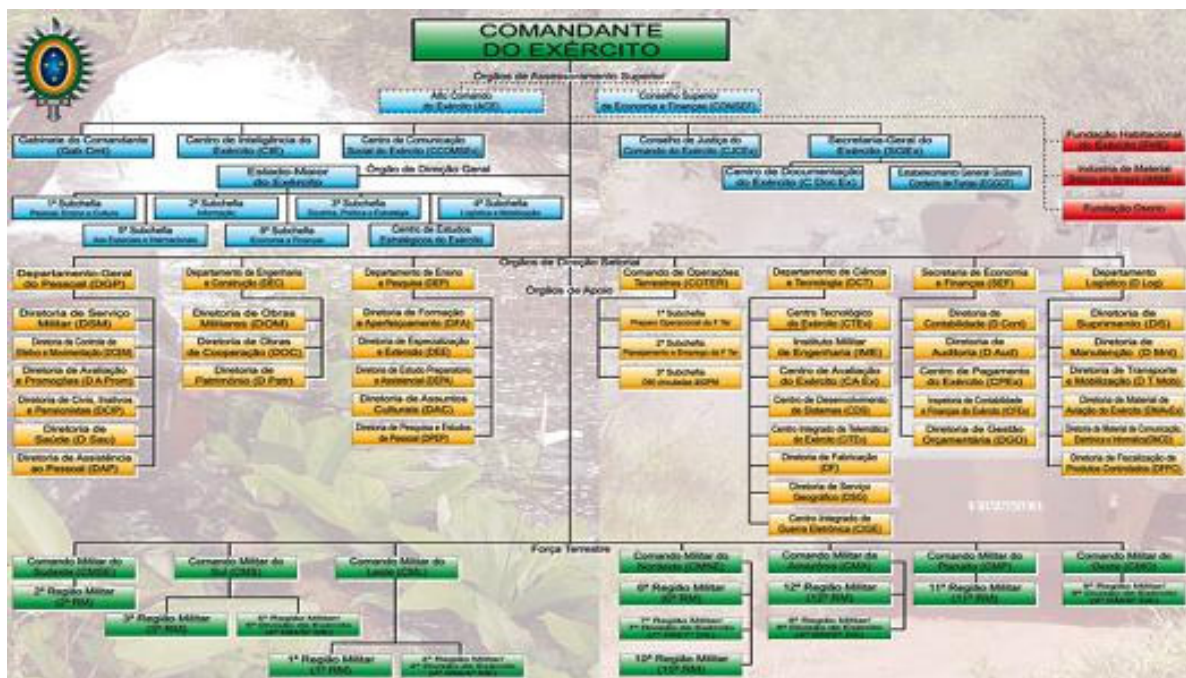
Desse modo, o planejamento no Brasil tem sido marcado por lacunas deixadas ao longo das várias etapas do processo de formação do Estado nacional.

O mercado utiliza estratégias para se impor no território. A facilidade ou não para a atuação da empresa, ainda, é dada pelo Estado, que detém o poder de criar normas que regulem tal atividade.

Como conseqüências mais freqüentes dos problemas dessa dinâmica espacial têm-se a participação do Estado caracterizada pela diluição dos projetos, fragilidade das iniciativas, descontinuidade dos esforços, falta de determinação (quanto à ocupação demográfica e econômica do espaço), carência de objetividade (na perspectiva dos verdadeiros interesses nacionais) e incapacidade de mobilização da própria Nação (para a elaboração de um projeto de integração e desenvolvimento nacional). No caso específico da Amazônia, há um vácuo de poder, em extensas áreas, que podem vir a ser ocupadas por outros atores sociais ou, mesmo, por outros Estados nacionais.

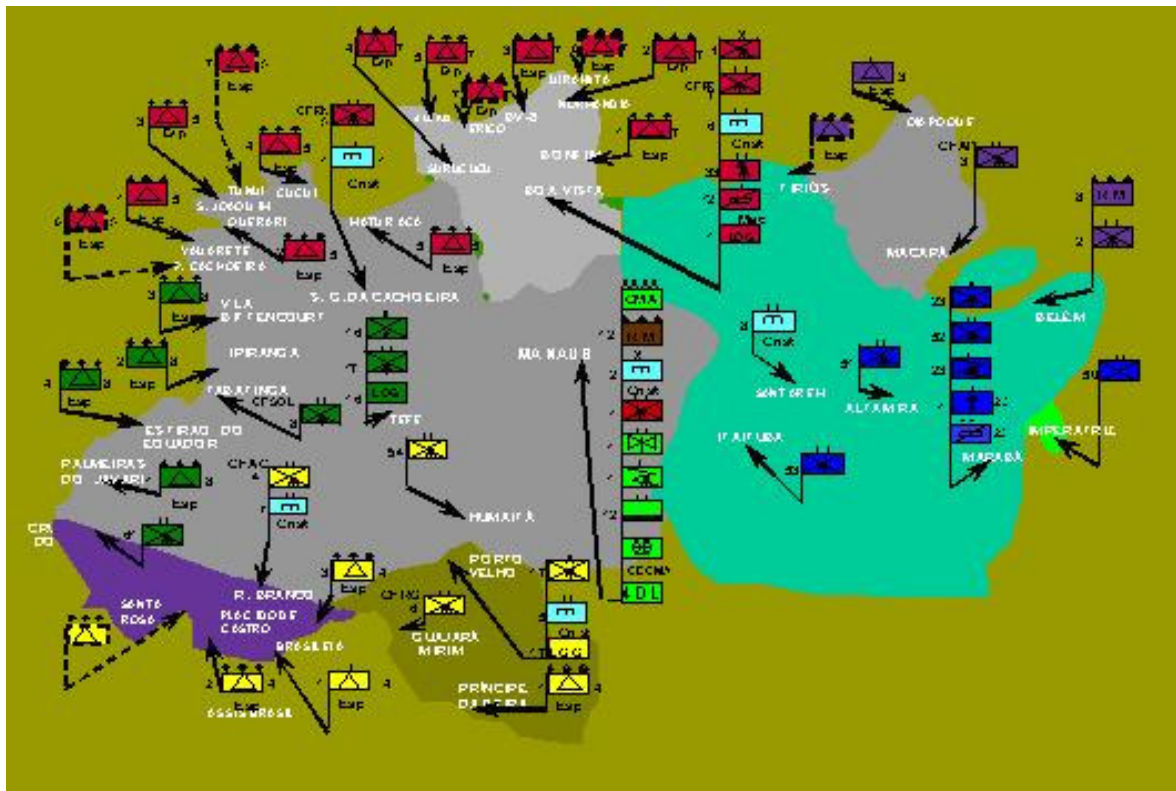
Tudo isso pode configurar uma ameaça, pesando sobre o Estado brasileiro, no que toca, em particular à região amazônica.

ANEXO 1



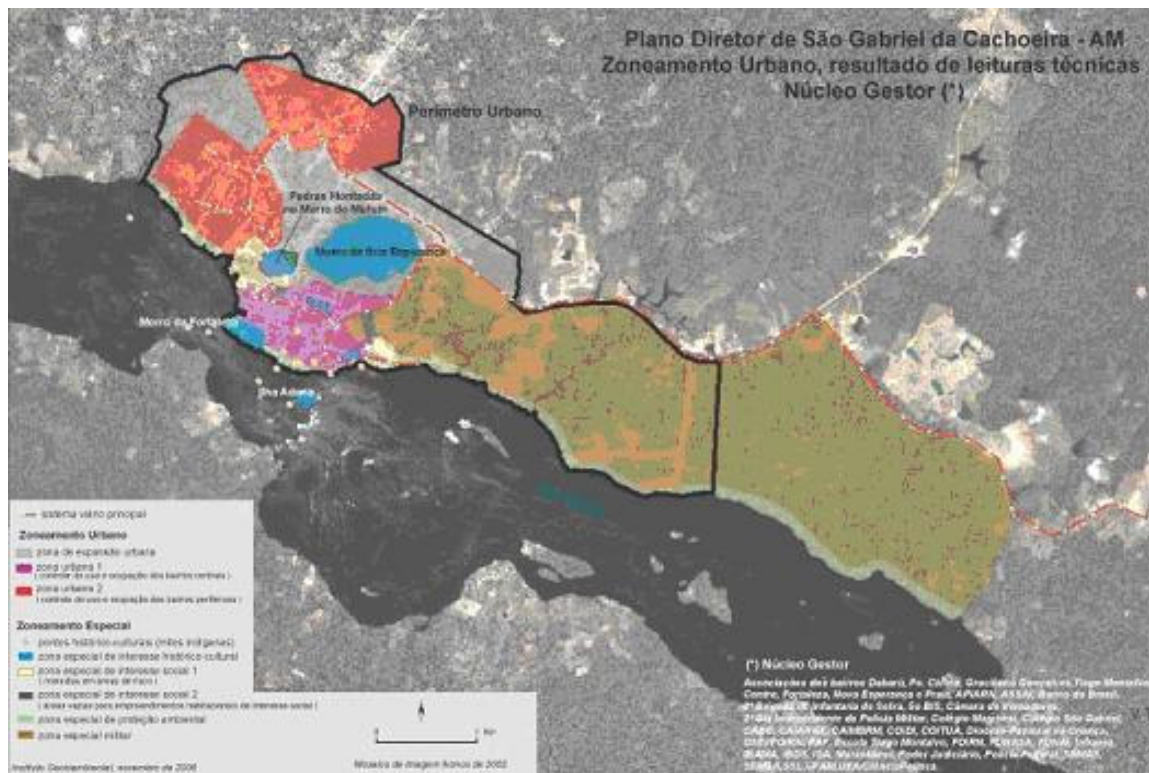
Organograma do Exército Brasileiro

ANEXO 2



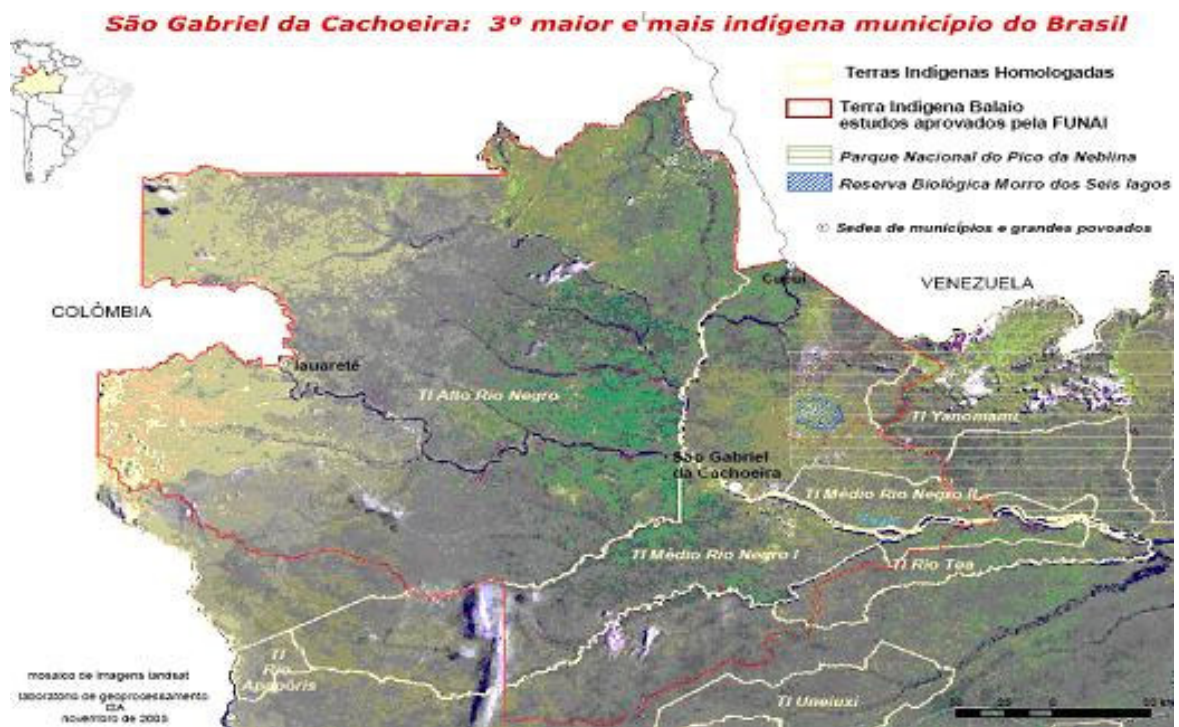
Unidades da Força Terrestre desdobradas na Amazônia

ANEXO 3



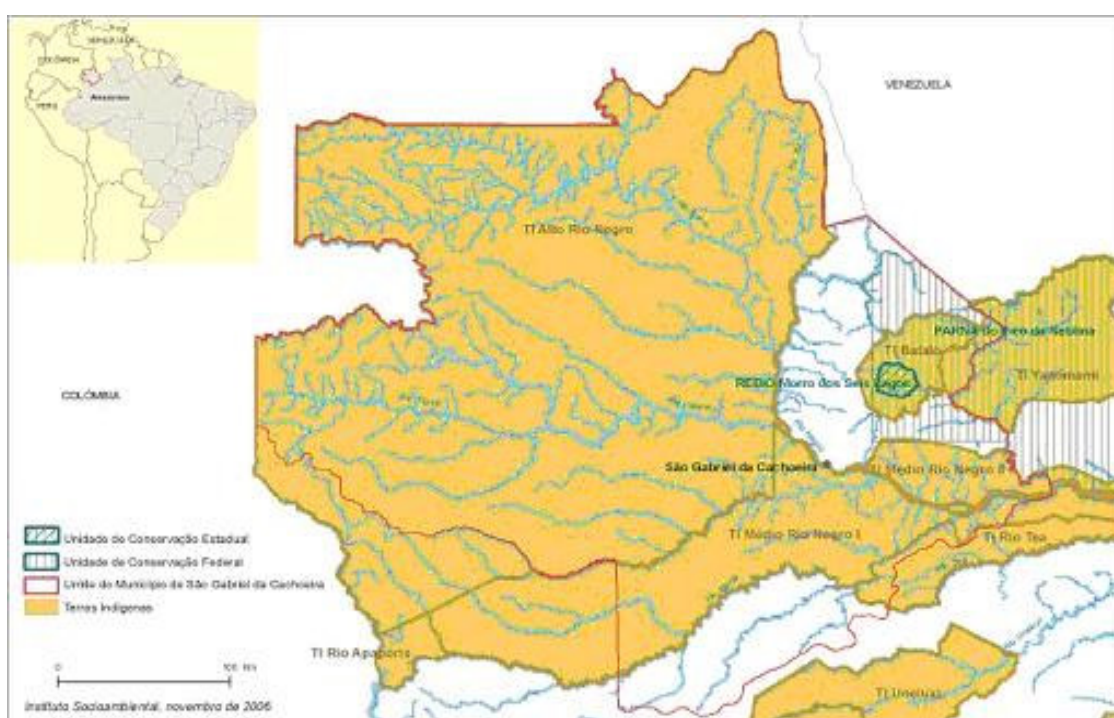
Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira

ANEXO 4



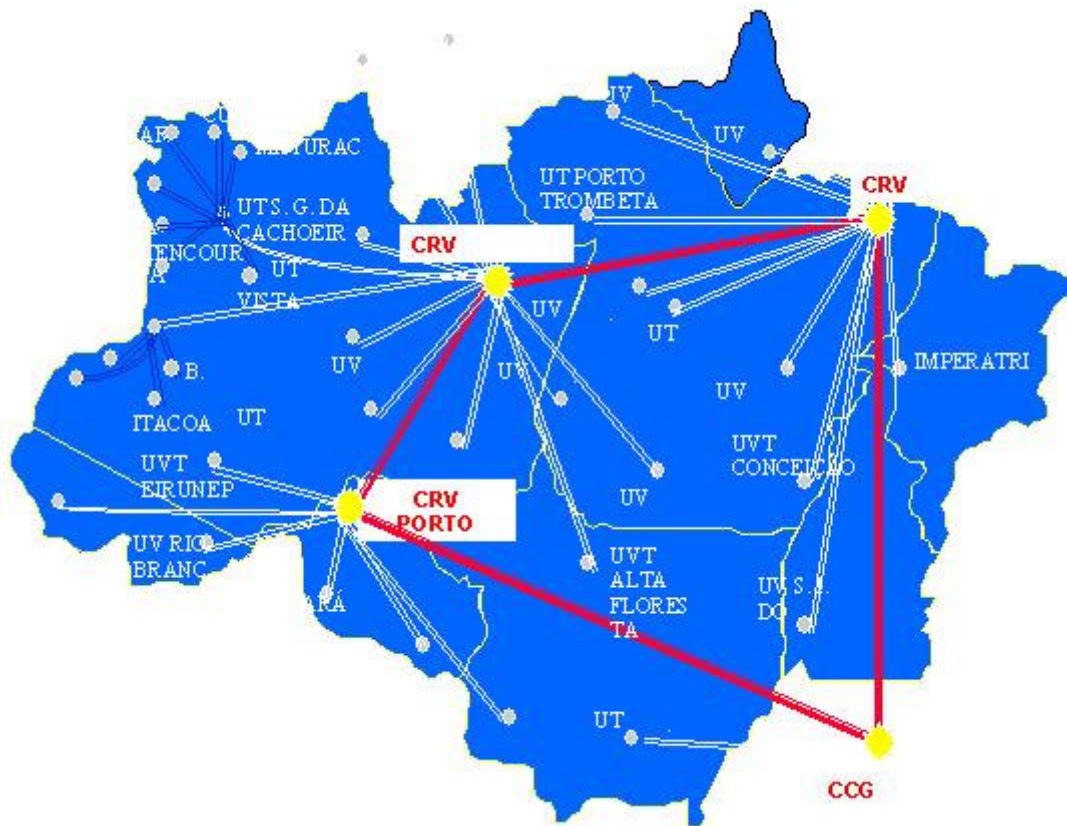
Município de São Gabriel da Cachoeira

ANEXO 5



Terras Indígenas

ANEXO 6



Sistema de Vigilância da Amazônia

A N E X O 7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário ao Alfa - Comandante do Comando de Fronteira Rio Negro-5º BIS.

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco Curso de Mestrado em Geografia Aluno: Messias Luiz do Nascimento

A presente pesquisa tem por fim coletar dados para o estudo do assunto dinâmicas territoriais. Parcela da sociedade brasileira tem observado, atentamente, o crescente interesse pela Amazônia, fato que pode refletir-se negativamente no ordenamento territorial da região, vindo a comprometer seu patrimônio e a população que nela convive. A participação do Estado nacional no ordenamento territorial, bem como o atual processo de globalização têm seus rebatimentos no 5º PEF. Portanto, solicito-vos a gentileza de responder os quesitos abaixo, os quais contribuirão para a dissertação apresentada nessa Instituição de Ensino Superior.

Objeto de estudo: a participação do Estado Nacional na produção do espaço geográfico ante o processo de globalização: o 5º Pelotão Especial de Fronteira e a ocupação da “Cabeça do Cachorro”.

1. Local de Nascimento
2. Escolaridade: () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo
3. Estado civil () Casado () Solteiro () Separado
4. Qual a estrutura dos PEF que estão subordinados ao Comando de Fronteira Rio Negro-5º BIS?
5. Quais os PEF estão localizados na Cabeça do Cachorro? Citar Localização, distância da sede, data de instalação, missão do pelotão, efetivo por PEF, outros aspectos?

6. Quais os meios de comunicação que cada pelotão dispõe para comunicação?

7. Quem realiza e qual a frequência de abastecimento dos pelotões?

Selva!
Obrigado!
Messias Luiz do Nascimento

ANEXO 8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário Bravo - Comandante do 5º Pelotão Especial de Fronteira-Maturacá.

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco Curso de Mestrado em Geografia Aluno: Messias Luiz do Nascimento

A presente pesquisa tem por fim coletar dados para o estudo do assunto dinâmicas territoriais. Parcela da sociedade brasileira tem observado, atentamente, o crescente interesse pela Amazônia, fato que pode refletir-se negativamente no ordenamento territorial da região, vindo a comprometer seu patrimônio e a população que nela convive. A participação do Estado nacional no ordenamento territorial, bem como o atual processo de globalização têm seus rebatimentos no 5º PEF. Portanto, solicito-vos a gentileza de responder os quesitos abaixo, os quais contribuirão para a dissertação apresentada nessa Instituição de Ensino Superior.

Objeto de estudo: a participação do Estado Nacional na produção do espaço geográfico ante o processo de globalização: o 5º Pelotão Especial de Fronteira e a ocupação da “Cabeça do Cachorro”.

1. Posto: <input type="checkbox"/> Capitão <input type="checkbox"/> 1º Ten <input type="checkbox"/> 2º Ten
2. Local de Nascimento:
3. Escolaridade: <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo
4. Estado civil <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Separado
5. Quantos militares residem no 5º PEF Oficiais: _____ Sargentos: _____ Cabos: _____ Soldados: _____
6. Quantos civis residem no 5º PEF? Esposas: _____ Filhos menores de idade: _____ Filhos maiores de idade: _____
7. Quantas aldeias existem nas proximidades do 5º PEF?
8. Qual o efetivo da população indígena local?
9. Existem outros órgãos governamentais que atuam na área? Especificar:
10. Quais atividades o 5º PEF realiza? <input type="checkbox"/> missões de combate (patrulhas, vigilância, defesa etc) <input type="checkbox"/> atividades educacionais <input type="checkbox"/> atividades médico-odontológicas <input type="checkbox"/> atividades de lazer <input type="checkbox"/> atividades sociais <input type="checkbox"/> outras atividades. Especificar: _____

11.Existem ONG com atuação na área? Especificar:
12.Como o Sr considera o grau de contato com os indígenas? () baixo () médio () intenso () não existe
13.Como é realizado a geração e distribuição de energia na área e entorno do 5° PEF _____ _____ _____
14. Como é realizado a captação, tratamento e a distribuição da água para consumo humano? _____ _____ _____
15. Qual a frequência média anual de abastecimento (meios aéreo ou fluvial) de materiais, produtos e serviços que o 5° PEF: () a cada 15 dias () a cada 30 dias () a cada 30 dias
14. O efetivo de militares do 5° PEF é suficiente para cumprir todas as missões e/ou atividades realizadas? () sim () não
16. Existem atuação de garimpeiros na área? () Sim () Não
17. Já houve casos de ações de forças não regulares atuando na área do 5° PEF? () Sim () Não
18.O Morro dos Seis Lagos é área do 5° PEF para fins de vigilância e segurança? () Nenhuma () 1 a 3 () Acima de 3
19.Quais os meios de contato que o 5° PEF dispõe para manter contato com outras Unidades Militares? () Fonia () Internet () Mensageiro
20.O Sr tem pretensões de permanecer no Pelotão por mais tempo além do previsto? () Sim () Não
21.Está satisfeito com a vivência na área amazônica? () Sim () Não Caso NÃO, especificar os motivos:
22.Outros aspectos

Selva!
Obrigado!
Messias Luiz do Nascimento

ANEXO 9

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário Charlie - militares residentes no 5º Pelotão Especial de Fronteira-Maturacá.

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco Curso de Mestrado em Geografia Aluno: Messias Luiz do Nascimento

A presente pesquisa tem por fim coletar dados para o estudo do assunto dinâmicas territoriais. Parcela da sociedade brasileira tem observado, atentamente, o crescente interesse pela Amazônia, fato que pode refletir-se negativamente no ordenamento territorial da região, vindo a comprometer seu patrimônio e a população que nela convive. A participação do Estado nacional no ordenamento territorial, bem como o atual processo de globalização têm seus rebatimentos no 5º PEF. Portanto, solicito-vos a gentileza de responder os quesitos abaixo, os quais contribuirão para a dissertação apresentada nessa Instituição de Ensino Superior.

Objeto de estudo: a participação do Estado Nacional na produção do espaço geográfico ante o processo de globalização: o 5º Pelotão Especial de Fronteira e a ocupação da “Cabeça do Cachorro”.

1. Posto ou graduação: <input type="checkbox"/> 1º Ten <input type="checkbox"/> 2º Ten <input type="checkbox"/> 1º Sgt <input type="checkbox"/> 2º Sgt <input type="checkbox"/> 3º Sgt <input type="checkbox"/> Cabo <input type="checkbox"/> Soldado
2. Local de Nascimento:
3. Escolaridade: <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo
4. Renda familiar <input type="checkbox"/> até 2 SM* <input type="checkbox"/> de 2 a 6 SM <input type="checkbox"/> de 6 a 10 SM <input type="checkbox"/> acima de 10 SM
5. Quantas pessoas moram na residência?
6. O Sr considera que seus familiares estão adaptados ao ambiente do pelotão e entorno? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
7. Caso possua filhos (as) em idade escolar, eles freqüentam a escola de dentro ou fora do pelotão? <input type="checkbox"/> Dentro do PEF <input type="checkbox"/> Fora do PEF <input type="checkbox"/> Ambas as escolas
8. Possui acesso a internet? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
9. Há quanto tempo reside neste PEF?
10. O que o motivou a “servir” na fronteira? (pode marcar mais de uma opção) <input type="checkbox"/> questão financeira <input type="checkbox"/> desejo de servir em “guarnição especial” <input type="checkbox"/> aperfeiçoamento profissional <input type="checkbox"/> conhecer a Amazônia <input type="checkbox"/> busca por “aventura” <input type="checkbox"/> outras motivações. Explicar: _____ _____
11. Em que local (município/UF) o Sr residia antes de “servir” na fronteira?
12. Como o Sr considera seu grau de contato com a vizinhança interna do pelotão? <input type="checkbox"/> baixo <input type="checkbox"/> médio <input type="checkbox"/> intenso <input type="checkbox"/> indiferente

A N E X O 10

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário Delta - familiares residentes no 5º Pelotão Especial de Fronteira-Maturacá.

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco Curso de Mestrado em Geografia Aluno: Messias Luiz do Nascimento

A presente pesquisa tem por fim coletar dados para o estudo do assunto dinâmicas territoriais. Parcela da sociedade brasileira tem observado, atentamente, o crescente interesse pela Amazônia, fato que pode refletir-se negativamente no ordenamento territorial da região, vindo a comprometer seu patrimônio e a população que nela convive. A participação do Estado nacional no ordenamento territorial, bem como o atual processo de globalização têm seus rebatimentos no 5º PEF. Portanto, solicito-vos a gentileza de responder os quesitos abaixo, os quais contribuirão para a dissertação apresentada nessa Instituição de Ensino Superior.

Objeto de estudo: a participação do Estado Nacional na produção do espaço geográfico ante o processo de globalização: o 5º Pelotão Especial de Fronteira e a ocupação da “Cabeça do Cachorro”.

1. Grau de parentesco com relação ao militar residente na mesma casa: () Cônjuge () Filho(a) até 12 anos () Filho(a) de 12 a 18 anos () Filho(a) acima de 18 anos
2. Local de Nascimento:
3. Escolaridade: () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo
4. Possui acesso à internet ? () Sim () Não
5. Há quanto tempo reside neste pelotão?
9. O que o(a) motivou a estar na fronteira? (pode marcar mais de uma opção) () permanência junto aos familiares () oportunidade de residir na Amazônia () a busca por aventura () questão financeira () a busca por aventura () Outras motivações. Especificar: _____
10. Em que local (município e UF) residia antes de vir servir na fronteira?
11. Como o(a) Sr(a) considera seu grau de contato com a vizinhança interna do pelotão? () baixo () médio () intenso () não existe
12. Como o(a) Sr(a) considera seu grau de contato com os indígenas? () baixo () médio () intenso () não existe
13. Está satisfeito com as condições do pelotão? () Sim () Não Caso NÃO, indicar os motivos: _____
14. Que atividades o(a) Sr(a) realiza nas horas de folga? () Lazer () Práticas esportivas () Passeios nas redondezas () Reuniões com vizinhos () Outras opções:

<p>15. Aparelhos eletro-eletrônicos que possui na residência:</p> <p><input type="checkbox"/> televisão</p> <p><input type="checkbox"/> geladeira</p> <p><input type="checkbox"/> ferro de passar</p> <p><input type="checkbox"/> computador</p> <p><input type="checkbox"/> celular</p> <p><input type="checkbox"/> antena parabólica</p> <p><input type="checkbox"/> rádio</p> <p><input type="checkbox"/> ventilador</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. Especificar:</p>
<p>16. Realiza trocas de mercadorias com os indígenas?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>17. Quantas vezes por mês se desloca do Pelotão até a sede em São Gabriel da Cachoeira?</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> Acima de 3</p>
<p>18. Com que frequência mensal o(a) Sr(a) mantém contato com seus familiares que moram em outra localidade?</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> Acima de 3</p>
<p>19. O(a) Sr(o) tem pretensões de permanecer no Pelotão por mais tempo além do previsto?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>20. Está satisfeito com a vivência na área amazônica?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Caso NÃO, especificar os motivos:</p>
<p>21. Outros aspectos</p>

Selva!
Obrigado!
Messias Luiz do Nascimento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, N. A. **Polêmica da floresta** in *Correio Braziliense*, Outubro de 2005.
- ALVES, C. L. E. (org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Seminário organizado e coordenado pelo curso de Especialização em Relações Fronteiriças do Centro de Ciências Sociais e Geociências da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: 1998
- ALVES, E. C. **São Gabriel da Cachoeira - sua Saga, sua História**. Goiânia: Editora Kelps, 2007.
- AMARAL, P. C. C. do. **O Projeto Calha Norte: importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional**. 1990. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Rio de Janeiro, 1990.
- ANDRADE, M. C. de. **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 2003.
- _____. **Geopolítica do Brasil**. 4 ed. São Paulo, 1995.
- _____. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Editora Massangana, 1984
- AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.
- AZEVEDO, W. I. **A Diocese de São Gabriel da Cachoeira - Rio Negro - nos 90 anos de sua existência (1914 - 2004)**. Goiânia: Editora Kelps, 2007.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAZÚA, L. C., COSTA, N., LINO, G. L. (org.). **O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América**. Título original: El complot para aniquilar a las Fuerzas Armadas y a las naciones de Iberoamérica. Rio de Janeiro: EIR, 1997.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- _____. **Amazônia. Série Princípios**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- _____. **A Amazônia e a política ambiental brasileira** in SANTOS, Milton...[et al.]. *Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. **Amazônia, geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond., 2005.

BECKER, B. K., EGLER, C.A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, Berta K et al. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia Brasileira - Conquista, Consolidação e Manutenção (1616 - 2003)** - História Militar Terrestre da Amazônia. Porto Alegre: Editora Gênese, 2003.

BRANDÃO, F. J. S. **Opinião: Créditos de Carbono**. In Diário de Pernambuco. Caderno Opinião p.A3. Recife: Edição de 19 de dezembro de 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004. Regulamenta os Parágrafos 1,2 e 3 do art. 303 da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/ato200420062004/Decreto/D5144.htm>>. Acesso em 14 Out 2007.

_____. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>. Acesso em 29 Jul 07.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/Ato200420062005/Decreto/D5484.htm>>. Acesso em 29 Jul 2007.

_____. **Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989**. Cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7965.htm>. Acesso em 22 Jul 07.

_____. **Lei Nº 11.284, de 02 de março de 2006**. Cria o Sistema Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), tratando da gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7965.htm>. Acesso em 29 Jul 07.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Concepção Estratégica do Exército (SIPLEX-4)**. Disponível em <[http://www.exar.eb.mil.br/legisla/DIVERSOS/SIPLEX%20\(27%20%Jun%2002\).htm](http://www.exar.eb.mil.br/legisla/DIVERSOS/SIPLEX%20(27%20%Jun%2002).htm)>. Acesso em 22 Jul 2007.

_____. **DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005**. Presidência da República. Institui a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/md/ldn_2005.htm>. Acesso em 06 Abr 2007.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias IP 72-20 – **O Batalhão de Infantaria de Selva**, 1997.

_____. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Disponível em <<http://WWW.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp97.htm>>. Acesso em 30 Mar 2006.

_____. **Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Cachoeira**, de 5 de abril de 1990. Plano Diretor.

CAMPOS, H.L. **Gestão de bacia hidrográfica: pressupostos básicos** (p.91-111). In Sá, A. J. de., Corrêa, C. de B. (Org). Regionalização e Análise Regional: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. de., GOMES, P. C. da C., CORRÊ, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas.** 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, T. de. **Geopolítica, princípios, meios e fins.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999b.

COSTA, E. P. L. D. **O Projeto Calha Norte: Antecedentes Políticos.** 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1994.

COSTA, W. M. da. **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração.** In OLIVEIRA, E. R. de (org). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

DA SILVA, G. L. N. (Org). **Coletânea VI: Amazônia I.** Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Tauri, 1999.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. In: **CIDADES: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos** – Vol 1, n.1, 2004 - Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.

Diretrizes das Igrejas Cristãs Sobre a Amazônia: diretrizes para o Brasil *in* **Revista do Clube Militar, nº 302, dez. Rio de Janeiro: 1991.**

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 2.ed. rev. Tradutor: Ciro Mioranza. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. (Título original em Alemão: Der Ursprung Der Famile, Dês Privateigentaums Und Des Staats).

Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. **Organizações Militares.** Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/letraA.htm>>. Acesso em 22 Jul 2007.

_____. Centro de Comunicação Social do Exército. **2ª Brigada de Infantaria de Selva** – Brigada Ararigóia. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/2bdainfsl/indice.htm>>. Acesso em 20 Jan 2008.

_____. **Comandos Militares de Área**. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/>>. Acesso em 20 Jan 2008.

FREDERICO, I. **Globalização e os Reflexos Para a Expressão Militar**. 2001. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Rio de Janeiro, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1991.

HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Índice de Desenvolvimento Humano no Amazonas. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>, acessado em 20 Ago 2006.

JANUÁRIO, R. A. R. **As fortalezas do Tratado de Madri e os pelotões de fronteira do Projeto Calha Norte na região do Alto Rio Negro: soberania em duas épocas**. 1996. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Rio de Janeiro, 2006.

LOCKHART, J., SCHWARTZ, S. B. **A América Latina na época colonial**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUCENA, Z. Z. Entrevista. **Verde Oliva**. Brasília, ano XXVII, nº 161, maio/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/VO/161/entrevis.htm>>. Acesso em 31 Mar 2006.

MARQUES, A. A.. 2007. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese de Doutorado – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

MASSA, P. **De Tupã a Cristo**. Missões Salesianas, 1965.

MADUREIRA, M. M. de P. **O Brasil e a Fronteira Norte: política e estratégia**. 2000. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Rio de Janeiro, 2000.

MATTOS, C. M. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____. **O Brasil com que José Bonifácio sonhou** in Revista do Exército Brasileiro. Vol. 143 – 1º Quadrimestre de 2006. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

_____. Caderno Tendências/Debates. **Crises e conflitos do século 21**. Folha de São Paulo. São Paulo: 21 de setembro de 2005.

Microrregião do Rio Negro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>, acessado em 20 Ago 2006.

MIRANDA, J. B. **Amazônia: área cobiçada**. Porto Alegre: Editora AGE, 2005.

MONTEIRO, C. A. de F. **Introdução à História da Amazônia brasileira: Uma sinopse para acompanhar a “cronologia histórica da Amazônia brasileira: 1492 - 1992”**. Universidade de Tenri - Departamento de Estudos Brasileiros. NARA-KEN TENRI-SHI. Tóquio, 1997.

Município de São Gabriel da Cachoeira. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2136>>. Acesso em 05 Ago 07.

_____. Disponível em <<http://www.imazon.org.br/>>. Acesso em 22 Jul 2006.

NASCIMENTO, D. M.. 2005. **Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2005.

NASCIMENTO. M. L., SÁ. A. J. **5º Pelotão Especial de Fronteira: territorialidades e temporalidades na Cabeça do Cachorro-AM**. Disponível em <http://www3.ufpa.br/xiianapur/arquivos/progst7.pdf>, acesso em 06 Jul 2007.

_____. **5º Pelotão Especial de Fronteira: territorialidades e temporalidades na Cabeça do Cachorro-AM**. In Revista de Geografia. Recife: UFPE-DCG/NAPA, v. 23 nº 2, jul/dez, 2006.

NASCIMENTO, M. L., SILVA, L. H. da., SÁ, A. J. de. **Thundercarts e Abelhas – medo e violência na Pós-modernidade: a ação dos grupos de extermínio em Pernambuco**, p.390-398. In SÁ, A. J. (Org.). Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados. Recife: Os autores, 2007.

NETO, A. M. **Sem temer a volta das políticas regionais** in Desafios do Desenvolvimento. Ano 4. nº 30. IPEA/PNUD. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2007.

OLIVEIRA, M. P. de. América Latina: legado sócio-espacial e globalização. In HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2001. p.255-275.

Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. 78 p.

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. **São Paulo: Brasiliense, 2007.**

PEREIRA, Flavio de Britto. **O Projeto Jari e sua ferrovia.** Disponível em <http://www.vfco.com.br/ferrovias/Jari/projjari.htm>, acesso em 11 Nov 2006.

Pesquisa de Opinião Pública, 2007. Superbrands e Brand Finance, 2006. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/>, acesso em 11 Nov 2007.

Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira. Disponível em: http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=149>. Acesso em 16 Jun 07.

População: Brasil e Região Norte. IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativas2006/estimativa.stm?c=1>> Acesso em 03 Jan 2006.

Programa Calha Norte, 2007. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=area_atuacao >, acesso em 06 Nov 2007.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder.** Título original: Pour une géographie du pouvoir. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

Refugiados colombianos, desafio humanitário para o Brasil. Correio Braziliense. Brasília: edição de 30 de abril de 2007.

ROSSI, I. C. **SIVAM: um caso de dependência tecnológica 1990-1996.** 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, SP: 2003.

SÁBATO, E.. Homens e engrenagens: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada de nosso tempo. Tradução de Janer Cristaldo. Campinas-SP: Papirus, 1993.

SÁ, A. J. de. **Brasil Encarcerado. Das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

_____. **Nas geografias do medo, a ascensão dos espaços do momo sacer,** p.13-20. *In* SÁ, A. J. (Org.). Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados. Recife: Os autores, 2007.

SACHS, I. **Entrevista: o estudioso franco-polonês coloca os valores humanos acima de tudo** *in* Desafios do Desenvolvimento. Ano 4. nº 30. IPEA/PNUD. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2007.

SANTOS, M.. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005b.

_____. **Os espaços da globalização**. In Anais do 3º Simpósio de Geografia Urbana. Colóquio da Rede sobre a Análise dos Sistema-Mundo e da Economia Mundial - GEMDEV, Paris, 4 e 5 Fev 1993.

_____. **Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

_____(org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M., e SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Sistema de Vigilância da Amazônia. . Disponível em: < <http://www.sivam.gov.br/>>. Acesso em 05 Ago 07

SOUBLIN, J. **História da Amazônia**. Tradução de Lais Andrade. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2003.

Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2136>>. Acesso em 05 Ago 07.

VARELLA, D. **A última fronteira** in Verde Oliva – Exército Brasileiro. Ano XXXIII. Nº 188. Abr/Mai/Jun 2006. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, 2006.

_____. **Rios da Amazônia**. Disponível em: <<http://drauziovarella.ig.com.br/rionegro/aguas.asp>>. Acesso em 08 Jan 2008

VILLA BÔAS. **Ordem de Batalha**. Dispositivo (slide) 11. A defesa da Amazônia: problemas e estratégias. 30 Nov 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia. Entre o autoritarismo e a democracia. 1999 > 2002**. Rio de Janeiro: editora Record, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)